



Master Juris

CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

Advogado Junior

PETROBRAS

- INTENSIVO -



Sumário

Direito Administrativo.....	3
Gabarito - Administrativo.....	27
Direito Ambiental.....	27
Gabarito - Ambiental.....	34
Direito Civil.....	34
Gabarito - Civil.....	69
Direito Empresarial.....	69
Gabarito - Empresarial.....	83
Direito Constitucional.....	84
Gabarito - Constitucional.....	101
Direito Internacional Privado.....	101
Gabarito – Direito Internacional Privado.....	115
Português.....	116
Gabarito - Português.....	208

Direito Administrativo

Questão 1: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Assunto: Princípios implícitos, reconhecidos e infraconstitucionais

Ao se estabelecer que o Estado deve perseguir o interesse público em detrimento do interesse privado, busca-se realizar, primacialmente, o princípio da

- a) finalidade
- b) continuidade
- c) legalidade
- d) impessoalidade
- e) indisponibilidade

Questão 2: ESAF - Adv IRB/IRB/2004

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

Quando se verifica que a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido, temos vício do ato administrativo em relação ao seguinte elemento:

- a) finalidade
- b) objeto
- c) forma
- d) sujeito
- e) motivo

Questão 3: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

Assinale a opção que veicula, concomitantemente, elementos do ato administrativo e do ato jurídico *lato sensu*:

- a) agente/motivo/objeto
- b) motivo/finalidade/forma
- c) motivo/objeto/forma
- d) finalidade/agente/objeto
- e) agente/forma/objeto

Questão 4: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012**Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)**

Conforme conhecimento convencional, a competência é um dos elementos dos atos administrativos.

De acordo com a legislação pertinente, competência

- a) constitui elemento tipicamente discricionário.
- b) integra a noção de mérito administrativo.
- c) admite delegação, sendo vedada a avocação, ainda que temporária.
- d) admite avocação, sendo vedada a delegação, ainda que em caráter precário.
- e) é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que tiver sido atribuída como própria, ressalvadas as hipóteses de delegação e avocação.

Questão 5: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014**Assunto: Desfazimento do ato administrativo (Anulação, Revogação, Cassação, Caducidade, Contraposição)**

Nos termos da lei federal que regula o processo administrativo, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em

- a) cinco anos
- b) quatro anos
- c) três anos
- d) dois anos
- e) um ano

Questão 6: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014**Assunto: Teoria dos Motivos Determinantes**

O ato administrativo deve estabelecer no mundo real os fundamentos invocados para a sua emissão.

Trata-se da aplicação da denominada teoria das(os)

- a) razões fáticas
- b) validades dos atos



- c) concausas conexas
- d) motivos determinantes
- e) fundamentos fixadores

Questão 7: ESAF - Adv IRB/IRB/2004

Assunto: Organização Administrativa da União

Órgãos e entidades compõem a Administração Pública brasileira. Assinale no rol abaixo a prerrogativa que todas as entidades possuem, mas que se faz presente somente em alguns órgãos, de natureza constitucional, para a defesa de suas atribuições institucionais:

- a) autonomia funcional
- b) orçamento próprio
- c) patrimônio próprio
- d) capacidade judiciária
- e) titularidade de serviços públicos

Questão 8: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Organização Administrativa da União

Assinale a opção falsa.

As empresas públicas federais, no direito brasileiro, submetem-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas no que toca:

- a) aos direitos e obrigações civis.
- b) às obrigações trabalhistas.
- c) ao foro, nas causas de competência da justiça comum.
- d) às obrigações tributárias.
- e) à forma de organização.

Questão 9: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Assunto: Agências Reguladoras e Executivas

São atividades típicas das Agências Reguladoras:

- a) proteção do direito dos consumidores e coibição do abuso de poder econômico

- b) prestação de serviço público *uti universi* e concessão de subsídios a setores da economia
- c) coibição do abuso de poder econômico e prestação de serviço público *uti singuli*
- d) concessão de subsídios a setores da economia e prestação de serviço público *uti singuli*
- e) concessão de subsídios a setores da economia e coibição do abuso de poder econômico

Questão 10: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Assunto: Agências Reguladoras e Executivas

A Lei nº XXXX/00 prevê a aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento de energia elétrica relativa ao consumidor que desenvolva atividade de irrigação e/ou aquicultura. Entretanto, a ANEEL editou, sobre o tema, a Resolução nº ZZZZ/01 condicionando tal benefício à adimplência do consumidor. Ocorre que a Empresa DELTA - CRIAÇÃO DE CAMARÕES LTDA, dedicada à aquicultura, pretende fazer uso da lei, o que lhe está sendo vedado pela Empresa Ômega Energia, já que existe um débito que está sendo discutido com relação ao consumo de DELTA.

Nessa situação, a

- a) Empresa Ômega Energia está correta, já que é prerrogativa da Administração Pública, através das Agências Reguladoras, editar atos gerais e abstratos para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação.
- b) Empresa Ômega agiu corretamente dentro da concepção de que quem pode o mais - cortar a energia do inadimplente - pode o menos - impedir o uso do desconto tarifário.
- c) Resolução da ANEEL traça as diretrizes necessárias ao alcance do benefício da redução tarifária, na independência e atribuição regulamentadora que a lei de regência confere no âmbito do seu ordenamento setorial.
- d) Resolução da ANEEL extrapola o âmbito da atuação da agência, mas a Empresa Ômega Energia fica obrigada a ela obedecer, eis que a autarquia é a autoridade competente para disciplinar as tarifas do setor elétrico.
- e) ANEEL exorbitou de seu poder regulamentar, agindo de forma ilegal ao estabelecer requisito não previsto na lei, para se fazer jus ao benefício nela disposto.

Questão 11: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2010

Assunto: Agências Reguladoras e Executivas

A respeito do regime jurídico aplicável às agências reguladoras, considere as assertivas abaixo.

I - As agências reguladoras federais são criadas por meio de decreto autônomo do Presidente da República, observada a necessária autonomia administrativa e financeira que confere a elas independência frente ao Poder Executivo respectivo.

II - Os dirigentes das agências reguladoras federais, no Brasil, são nomeados para exercício de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da República.

III - Nos limites da deslegalização operada pelas leis específicas que criam agências reguladoras, tais entidades exercem poder normativo e emitem normas genéricas e abstratas a serem observadas no âmbito do segmento objeto da regulação.

É correto APENAS o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I e III.

Questão 12: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2010

Assunto: Agências Reguladoras e Executivas

Antonio Carlos, agente público pertencente aos quadros de uma agência reguladora federal, no exercício das atribuições de seu cargo, veio a causar dano a terceiro, em decorrência de conduta culposa comissiva. Nesse caso, responderá pelo dano causado a terceiro(a)

- a) própria agência reguladora federal, por ser entidade dotada de personalidade jurídica própria, sendo a responsabilidade civil de natureza subjetiva.
- b) própria agência reguladora federal, por ser entidade dotada de personalidade jurídica própria, sendo a responsabilidade civil de natureza objetiva.
- c) União Federal e a agência reguladora, solidariamente, pois a referida agência reguladora é órgão que integra a Administração Indireta Federal, sendo a responsabilidade civil de natureza subjetiva.
- d) União Federal, por ser o ente político ao qual está vinculada a referida agência reguladora, sendo a responsabilidade civil de natureza objetiva.
- e) União Federal e a agência reguladora, solidariamente, pois a referida agência reguladora é órgão integrante da estrutura da Administração Direta Federal, sendo a responsabilidade de natureza objetiva.

Questão 13: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Poderes da Administração

Considerando que o poder de polícia pode incidir em duas áreas de atuação estatal, a administrativa e a judiciária, relacione cada área de atuação com a respectiva característica e aponte a ordem correta.

- (1) Polícia Administrativa
 - (2) Polícia Judiciária
 - () Atua sobre bens, direitos ou atividades.
 - () Pune infratores da lei penal.
 - () É privativa de corporações especializadas.
 - () Atua preventiva ou repressivamente na área do ilícito administrativo.
 - () Sua atuação incide apenas sobre as pessoas.
-
- a) 1/2/2/1/2
 - b) 2/1/2/1/2
 - c) 2/2/2/1/1
 - d) 1/2/1/1/2
 - e) 1/2/2/2/1

Questão 14: ESAF - Adv IRB/IRB/2004**Assunto: Poder de Polícia**

O poder de polícia administrativa tem o seu conceito legal na legislação tributária em razão de seu exercício ser o fundamento para a cobrança da seguinte modalidade de tributo:

- a) taxa
- b) tarifa
- c) imposto
- d) contribuição de melhoria
- e) contribuição de intervenção no domínio econômico

Questão 15: CONSULPLAN - Adv (TERRACAP)/TERRACAP/2014**Assunto: Poder de Polícia**

O poder de polícia é normalmente conceituado pela doutrina administrativista como a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade (*In CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 21. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 73.*). Nesta linha de ideias, NÃO se pode afirmar sobre o poder de polícia:

- a) De regra, admite-se a delegação do poder de polícia.
- b) O princípio da proporcionalidade é um limite ao poder de polícia.
- c) Coercibilidade é uma característica, o que o torna obrigatório, independentemente da vontade do administrado.
- d) Discricionariedade é uma característica, podendo também ser vinculado, quando todos os elementos da atuação estatal estiverem previstos na lei.
- e) Autoexecutoriedade é uma característica, o que significa que a Administração pode promover a execução por si mesma, independentemente de manifestação judicial

Questão 16: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Poder de Polícia

Um agente público, no exercício regular da sua atividade de fiscalização, autua e interdita posto de gasolina situado no município XX, vinculado ao Estado W.

Esse ato é inerente ao denominado

- a) poder de polícia
- b) dever administrativo
- c) ato discricionário
- d) decreto regulamentar
- e) alvará de agência

Questão 17: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Abuso de Poder: Excesso de Poder e Desvio de Finalidade (poderes da Administração)

Tício, servidor público de uma Autarquia Federal, aprovado em concurso público de provas e títulos, ao tomar posse, descobre que seria chefiado pelo Sr. Abel, pessoa com quem sua família havia cortado relações, desde a época de seus avós, sem que Tício soubesse sequer o motivo.

Depois de sua primeira semana de trabalho, apesar da indiferença de seu chefe, Tício sentia-se feliz, era seu primeiro trabalho depois de tanto estudar para o concurso ao qual se submetera. Qual não foi sua surpresa ao descobrir, em sua segunda semana de

trabalho, que havia sido removido para a cidade de São Paulo, devendo, em trinta dias adaptar-se para se apresentar ao seu novo chefe, naquela localidade.

Considerando essa situação hipotética e os preceitos, a doutrina e a jurisprudência do Direito Administrativo Brasileiro, assinale a única opção correta.

- a) A conduta do Sr. Abel não merece reparos, posto que amparada pela lei.
- b) O Sr. Abel agiu com excesso de poder, razão pela qual seu ato padece de vício.
- c) O Sr. Abel agiu corretamente, na medida em que Tício ainda se encontrava em estágio probatório.
- d) O Sr. Abel incidiu em desvio de finalidade, razão pela qual o ato por ele praticado merece ser anulado.
- e) Considerando que o ato do Sr. Abel padece de vício, o mesmo deverá ser revogado.

Questão 18: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Assunto: Abuso de Poder: Excesso de Poder e Desvio de Finalidade (poderes da Administração)

Determinado agente público pratica um ato em fase executória considerado abusivo.

Na teoria dos poderes e deveres dos agentes públicos, o abuso deve incidir sobre atos administrativos, **EXCETO** os

- a) discricionários
- b) vinculados
- c) legais
- d) omissivos
- e) comissivos

Questão 19: ESAF - Adv IRB/IRB/2004

Assunto: Responsabilidade Civil do Estado

A responsabilidade do Estado está prevista no texto constitucional e da legislação civil. No novo Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002) a matéria está tratada nos termos da Carta Magna. Todavia, o texto do Código Civil difere da norma constitucional no seguinte aspecto:

- a) previsão de ação regressiva contra o agente causador do dano, em caso de dolo ou culpa.
- b) necessidade de o agente público estar agindo nessa qualidade.

- c) menção à responsabilidade de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público.
- d) previsão da necessidade de existência de danos a terceiros.
- e) adoção da teoria da responsabilidade objetiva.

Questão 20: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Responsabilidade Civil do Estado

A respeito da responsabilidade civil da Administração Pública pode-se afirmar que respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, exceto:

- a) as estatais que explorem atividade econômica.
- b) as agências reguladoras de serviços públicos.
- c) as agências reguladoras de atividades econômicas.
- d) as concessionárias e permissionárias de serviço público.
- e) as fundações públicas, desde que possuam natureza jurídica de direito privado.

Questão 21: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Responsabilidade Civil do Estado

Caio, servidor público federal efetivo e regularmente investido na função pública, motorista da Presidência da República, ao dirigir carro oficial em serviço, dorme ao volante e atropela uma pessoa que atravessava, prudentemente, em uma faixa de pedestres em Brasília, ferindo-a.

Considerando essa situação hipotética e os preceitos, a doutrina e a jurisprudência da responsabilidade civil do Estado, assinale a única opção correta.

- a) Na hipótese, há aplicação da teoria do risco integral.
- b) A teoria aplicada ao caso para a responsabilização do Estado é a subjetiva.
- c) No âmbito de ação indenizatória pertinente e após o seu trânsito em julgado, Caio nunca poderá ser responsabilizado, regressivamente, caso receba menos de dois salários mínimos.
- d) Caso Caio estivesse transportando material radioativo, indevidamente acondicionado, que se propagasse no ar em face do acidente, o Estado só poderia ser responsabilizado pelo dano oriundo do atropelamento.
- e) Na teoria do risco administrativo, há hipóteses em que, mesmo com a responsabilização objetiva, o Estado não será passível de responsabilização.

Questão 22: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Assunto: Ação Regressiva (responsabilidade civil do Estado)

O agente público, após ser condenado por crime cometido contra cidadão, havendo o trânsito em julgado da sentença penal e tendo o Estado pago a indenização à vítima, deve promover a denominada ação de

- a) culpabilização
- b) revisão
- c) substituição
- d) regresso.
- e) sub-rogação

Questão 23: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Controle Jurisdicional

Contra o ato da administração pública que contrariar enunciado de súmula vinculante, o uso da reclamação somente será admitido após o esgotamento das vias administrativas.

PORQUE

O princípio da jurisdição una ou inafastabilidade do controle jurisdicional não tem aplicação nas causas que envolvem a Administração Pública.

Analisando-se as afirmações acima, conclui-se que

- a) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- b) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.
- c) a primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.
- d) a primeira afirmação é falsa, e a segunda é verdadeira.
- e) as duas afirmações são falsas.

Questão 24: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Lei nº 12.846/2013 - Lei Anticorrupção

De acordo com a Lei Federal nº 12.846/2013, a realização de acordo de leniência isentará a pessoa jurídica de

- a) pagamento da indenização
- b) pagamento da multa
- c) publicação extraordinária da decisão condenatória

- d) permanência em cadastro de inadimplentes
- e) perdimento de bens

Questão 25: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Assunto: Afetação e Desafetação (bens públicos)

Um município brasileiro possui diversos bens sem destinação específica e pretende consagrá-los a um determinado uso, havendo debate no seio da população se melhor seria o uso comum ou o especial.

Para a consagração deve ocorrer o procedimento administrativo de

- a) estipulação
- b) afetação
- c) finalização
- d) motivação
- e) avaliação

Questão 26: ESAF - Adv IRB/IRB/2004

Assunto: Agentes Públicos

As férias do servidor público podem ser interrompidas nos casos previstos em lei. Não se inclui neste rol de previsão legal a seguinte hipótese:

- a) comoção interna.
- b) necessidade do serviço declarada por sua chefia imediata.
- c) convocação para júri.
- d) calamidade pública.
- e) serviço militar.

Questão 27: ESAF - Adv IRB/IRB/2004

Assunto: Agentes Públicos

Na questão, assinale a opção correta.

- a) Nem lei nem edital de concurso público podem exigir exame psicotécnico para habilitação de candidato a cargo público, qualquer que seja este.
- b) Lei pode fixar requisitos físicos, como altura mínima, para candidatos a certos cargos públicos.

- c) Lei pode fixar limite de idade para a inscrição em concursos para todo cargo público.
- d) Não suscita problema de validade constitucional a transferência de servidor público de uma carreira para outra, independentemente de concurso público específico, desde que o servidor haja ingressado no serviço público por meio de concurso.
- e) O servidor público civil de determinada carreira pode obter, em juízo, equiparação de vencimentos com integrantes de outra carreira, se demonstrar a natureza análoga das funções cotejadas.

Questão 28: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006**Assunto: Agentes Públicos**

Sobre Administração Pública, assinale a única opção correta.

- a) Com a nova redação constitucional para os limites de remuneração do servidor público, os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- b) É garantido ao servidor público, nos termos de lei específica, o direito à livre associação sindical.
- c) Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação aos requisitos estabelecidos para os demais servidores públicos, para os professores que comprovem exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério.
- d) A contribuição para custeio da previdência social não incidirá sobre os proventos de aposentadoria e de pensão, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.
- e) É possível, nos termos definidos em lei, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria para servidores públicos que sejam portadores de deficiência.

Questão 29: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006**Assunto: Agentes Públicos**

Relativamente às formas de provimento do servidor público, assinale a opção em que o servidor passa a exercer suas atribuições como excedente.

- a) Reintegração
- b) Readaptação
- c) Recondução
- d) Redistribuição
- e) Reversão, no interesse da Administração

Questão 30: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014**Assunto: Agentes Públicos**

Quando a legislação estabelece que o servidor ou agente público não pode ser lotado sem motivo em local onde não pretende ou requereu o exercício do seu cargo ou função, entende-se que ocorre a proteção denominada

- a) estabilidade
- b) proporcionalidade
- c) moralidade
- d) vitaliciedade
- e) inamovibilidade

Questão 31: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014**Assunto: Aposentadorias**

Um agente administrativo da empresa pública XZ ingressou, junto ao INSS, com pedido espontâneo de sua aposentadoria. A concessão do benefício foi obtida em junho de 2011, e o agente administrativo continuou a trabalhar na empresa pública XZ até outubro desse mesmo ano, ocasião em que seu contrato de trabalho foi rescindido pelo empregador, sem que houvesse qualquer pedido seu nesse sentido.

A situação jurídica descrita demonstra que o(a)

- a) agente administrativo, para permanecer trabalhando após a aposentadoria, teria que se submeter a novo concurso público.
- b) agente administrativo, ao formular seu pedido de aposentadoria espontânea, torna evidente que há presunção de desinteresse na continuação do vínculo empregatício, permitindo inferir que tal vínculo estaria desfeito na data da concessão do benefício.
- c) agente administrativo, em função da rescisão não pleiteada de seu contrato de trabalho, tem direito a todas as verbas rescisórias incidentes na demissão sem justa causa.
- d) empresa pública XZ não agiu corretamente, uma vez que permitiu que o agente administrativo trabalhasse por 4 meses, mesmo depois de aposentado, renovando, fictamente, o contrato de trabalho.
- e) empresa pública XZ agiu de forma correta, visto que há incompatibilidade entre a aposentadoria requerida e a manutenção do vínculo contratual entre as partes.

Questão 32: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Assunto: Vencimento, Remuneração e Subsídio

A vedação ao acúmulo remunerado de cargos e proventos públicos, empregos e funções remuneradas, havendo compatibilidade de horários, se estende às (aos)

- a) sociedades de economia mista
- b) cargos privativos de profissional de saúde com outra profissão regulamentada
- c) membros do Poder Judiciário com o magistério.
- d) cargos de professor e pesquisador na Agência Nacional de Saúde
- e) membros do Ministério Público com o magistério.

Questão 33: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012**Assunto:** Do regime disciplinar (Lei 8.112 - arts. 116 a 142)

A Lei no 8.112, de 11/12/1990, dedica um capítulo ao regime de responsabilidade dos servidores públicos federais sujeitos à sua disciplina e estabelece, dentre outras penalidades disciplinares, a suspensão, que não poderá exceder

- a) 20 dias
- b) 45 dias
- c) 60 dias
- d) 90 dias
- e) 120 dias

Questão 34: CONSULPLAN - Adv (TERRACAP)/TERRACAP/2014**Assunto:** Da prescrição (Lei 8.429, art. 23)

Com base na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, sob pena de nulidade.
- b) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- c) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- d) A aplicação das sanções previstas na referida lei independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento.
- e) As ações destinadas a levar a efeito as sanções de multa e ressarcimento ao erário podem ser propostas até 5 anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

Questão 35: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012**Assunto:** Serviços Públicos

De acordo com a norma do artigo 175 da Constituição da República, incumbe ao poder público, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

A esse respeito, qual a natureza jurídica da permissão de serviço público?

- a) Contrato de programa
- b) Contrato de adesão
- c) Ato administrativo qualificado
- d) Ato administrativo complexo
- e) Ato administrativo composto

Questão 36: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2010**Assunto:** Serviços Públicos

A modalidade de extinção de concessão de serviço público que se caracteriza pela retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização denomina-se

- a) adjudicação.
- b) caducidade.
- c) encampação.
- d) reversão.
- e) intervenção.

Questão 37: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014**Assunto:** Autorização, permissão e concessão (Serviços Públicos)

No Brasil, revela-se frequente a alternância das políticas de prestação de serviços públicos que ora se revelam centralizadas em pessoas jurídicas de direito público e, em outros momentos, são realizadas por pessoas jurídicas de direito privado, escolhidas mediante complexo processo licitatório.

Trata-se de mecanismo de colaboração denominado

- a) delegação
- b) autarquização
- c) intervenção
- d) publicização
- e) concessão

Questão 38: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012

Assunto: Conceitos (Serviços Públicos, Lei 8.987)

A modalidade licitatória a ser observada para a celebração de contratos de concessão de serviços públicos é denominada

- a) pregão
- b) convite
- c) concorrência
- d) consulta
- e) tomada de preços

Questão 39: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Assunto: Convênios Administrativos

O acordo entre partícipes com finalidade pública que pode ser denunciado a qualquer tempo é considerado como sendo um(a):

- a) convênio
- b) contrato
- c) consórcio
- d) convenção
- e) concessão

Questão 40: ESAF - Adv IRB/IRB/2004

Assunto: Processo Administrativo Federal (Lei 9.784/1999)

Quanto aos recursos administrativos, assinale a afirmativa falsa.

- a) Têm legitimidade para interpor recurso administrativo as associações quanto a direitos ou interesses difusos.

- b) O recurso administrativo, salvo disposição legal diversa, tramitará no máximo por cinco instâncias administrativas.
- c) Os recursos são cabíveis em face de razões de legalidade e de mérito.
- d) Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.
- e) A regra geral é que o recurso administrativo não tenha efeito suspensivo.

Questão 41: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2010

Assunto: Processo Administrativo Federal (Lei 9.784/1999)

Odair é servidor público federal e, no exercício cotidiano de suas atribuições, emite pronunciamento em processos administrativos inaugurados a partir de requerimentos formulados pelos administrados. Interessado em aprimorar as manifestações que emite na sua rotina de trabalho, Odair resolve pesquisar a legislação que regula o processo administrativo em âmbito federal (Lei nº 9.784/99) e constata que

- a) a Administração Pública deve observar o princípio da inércia, sendo-lhe vedado iniciar o processo administrativo de ofício.
- b) a Administração Pública tem o dever de revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, respeitados os direitos adquiridos.
- c) a competência administrativa é irrenunciável e indelegável, ressalvada a hipótese de edição de atos de caráter normativo e decisão de recursos administrativos, que admitem delegação expressa.
- d) o direito da Administração Pública de anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em três anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- e) os atos administrativos que apresentarem defeitos sanáveis podem ser convalidados pela Administração Pública, em decisão na qual se evidencie que não acarretam lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

Questão 42: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Modalidades na Lei 8.666/1993

De acordo com a Lei nº 8.666, de 21/06/1993, qual a modalidade licitatória a ser observada nas concessões de direito real de uso?

- a) Concorrência
- b) Tomada de preços
- c) Convite
- d) Leilão

e) Concurso

Questão 43: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Assunto: Concorrência, Tomada de Preços e Convite

A instituição de Comissão de Licitação, constituída por três integrantes, nos termos da legislação geral que normativa o tema, nas pequenas unidades administrativas e em face da exiguidade de pessoal disponível, é relevada na espécie de licitação denominada

- a) concorrência
- b) concurso
- c) convite
- d) leilão
- e) tomada de preços

Questão 44: ESAF - Adv IRB/IRB/2004

Assunto: Contratação Direta (dispensa e inexigibilidade)

É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato administrativo ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar licitantes remanescentes. Para essa convocação são previstos alguns critérios na norma legal. Assinale no rol abaixo aquele não previsto em lei:

- a) observar a ordem de classificação.
- b) atender aos mesmos prazos propostos pelo primeiro classificado.
- c) atender às mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- d) atualizar os preços conforme o instrumento convocatório.
- e) limitar esta faculdade aos cinco primeiros classificados.

Questão 45: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Licitação dispensada (art. 17 da Lei 8.666/1993)

Assinale a única opção verdadeira.

Estão dispensadas da realização de procedimento licitatório:

- a) as agências reguladoras, por serem autarquias de regime especial.

- b) as fundações públicas, por possuírem natureza jurídica de direito privado.
- c) as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, na venda de bens por ela produzidos em virtude de suas finalidades.
- d) as empresas públicas, devido a sua natureza jurídica de direito privado.
- e) as agências executivas que firmarem com a União contrato de gestão, nos termos do parágrafo 8 do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Questão 46: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Licitação dispensada (art. 17 da Lei 8.666/1993)

A alienação de bens imóveis pertencentes a empresas públicas e sociedades de economia mista federais depende da observância dos seguintes requisitos, **EXCETO**

- a) avaliação prévia
- b) existência de interesse público devidamente justificado
- c) autorização legislativa
- d) licitação na modalidade concorrência, ressalvadas as hipóteses de licitação dispensada
- e) habilitação mediante a comprovação do recolhimento da quantia correspondente a 5% da avaliação

Questão 47: CONSULPLAN - Adv (TERRACAP)/TERRACAP/2014

Assunto: Licitação inexigível (art. 25 da Lei 8.666/1993)

De acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é inexigível a licitação:

- a) Na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.
- b) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- c) Na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica (ICT) ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.
- d) Na aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, necessariamente justificadas quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificadas pelo Comandante da Força.

e) Na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.

Questão 48: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Fases (Licitação)

As empresas WW, YY, NN e KK apresentam-se para submissão a certame perante sociedade de economia mista. Todas são habilitadas por apresentarem os documentos hábeis. Após o julgamento, é considerada vencedora a empresa KK. Irresignada, a empresa YY apresenta recurso administrativo.

Nos termos da lei geral de licitações, o

- a) recurso apresentado não impede a formalização do contrato.
- b) prazo para interposição do recurso tem início na data da intimação pessoal do licitante.
- c) julgamento do recurso deve ocorrer no prazo máximo de trinta dias.
- d) licitante vencedor e os demais participantes devem ser comunicados para apresentar impugnação.
- e) segundo colocado deve ser convocado para firmar o contrato.

Questão 49: ESAF - Adv IRB/IRB/2004

Assunto: Lei nº 10.520/2002 - Modalidade de licitação Pregão

Com referência à nova modalidade de licitação, o pregoão, assinale a afirmativa falsa.

- a) O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- b) Em determinadas situações, legalmente previstas, poderá o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- c) Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente sobre a sua aceitabilidade.
- d) Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para a apresentação das razões do recurso.
- e) No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preço até 10% superior àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

Questão 50: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012**Assunto:** Decreto nº 2.745/1998 - Licitação Simplificada da PETROBRÁS

Nos termos do Decreto nº 2.745, de 24/08/1998, que aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras, a contratação integrada é

- a) vedada
- b) admitida para a aquisição de bens e serviços comuns
- c) admitida apenas quando economicamente recomendável
- d) compulsória para os contratos de compras
- e) compulsória para os contratos de obras de engenharia

Questão 51: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012**Assunto:** Decreto nº 2.745/1998 - Licitação Simplificada da PETROBRÁS

O Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras, aprovado pelo Decreto nº 2.745, de 24/08/1998, estabelece, a respeito do julgamento das licitações, que

- a) a desistência de proposta é absolutamente vedada após a fase de habilitação.
- b) o julgamento das propostas será feito em duas etapas, nas licitações do tipo melhor preço e melhor técnica.
- c) as propostas serão classificadas por ordem crescente dos valores ofertados.
- d) as vantagens não previstas no instrumento convocatório e as ofertas de redução sobre a proposta mais barata não serão levadas em conta.
- e) apenas os licitantes inabilitados têm direito à interposição de recurso no procedimento licitatório.

Questão 52: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012**Assunto:** Decreto nº 2.745/1998 - Licitação Simplificada da PETROBRÁS

A empresa X & YZ participou de procedimento licitatório instaurado pela Petrobras e regido pelo Decreto nº 2.745, de 24/08/1998. Foi inabilitada em sessão pública ocorrida em 12 de janeiro de 2012 (quinta-feira), oportunidade em que teve ciência da inabilitação.

Qual o termo final do prazo para interposição do Recurso Hierárquico contra a decisão de inabilitação?

- a) 16 de janeiro de 2012
- b) 17 de janeiro de 2012

- c) 18 de janeiro de 2012
- d) 19 de janeiro de 2012
- e) 22 de janeiro de 2012

Questão 53: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Decreto nº 2.745/1998 - Licitação Simplificada da PETROBRÁS

Observadas as regras do Decreto nº 2.745/1998, é inexigível a licitação na seguinte circunstância:

- a) nos casos de emergência, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas.
- b) quando não acudirem interessados à licitação anterior, e esta não puder ser repetida sem prejuízo para a Petrobras, mantidas, neste caso, as condições preestabelecidas.
- c) na contratação de instituições brasileiras, sem fins lucrativos, incumbidas regimental ou estatutariamente da pesquisa desde que detenham inquestionável reputação ético-profissional.
- d) para aquisição de hortifrúti grangeiros e gêneros perecíveis aos navios petroleiros e embarcações, quando em estada eventual de curta duração em portos, por motivo ou movimentação operacional.
- e) para a celebração de contratos de aliança, assim considerados aqueles que objetivem a soma de esforços entre empresas, para gerenciamento conjunto de empreendimentos.

Questão 54: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Contratos Administrativos (Lei 8.666/1993)

Assinale a opção que contemple cláusula exorbitante possível nos contratos públicos e privados.

- a) Rescisão unilateral do contrato.
- b) Exigência de garantia.
- c) Alteração unilateral do contrato.
- d) Anulação.
- e) Retomada do objeto.

Questão 55: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012

Assunto: Conceito de contratos administrativos

A nulidade do contrato administrativo dispensa a Administração Pública de indenizar o contratado, inclusive por serviços que já tenham sido executados.

PORQUE

A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente.

Analisando-se as afirmações acima à luz da Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), conclui-se que

- a) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- b) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.
- c) a primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.
- d) a primeira afirmação é falsa, e a segunda é verdadeira.
- e) as duas afirmações são falsas.

Questão 56: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2010**Assunto: Alteração unilateral (Cláusulas exorbitantes)**

A respeito do regime jurídico aplicável aos contratos administrativos, analise as assertivas abaixo.

I - É vedado o contrato administrativo com prazo de vigência indeterminado.

II - Nos contratos administrativos, a Administração Pública tem a prerrogativa de fiscalizar a execução do contrato e aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

III - A prerrogativa de rescisão unilateral do contrato administrativo nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, independente de garantia de prévia defesa ao contratado, é uma cláusula exorbitante favorável à Administração Pública.

É correto APENAS o que se afirma em

- a) I.
- b) II .
- c) III.
- d) I e II.
- e) I e III.

Questão 57: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Sanções (contratos administrativos, Cláusulas exorbitantes)

Um engenheiro é contratado como consultor especial para prestar serviços a empresa pública após ser vitorioso em certame licitatório. Alguns meses depois da contratação, a empresa é surpreendida por notificação para informar que o referido engenheiro estaria sendo réu em ação penal, ainda sem sentença, por praticar, dolosamente, fraude fiscal no recolhimento de imposto sobre a renda referente ao serviço prestado à empresa pública.

Observada essa situação, segundo as regras da lei geral de licitações, a empresa pública poderia

- a) aplicar sanção administrativa de suspensão temporária de participação em licitação.
- b) aplicar sanção administrativa de impedimento de contratar com a Administração.
- c) aguardar o trânsito em julgado da decisão para poder aplicar qualquer sanção administrativa.
- d) declarar a inidoneidade para contratar com a Administração Pública.
- e) determinar o cancelamento do contrato e o ressarcimento da Administração.

Questão 58: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015**Assunto:** Desapropriação

Nos termos da lei geral que regula a desapropriação por utilidade pública, dispõe-se que a(o)

- a) concessionária de serviço público pode desapropriar, caso ocorra autorização legal.
- b) desapropriação do espaço aéreo só se tornará necessária, quando sua utilização resultar prejuízo patrimonial da União.
- c) desapropriação não poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina.
- d) reforma agrária é considerada caso de utilidade pública.
- e) imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, poderá obter outra utilização.

Questão 59: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012**Assunto:**

A empresa X de energia elétrica pretende realizar corte de fornecimento de luz no município Vega, que se encontra inadimplente com o pagamento de suas cinco últimas faturas de energia.

Nessa situação, o corte do fornecimento configura-se como

- a) cabível, uma vez que a prestação do serviço, sem a remuneração, desequilibra o contrato.
- b) cabível, devendo preservar-se, porém, as unidades e os serviços públicos essenciais.
- c) cabível, devendo, porém, ser intermitente, prestando-se o serviço apenas em algumas horas do dia.
- d) incabível, visto que o serviço essencial deve ser contínuo.
- e) incabível, por se tratar de serviço essencial aos munícipes.

Gabarito - Administrativo

1) A	2) E	3) E	4) E	5) A	6) D
7) D	8) C	9) A	10) E	11) C	12) B
13) A	14) A	15) A	16) A	17) D	18) D
19) C	20) A	21) E	22) D	23) C	24) C
25) B	26) B	27) B	28) E	29) B	30) E
31) C	32) A	33) D	34) E	35) B	36) C
37) E	38) C	39) A	40) B	41) E	42) A
43) C	44) E	45) C	46) C	47) B	48) D
49) D	50) C	51) D	52) B	53) E	54) B
55) D	56) D	57) C	58) A	59) B	

Direito Ambiental

Questão 1: CONSULPLAN - Adv (TERRACAP)/TERRACAP/2014

Assunto: Princípios do Direito Ambiental

O Superior Tribunal de Justiça admite a inversão do ônus da prova nas ações civis públicas ambientais, fundamentando as decisões num dos princípios do Direito Ambiental:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANOS AMBIENTAIS. ADIANTAMENTO DE DESPESAS PERICIAIS. ART. 18 DA LEI 7.347/1985. ENCARGO DEVIDO À FAZENDA PÚBLICA. DISPOSITIVOS DO CPC. DESCABIMENTO. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PRINCÍPIO _____.
(...) 3. Em ação ambiental, impõe-se a inversão do ônus da prova, cabendo ao empreendedor, no caso concreto o próprio Estado, responder pelo potencial perigo que causa ao meio ambiente, em respeito ao princípio _____.
Precedentes. 4. Recurso especial não provido. (REsp 1237893/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/09/2013, DJe 01/10/2013.)

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas com o princípio que fundamenta a inversão do ônus da prova em tais situações.

- a) da precaução
- b) do poluidor-pagador
- c) do desenvolvimento sustentável
- d) da função socioambiental da propriedade
- e) do meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa humana

Questão 2: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA): Estrutura e atribuições dos órgãos.

Nos termos da legislação ambiental federal, existe um órgão consultivo e deliberativo, que tem a finalidade de assessorar, estudar e propor, ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais, bem como deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

Esse órgão é o(a)

- a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- b) Conselho Nacional do Meio Ambiente
- c) Ministério do Meio Ambiente
- d) Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República
- e) Comissão de Governo e Meio Ambiente Federal

Questão 3: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Grupos e Categorias (Unidades de Conservação)

O movimento de proteção ao meio ambiente consegue instituir a Estação Ecológica em território do município XYZ, a qual atinge as propriedades de Sr. X, Sr. Y e Sr. Z, bem como da empresa WW Ltda.

Nesse caso, consoante às regras aplicáveis à Estação Ecológica, ocorrerá a

- a) limitação ao direito de propriedade
- b) desapropriação com indenização justa
- c) instituição de servidão administrativa

- d) ocupação temporária para fins científicos
- e) expropriação das terras particulares sem indenização

Questão 4: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Política Nacional sobre Mudanças Climáticas - Lei 12.187/09

Nos termos da Lei Federal nº 12.187/2009, o processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa denomina-se

- a) impacto
- b) vulnerabilidade
- c) adversidade
- d) mitigação
- e) sumidouro

Questão 5: CONSULPLAN - Adv (TERRACAP)/TERRACAP/2014

Assunto: Lei nº 12.651/2012 - Novo Código Florestal

Sobre o tratamento que a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal - dá ao tema Áreas de Preservação Permanente, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.
- b) É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.
- c) Será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.
- d) A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.
- e) É dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas.

Questão 6: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Sobre as normas de proteção ao meio ambiente em vigor, considere as afirmativas abaixo.

I - A desapropriação de imóvel rural que não esteja utilizando adequadamente os recursos naturais disponíveis deverá ser feita mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

II - Os princípios da precaução e da prevenção objetivam evitar a ocorrência ou ameaça de danos ao meio ambiente.

III - O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado como um direito fundamental de terceira geração.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 7: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Sobre licenciamento e avaliação de impactos ambientais, considere as afirmativas abaixo.

I - A apresentação, no licenciamento ambiental, de laudo parcialmente falso, inclusive por omissão, é tipificada como crime pela Lei Federal nº 9.605/1998.

II - A competência para o licenciamento ambiental pode ser da União, do Estado ou do Município.

III - O Estudo Prévio de Impacto Ambiental concretiza o princípio da precaução, embora não tenha previsão na Constituição Federal de 1988.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 8: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Sobre responsabilidade por danos ambientais e meios judiciais de proteção ambiental, sabe-se que a

- a) Administração Pública não pode ser considerada responsável por danos ambientais que decorram da omissão de seu dever de fiscalizar, ainda que contribua diretamente para a degradação ambiental.
- b) comprovação dos danos causados ao meio ambiente não é exigida, no caso de ação civil pública de responsabilidade pelo derramamento de óleo em águas marítimas.
- c) execução judicial de termo de ajustamento de conduta depende de laudo comprobatório dos danos ambientais causados que tenham dado origem àquele.
- d) pessoa física ou jurídica que contribua indiretamente para a ocorrência de um dano ambiental pode ser considerada poluidora.
- e) formação do litisconsórcio passivo é obrigatória nas ações judiciais que tenham como objetivo a reparação de danos ambientais.

Questão 9: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

A Constituição Federal determina, como um dos deveres do Poder Público, a definição de espaços territoriais e dos seus componentes a serem especialmente protegidos.

A esse respeito, analise as afirmações abaixo.

- I - O parecer emitido pelo Conselho Consultivo de um parque, nacional, estadual ou municipal, não pode substituir a consulta pública exigida na lei.
- II - As florestas consideradas de preservação permanente podem ser suprimidas nos excepcionais casos previstos na legislação.
- III - A desafetação ou redução dos limites de uma reserva ecológica somente pode ser feita mediante lei específica.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 10: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Previamente à concessão de licenciamento ambiental a grande empreendimento imobiliário, o Ministério Público pretende que sejam realizadas tantas audiências públicas quanto necessárias para esclarecimentos à população dos municípios atingidos sobre o empreendimento e o respectivo impacto ambiental. Entretanto, o IBAMA apenas convocou uma única audiência pública a ser realizada em um dos três municípios atingidos pela obra, procedimento que o Instituto reputa como correto.

Nessa hipótese,

a) fere o princípio da razoabilidade a realização de mais de uma audiência pública para fins de licenciamento ambiental de um mesmo empreendimento.

b) prevalece o interesse público, bem como o princípio da precaução, sendo o Ministério Público legitimado para demandar que as audiências públicas sejam realizadas.

c) cabe apenas ao órgão licenciador a decisão quanto ao número e locais de realização das audiências públicas.

d) devem ocorrer todas as audiências públicas no município sede da obra, embora possa haver mais de uma audiência pública para prestar esclarecimentos sobre um mesmo projeto.

e) foge à competência do Ministério Público o exame da conveniência e oportunidade de realização de audiências públicas em processos de licenciamento de obras.

Questão 11: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

O direito à integridade do meio ambiente constitui um(a)

- a) direito potestativo de todo cidadão capaz.
- b) direito eventual a ser indenizado em caso de lesão.
- c) dever jurídico imposto a todos e, principalmente, ao Estado.
- d) prerrogativa jurídica de titularidade singular.
- e) faculdade jurídica atribuída à sociedade.

Questão 12: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012

O licenciamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais, as unidades de conservação da natureza e os crimes ambientais são tratados pelo Direito Ambiental. Dentre as disposições legais que se ocupam das questões relacionadas a esses itens encontra-se a que estabelece que a(o)

- a) realização de Estudo Prévio de Impacto Ambiental para empreendimentos energéticos, que são considerados de relevante interesse nacional, é dispensada pela legislação ambiental.
- b) instalação de empreendimentos de geração de energia hidrelétrica no interior de unidades de conservação de uso sustentável não é admitida.
- c) elaboração ou a apresentação, durante o licenciamento, de estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso não é crime tipificado na Lei de Crimes Ambientais.
- d) licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas é de competência do Ibama.

e) Estudo Prévio de Impacto Ambiental, a Avaliação Ambiental Estratégica e a Avaliação Ambiental Integrada são instrumentos de análise de impactos ao meio ambiente.

Questão 13: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012

O uso e a gestão dos recursos hídricos brasileiros consagram-se com a Política Nacional de Recursos Hídricos, a ótica do Direito Público em substituição ao viés do Direito Privado que, na realidade, impregnara a Legislação. Altera-se, desse modo, a prática do manejo do recurso água que, por vezes, sob a ótica do Direito Privado, favorecia interesses individuais ou particulares, em detrimento do bem coletivo.

MILARÉ, E. *Direito do Ambiente*: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 628. Adaptado.

Com base na citação acima, tem-se que, na disciplina jurídica dos recursos hídricos,

- a) a água, como um bem de domínio público, é um recurso natural ilimitado, de baixo valor econômico, sendo um dos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.
- b) a cobrança pelo uso dos recursos hídricos ocorre de forma desvinculada da outorga dos direitos de seu uso.
- c) a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e para a atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- d) o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural, está sujeito à outorga do direito.
- e) os potenciais de energia hidráulica, os rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio ou que banhem mais de um Estado são considerados bens estaduais.

Questão 14: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2010

Assunto:

Considerando-se o que dispõe a legislação ambiental brasileira, analise as afirmações a seguir.

I - O uso múltiplo das águas é um princípio geral da gestão dos recursos hídricos, sendo que seu uso prioritário é para consumo humano e dessedentação dos animais.

II - As atividades potencialmente poluidoras devem submeter-se a procedimento de licenciamento ambiental conduzido pelo órgão ambiental competente, que deve sempre exigir a realização de Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima).

III - A imposição da sanção administrativa de suspensão parcial ou total das atividades restringe-se aos empreendimentos devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente.

IV - A responsabilidade penal da pessoa jurídica por danos ao meio ambiente foi introduzida pela Constituição Federal de 1988, que prevê, ainda, a imposição de sanções administrativas e a obrigação de reparação dos danos causados.

V - É admissível a instalação de redes de energia em Áreas de Proteção Ambiental, desde que previamente aprovada pelo órgão responsável por sua administração.

São corretas APENAS as afirmativas

- a) I e III.
- b) I e V.
- c) II e III.
- d) I, IV e V.
- e) II, III e IV.

Gabarito - Ambiental

1) A	2) B	3) B	4) E	5) C
6) D	7) C	8) D	9) E	10) B
11) C	12) E	13) C	14) D	

Direito Civil

Questão 1: CESGRANRIO - TCE (TCE-RO)/TCE-RO/Ciências Jurídicas/2007

Assunto: Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

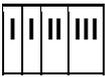
Quanto à capacidade, analise o quadro a seguir.

(P) Menor, com 17 anos	(I) Absolutamente incapaz
(Q) Ébrio habitual, com 14 anos	(II) Relativamente incapaz
(R) Pródigo, com 72 anos	(III) Capaz
(S) Menor, com 15 anos, casado	

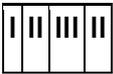
Assinale a correlação perfeita.



a)



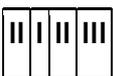
b)



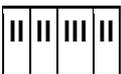
c)



d)



e)



Questão 2: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2010

Assunto: Das Pessoas Jurídicas (arts. 40 a 78)

Se o sócio se utilizar da sociedade como escudo protetivo e passar a ocultar seus bens pessoais no patrimônio da sociedade, configurar-se-á hipótese de

- a) desconsideração inversa.
- b) conflito de interesses entre partes relacionadas.
- c) desconsideração da personalidade jurídica da sociedade.
- d) responsabilidade subsidiária da sociedade.
- e) confusão patrimonial fraudulenta.

Questão 3: CESGRANRIO - TCE (TCE-RO)/TCE-RO/Ciências Jurídicas/2007**Assunto:** Desconsideração da pessoa jurídica

A teoria da desconsideração da personalidade jurídica possibilita que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo(a):

- a) lucro exorbitante.
- b) desvio de finalidade.
- c) prejuízo de terceiros.
- d) uso de interpostas pessoas.
- e) confusão comercial.

Questão 4: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2006**Assunto:** Domicílio das Pessoas Naturais e Jurídicas (arts. 70 a 78)

A respeito do domicílio, marque a afirmação correta.

- a) O conceito de domicílio confunde-se com o de residência, nos inovadores termos do Código Civil de 2002.
- b) As pessoas jurídicas estatais - União, Estados e Municípios - não possuem domicílio.
- c) Como vigora em nosso sistema o princípio da unicidade de domicílio, é vedado ao particular possuir domicílio profissional diverso daquele de caráter residencial.
- d) É instituto caracterizado por um elemento objetivo, qual seja o estabelecimento físico da pessoa, e outro subjetivo, configurado pelo *animus* de permanência definitiva.
- e) Havendo pluralidade de residências, cabe à autoridade pública indicar o domicílio da pessoa natural, a qual não terá direito à opção.

Questão 5: CESGRANRIO - Adv (CEF)/CEF/2012**Assunto: Princípios Gerais dos Bens**

A respeito do princípio da gravitação jurídica, sabe-se que

- a) estabelece que a propriedade dos bens acessórios segue a sorte do bem principal, salvo disposição legal ou contratual em contrário.
- b) permite a aquisição derivada de bens imóveis por usucapião especial.
- c) é norma integrativa que permite ao possuidor do bem a reintegração imediata de sua posse.
- d) é norma geral no ordenamento, podendo ser afastada pela vontade das partes somente em negócios jurídicos gratuitos.
- e) é decorrência dos princípios da função social do contrato e da boa-fé objetiva e determina a necessidade de informar de maneira adequada as partes contratantes.

Questão 6: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2013**Assunto: Bens públicos (arts. 98 a 103)**

Em execução de uma decisão judicial condenatória contra empresa pública federal prestadora de serviço público, a penhora incidente sobre bens integrantes de seu patrimônio é juridicamente

- a) possível, desde que a penhora seja precedida de autorização legislativa de desafetação do bem.
- b) possível, desde que a penhora não recaia sobre bens afetos ao serviço público que possam comprometer a continuidade de sua prestação.
- c) possível, uma vez que os bens das empresas públicas são considerados bens particulares e, portanto, passíveis de penhora nos termos da legislação civil.
- d) possível, uma vez que, embora tenham natureza pública, os bens das empresas públicas são penhoráveis e alienáveis nos termos da legislação civil.
- e) impossível, uma vez que os bens das empresas públicas são considerados bens públicos e, portanto, são impenhoráveis, inalienáveis e imprescritíveis.

Questão 7: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2008**Assunto: Dos fatos jurídicos (arts. 104 a 232)**

Tratando-se de procurador que, sem autorização do outorgante e com base em mandato outorgado em termos gerais, celebra, em seu próprio interesse, instrumento contratual destinado à contratação de seus serviços pessoais, pode-se afirmar que este negócio jurídico é

- a) anulável, por haver sido praticado sem o consentimento do outorgante.
- b) anulável, por se tratar de ato simulado.
- c) válido e eficaz, por se tratar de ato de mera administração.
- d) nulo de pleno direito, sendo seus efeitos ineficazes contra o outorgante.
- e) nulo de pleno direito, não admitindo ratificação pelo outorgante.

Questão 8: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Advogado/2004

Assunto: Negócio Jurídico (arts. 104 a 184)

Assinale a única afirmação **ERRADA** quanto aos negócios jurídicos.

- a) A validade da declaração de vontade dependerá sempre de forma especial.
- b) A validade do negócio jurídico requer, entre outros, objeto determinado ou determinável.
- c) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- d) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
- e) Silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem e não for necessária a declaração de vontade expressa.

Questão 9: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Jurídica/2014

Assunto: Disposições Gerais do Negócio Jurídico (arts. 104 a 114)

Nos termos das normas instituídas pelo Código Civil em vigor, o silêncio, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e quando não for necessária a declaração de vontade expressa, constitui um(a)

- a) elemento constitutivo do objeto contratual.
- b) item necessário ao adimplemento obrigacional.
- c) alternativa à cláusula real.
- d) prova a ser utilizada posteriormente ao negócio.
- e) manifestação válida de declaração de vontade.

Questão 10: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2006

Assunto: Da condição, termo e encargo (arts. 121 a 137) - Elementos Acidentais

Sobre a existência, validade e eficácia dos atos jurídicos, é correto afirmar que:

- a) o ordenamento jurídico tutela a existência de condições puramente potestativas somente quando envolvido na relação jurídica direito de ordem subjetiva.
- b) o ato ilícito não é apto a produzir qualquer efeito jurídico, pois a validade é pressuposto lógico da eficácia.
- c) determinado negócio jurídico, pendente condição suspensiva, tem eficácia restrita até a implementação da mesma, o que não lhe retira a existência nem mesmo a validade, desde que obedecidos os requisitos legais.
- d) são requisitos de existência do ato jurídico a presença de agente capaz, objeto lícito e possível e forma prescrita ou não defesa em lei.
- e) sendo a doação exemplo típico de contrato gratuito, não pode estar sujeita a qualquer encargo.

Questão 11: CESGRANRIO - Adv (CEF)/CEF/2012

Assunto: Da condição, termo e encargo (arts. 121 a 137) - Elementos Acidentais

Num contrato de compra e venda de um bem imóvel, a cláusula que sujeita o pagamento integral do preço ao registro da baixa da hipoteca no registro de imóveis constitui

- a) encargo, a ser cumprido pelo comprador.
- b) condição potestativa pura, permitida por lei.
- c) condição suspensiva, subordinando a eficácia do contrato a evento futuro e incerto.
- d) condição suspensiva, determinando a cessação dos efeitos da compra e venda.
- e) condição resolutiva tácita, necessária para a resolução do contrato.

Questão 12: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Da condição, termo e encargo (arts. 121 a 137) - Elementos Acidentais

Sr. X, doador, celebra contrato de doação de um carro antigo com o Sr. Y, donatário, no qual insere cláusula estabelecendo que a doação somente se tornará eficaz a partir do momento em que o Sr. Y termine a reforma do referido carro.

A cláusula estabelecida nesse negócio jurídico de doação tem natureza de

- a) encargo, permitindo ao Sr. Y o uso imediato do bem.
- b) condição resolutiva, permitindo ao Sr. Y o uso e disposição do bem.
- c) condição suspensiva, não permitindo ao Sr. Y o uso imediato do bem.
- d) condição suspensiva, importando na aquisição do carro pelo Sr. Y, a partir da tradição do bem.

e) condição suspensiva, permitindo a aquisição do direito, mas suspendendo o seu exercício.

Questão 13: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2013

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

A legislação vigente a respeito dos defeitos e da invalidade do negócio jurídico estabelece que

- a) a sentença que reconhece hipótese de nulidade opera efeitos *ex nunc*, sendo resguardados os direitos de terceiros de boa-fé.
- b) a condição juridicamente impossível invalida o negócio jurídico a ela subordinado, quando resolutiva.
- c) o direito de anular o negócio jurídico viciado pela coação decai em 4 anos, contado o prazo da cessação da ameaça.
- d) o negócio jurídico resultante do vício de estado de perigo não é passível de confirmação, por ser nulo de pleno direito.
- e) os negócios jurídicos por vício de omissão dolosa são anuláveis, sendo vedada a sua convalidação pelo decurso de tempo.

Questão 14: CESGRANRIO - TCE (TCE-RO)/TCE-RO/Ciências Jurídicas/2007

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

Quanto aos defeitos dos atos jurídicos, é correto afirmar que o(a):

- a) estado de perigo pode ocorrer com pessoa não pertencente à família do declarante.
- b) erro é circunstancial quando concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa.
- c) dolo acidental é assim chamado por conta da inevitabilidade da conduta de seu autor.
- d) lesão nunca decorre da inexperiência da pessoa que realiza o negócio jurídico.
- e) coação é aferida com base na idade mínima de 18 anos.

Questão 15: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

O justo preço é elemento subjetivo que afasta a incidência da teoria da lesão.

PORQUE

A teoria da lesão visa a proteger a equidade contratual.

Analisando-se as afirmações acima conclui-se que

- a) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- b) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.
- c) a primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.
- d) a primeira afirmação é falsa e a segunda é verdadeira.
- e) as duas afirmações são falsas.

Questão 16: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2010

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

São requisitos do instituto da lesão, **EXCETO**

- a) onerosidade excessiva para um dos contratantes.
- b) desproporcionalidade das prestações.
- c) imprevisibilidade do fator de desestabilização do contrato.
- d) inexperiência de um dos contratantes.
- e) imperativo em contratar de uma das partes.

Questão 17: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

Com relação ao **dolo** nos negócios jurídicos, sabe-se que

- a) levará à ineficácia do que foi pactuado;
- b) acarretará perdas e danos, se o negócio for menos vantajoso.
- c) exonerará o beneficiado de qualquer culpa, sendo o dolo de terceiro.
- d) tem responsabilidade subsidiária a parte beneficiada pelo dolo de terceiro.
- e) gera nulidade a utilização de expediente malicioso para induzir contratação.

Questão 18: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Invalidade do negócio jurídico (arts. 166 a 184)

Um negócio jurídico simulado que tem como objetivo precípuo a diminuição maliciosa do patrimônio do devedor com o intuito de afastar a garantia dos credores e prejudicá-los é passível de arguição de

- a) nulidade, produzindo o negócio jurídico efeitos até a sentença anulatória.
- b) nulidade, sendo resguardados somente os interesses de terceiros de boa-fé.
- c) nulidade, por fraude contra credores, não produzindo o negócio jurídico efeitos desde a sua conclusão.
- d) anulabilidade, por fraude contra credores, produzindo o negócio jurídico efeitos até o momento de sua anulação.
- e) ineficácia, estritamente em relação aos credores, produzindo efeitos contra terceiros.

Questão 19: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2010

Assunto: Prescrição e decadência (arts. 189 a 211)

A Empresa Bolas e Bolas Ltda. formaliza, em 2005, contrato de empréstimo com um Banco, com prestações para pagamento em vinte e quatro meses. No segundo mês, o devedor não realiza o pagamento, ocorrendo, por determinação contratual, o vencimento integral da dívida. Após três anos, o crédito foi cedido para a Empresa Trocas e Troças Ltda., especializada em cobrança patrimonial. O devedor, instado pela empresa de cobrança, formaliza acordo para pagamento, datado de novembro de 2009, em dez prestações. Mais uma vez, a Bolas e Bolas Ltda. não cumpre o contrato, comunicando que não mais realizaria pagamentos, em função da constatação de que a dívida estaria prescrita.

Diante de tais fatos e à luz da legislação civil em vigor, afirma-se que

- a) a pretensão da Bolas e Bolas Ltda. não mais pode ser reconhecida porque houve novel avença.
- b) a prescrição é renovada mês a mês, sendo relação de trato sucessivo, não se podendo, no caso, falar de prescrição.
- c) no caso descrito, há regra especial que estabelece prazo de dois anos, como sendo de prescrição.
- d) deve haver reembolso, diante do prazo prescricional incidente, caso a ré pague a dívida.
- e) o prazo prescricional em tela seria de dez anos.

Questão 20: CESGRANRIO - Adv (CEF)/CEF/2012

Assunto: Prescrição e decadência (arts. 189 a 211)

Sobre os institutos da prescrição e da decadência, é um **EQUÍVOCO** considerar que

- a) a decadência não se interrompe nem se suspende, salvo por previsão expressa em lei.
- b) o prazo prescricional interrompido faz com que a contagem do tempo se inicie novamente.
- c) as causas de suspensão da prescrição são de natureza pessoal.
- d) as ações de reconhecimento de paternidade e referentes ao estado da pessoa humana prescrevem em 2 anos.
- e) os prazos decadenciais podem ser elegidos por contrato, via manifestação expressa de vontade e desde que não restrinjam direito estabelecido em lei.

Questão 21: CESGRANRIO - TCE (TCE-RO)/TCE-RO/Ciências Jurídicas/2007

Assunto: Prescrição e decadência (arts. 189 a 211)

Quanto à prescrição, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) sua renúncia pode ser expressa ou tácita.
- b) seus prazos não podem ser alterados por acordo das partes.
- c) só pode ser alegada no primeiro grau de jurisdição.
- d) iniciada contra uma pessoa, ela continua a correr contra o seu sucessor.
- e) não corre entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

Questão 22: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Advogado/2004

Assunto: Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição (arts. 197 a 204)

Prevê o artigo 189 do novo Código Civil que "violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206". O Código prevê, de modo expresso, os prazos de prescrição, que fluem da violação do direito, e disciplina as regras para sua suspensão e sua interrupção. A esse respeito, assinale a única afirmação que está de acordo com o Código Civil em vigor.

- a) A prescrição só pode ser interrompida duas vezes.
- b) A prescrição só pode ser interrompida por quem esteja interessado na interrupção.
- c) A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.
- d) Prescreve em 4 anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- e) Prescreve em 5 anos a pretensão de restituição de dividendos recebidos de má-fé, a contar da data em que foi deliberada a distribuição.

Questão 23: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Advogado/2004**Assunto:** Do Direito das Obrigações (arts. 233 a 420)

Analisando-se os princípios inerentes à teoria geral das obrigações, na hipótese de inadimplemento parcial de uma obrigação com data certa, a constituição em mora do devedor:

- a) depende de notificação publicada na Imprensa Oficial.
- b) independe de qualquer espécie de notificação.
- c) deve ser ultimada por notificação cartorária.
- d) será possível somente pela via judicial, através de citação ou intimação válida.
- e) não será possível, pois a inércia das partes gera a prorrogação do prazo por tempo indeterminado.

Questão 24: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2010**Assunto:** Das Obrigações Solidárias (arts. 264 a 285)

Caio e Trício formalizaram contrato de conta-corrente com um Banco, tendo recebido talões de cheque para movimentação da conta. Trício emitiu um cheque no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) sem a devida provisão de fundos. Aduzindo existir solidariedade passiva entre os correntistas, o Banco comunicou o evento aos órgãos de proteção ao crédito, com inscrição de Caio e Trício como devedores. Inconformado, Caio postulou ao Banco a retirada do seu nome dos citados órgãos de proteção ao crédito, o que foi indeferido administrativamente. Observando o instituto da solidariedade civil, analise as afirmações a seguir.

I - Está caracterizada a solidariedade passiva presumida entre os devedores, pelo fato de figurarem, conjuntamente, no contrato de conta-corrente.

II - Não havendo solidariedade, cada devedor responde por parte da dívida, em proporção.

III - O caso descrito caracteriza solidariedade ativa.

IV - Havendo a remissão da dívida de um devedor, ela se comunica ao outro.

Está correto **APENAS** o que se afirma em

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) I, III e IV.

Questão 25: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2010**Assunto: Da Cessão de Crédito (arts. 286 a 298)**

A diretoria do Banco Super S/A, com o objetivo de adequar o seu balanço às regras internacionais, resolve ceder diversos créditos de difícil recuperação a empresas especializadas em cobrança. Nessa trilha, cedeu o crédito da Empresa X Ltda. à Empresa Z Ltda. O devedor não foi comunicado do ato e somente teve ciência da situação quando recebeu, em sua sede, carta de cobrança, indicando a origem da dívida.

Nessa perspectiva, à luz da legislação, entende-se que o(a)

- a) crédito pode ser cedido pelo credor, desde que não haja proibição legal ou a convencionada, não importando a natureza da obrigação.
- b) cessionário de boa-fé pode ser obstado por cláusula proibitiva de cessão.
- c) ciência do devedor, quanto à cessão, poderá ocorrer por publicação em meio de comunicação.
- d) cessão do crédito não abrange os acessórios, como regra geral.
- e) cessão de crédito não tem efeito em relação ao devedor caso o mesmo não tenha sido notificado.

Questão 26: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Advogado/2004**Assunto: Da Novação (arts. 360 a 367)**

As normas em vigor que disciplinam o instituto da novação, de acordo com a concepção moderna e rejeitando a concepção romana, têm merecido encômios da doutrina, que não dispensa elogios à sua excelência no ponto de vista técnico. Sobre esse instituto da relação obrigacional, é certo afirmar-se que:

- a) a novação subjetiva se dá se as partes acordam na modificação da espécie obrigacional.
- b) a novação por substituição do devedor pode ser efetuada independente do consentimento deste.
- c) a novação, como o pagamento e a compensação, produz a imediata satisfação do crédito.
- d) se, nas obrigações indivisíveis, um dos credores novar a dívida, a obrigação se extingue para os outros.
- e) se o novo devedor for insolvente, terá sempre o credor, que o aceitou, ação regressiva contra o primeiro.

Questão 27: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2010**Assunto: Dos Juros Legais (arts. 406 a 407)**

Tício contrata com determinado Banco um empréstimo no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com pagamento em dez prestações. Com o atraso no pagamento da segunda prestação, passaram a incidir juros diários, de natureza moratória. Além disso, o Banco quer cobrar, por incluso no contrato, juros remuneratórios no mesmo percentual dos moratórios. O devedor nega-se a pagar juros cumulativamente.

Diante de tais fatos e à luz da legislação civil em vigor, conclui-se que

- a) a pretensão de Tício deve ser acolhida uma vez que há cumulação indevida de juros.
- b) a cumulação de cobrança de juros somente é possível quando pactuada.
- c) os contratos bancários somente permitem a cobrança de juros moratórios.
- d) os juros devem incidir segundo a taxa para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.
- e) os juros estão limitados, constitucionalmente, a 12% (doze por cento) ao ano.

Questão 28: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2008

Assunto: Da Cláusula Penal (arts. 408 a 416)

Tratando-se de cláusula penal regulada segundo as condições previstas no Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), considere as afirmativas a seguir.

- I - A cláusula penal apenas é aplicável na hipótese de inadimplemento doloso.
- II - O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.
- III - A aplicação da cláusula penal depende da existência de prejuízo decorrente do descumprimento contratual.
- IV - A cláusula penal pode ser estipulada para o caso de descumprimento total da obrigação ou para o simples descumprimento do prazo fixado para seu adimplemento.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- a) II
- b) I e II
- c) II e IV
- d) I, III e IV
- e) II, III, e IV

Questão 29: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2006

Assunto: Da Cláusula Penal (arts. 408 a 416)

Levando-se em consideração o instituto da cláusula penal e o tratamento recebido pelo legislador do Código Civil de 2002, analise as afirmativas abaixo.

I - A cláusula penal deve constar expressamente do mesmo instrumento da obrigação.

II - Para que o devedor incorra de pleno direito na cláusula penal, é necessário que deixe de cumprir a obrigação dolosamente.

III - O valor da obrigação prevista na cláusula penal não pode ultrapassar o valor da obrigação principal.

IV - Para exigir o cumprimento da cláusula penal, o credor deverá fazer prova de seu prejuízo.

V - Tratando-se de obrigação indivisível, caindo em falta um dos devedores, a cláusula somente a ele atingirá.

Está(ão) correta(s), somente, a(s) afirmação(ões):

- a) III
- b) I e III
- c) I e IV
- d) II e V
- e) II, III e IV

Questão 30: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Da Cláusula Penal (arts. 408 a 416)

Em relação à instituição de cláusula penal em contratos, a lei **NÃO** dispõe o seguinte:

- a) uma das funções da cláusula penal é de prefixação das perdas e danos.
- b) a cláusula penal deve ser proporcional ao valor contratado, não podendo estabelecer-se em patamar excessivo, sob pena de locupletamento indevido do credor.
- c) a cláusula penal será exigível em caso de culpa do devedor que se constitui em mora.
- d) a cláusula penal pode ser reduzida de maneira equitativa pelo juiz se houver adimplemento substancial.
- e) se o prejuízo exceder o valor previsto na cláusula penal, o credor pode exigir indenização suplementar ainda que não haja convenção neste sentido.

Questão 31: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2010

Assunto: Dos Contratos em Geral (arts. 421 a 480)

J. e J. Ltda., Sociedade regularmente constituída, estabelece contrato de financiamento com Superbanco S/A, pactuando o valor da prestação em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), pelo período de cinco anos, com um ano de carência. O pagamento foi

ajustado mediante recebimento de boleta e pagamento no Banco Comercial Mínimo S/A. Quando em curso o contrato, após o pagamento da vigésima prestação, o devedor foi surpreendido com a liquidação, do Banco Mínimo S/A, por iniciativa do Banco Central, tendo comunicado o fato ao credor. Passados dois meses, foi remetida boleta com a cobrança de três prestações, acrescidas de multa, juros moratórios e correção monetária, já fixados pelo credor. Inconformado, apresentou requerimento ao Superbanco S/A, postulando a exclusão dos indevidos acessórios, o que restou indeferido. Ato contínuo, a Empresa J. e J. Ltda. foi incluída nos registros de proteção ao crédito.

Diante desse contexto, analise as afirmações a seguir.

I - O contrato, consoante o Código Civil, exige observância da boa-fé objetiva e da funcionalização do contrato.

II - Os atos do credor são admissíveis vez que foi caracterizada a *mora debendi*.

III - A função social do contrato tem por escopo limitar a autonomia da vontade quando esta confronte o interesse social.

IV - O inadimplemento do devedor deve ficar em sigilo uma vez que implicaria o descumprimento de norma avençada contratualmente, sem eiva de vício.

Está correto **APENAS** o que se afirma em

- a) III.
- b) IV.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II, III e IV.

Questão 32: CESGRANRIO - Ana Amb (INEA)/INEA/Advogado/2008

Assunto: Dos Contratos em Geral (arts. 421 a 480)

São regras aplicáveis à interpretação e aplicação dos contratos privados, previstas no direito positivo brasileiro (Código Civil) as apresentadas a seguir.

I - O distrato faz-se pela mesma forma exigida para o contrato.

II - Quando houver, no contrato de adesão, cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.

III - Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

IV- Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da obrigação do outro.

Estão corretas as regras

- a) I e III, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

Questão 33: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Dos Contratos em Geral (arts. 421 a 480)

A respeito de estipulação em favor de terceiro, considere as afirmativas abaixo.

I - Na estipulação em favor de terceiro, este, sendo determinado ou não, é afetado pelas disposições contratuais, mesmo sem delas participar.

II - Os direitos e deveres consignados em contrato, em qualquer caso, somente afetam os próprios contraentes que, livremente, o pactuaram.

III - O princípio da relatividade dos efeitos do contrato é regra de caráter absoluto, uma vez que protege a segurança jurídica de terceiros.

IV - Na doação a menor, mesmo sem o consentimento de seu representante legal, a regra da relatividade dos efeitos do contrato é excepcionada.

V - O contrato de seguro com cláusula de cobertura de “danos a terceiros” só admite a discussão dessa cobertura entre seguradora e segurado.

São corretas **APENAS** as afirmativas

- a) I e II
- b) I e IV
- c) II e III
- d) III e V
- e) IV e V

Questão 34: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2006

Assunto: Princípios contratuais no Código Civil

Pela teoria clássica, é possível definir contrato como o acordo de vontades estabelecido com o propósito de produzir efeitos jurídicos. Levando-se em

consideração o conceito de contrato, suas características e espécies, é **INCORRETO** afirmar que:

a) ao estipular que os contratos devem obedecer à forma prescrita ou não defesa em lei como requisito de validade contratual, consagra o Código Civil os princípios do informalismo e da tipicidade dos contratos.

b) em sua primeira acepção, enquanto fruto de acordo de vontades, todo contrato é bilateral ou até mesmo multilateral, sendo permitida, todavia, a classificação em bilaterais e unilaterais quando se verifica que o contrato acarreta obrigações a ambas ou apenas a uma das partes.

c) o mútuo é contrato do gênero empréstimo, que pode ser remunerado ou não; caso celebrado da forma onerosa, será denominado mútuo feneratício.

d) os vícios de validade dos contratos podem ser divididos em nulidade ou anulabilidade, conforme o requisito legal não atendido.

e) os contratos são, junto com as declarações unilaterais de vontade, espécies do gênero ato jurídico.

Questão 35: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Princípios contratuais no Código Civil

Sr. X e Sra. K pretendem encetar uma relação contratual e, para alcançar o seu objetivo, procuram um advogado.

O advogado lhes apresenta várias possibilidades e alerta que o Código Civil Brasileiro, como limitador da liberdade de contratar, estabelece, dentre outras, a necessidade de se observar a

- a) igualdade absoluta
- b) ambiguidade clausular
- c) conexão externa
- d) renúncia antecipada
- e) função social

Questão 36: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Jurídica/2014

Assunto: Classificação dos contratos

Na denominada teoria geral dos contratos, o jogo e a aposta são considerados contratos

- a) comutativos
- b) certificados
- c) aleatórios
- d) gratuitos

e) contraprestacionais

Questão 37: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2010

Assunto: Classificação dos contratos

A teoria e disciplina clássicas das transferências de riquezas, se resultaram adequadas a um sistema econômico individualista e pouco dinâmico, não podiam satisfazer as exigências da moderna economia de massas, caracterizada pelo extraordinário incremento do volume de trocas e pela crescente estandardização e impessoalidade.

ROPPO, E. O contrato. São Paulo: Almedina, 2009, p. ??

A análise do texto acima remete a qual das seguintes concepções a respeito de contrato?

- a) A impessoalidade na construção do vínculo contratual atinge o princípio da relativização dos efeitos dos contratos.
- b) A nova realidade econômica permitiu o desenvolvimento de um novo paradigma de contratação.
- c) O contrato deixa de guardar relação com a autonomia da vontade, visto que passa a ser padronizado.
- d) O princípio da tipicidade contratual ganha força, na medida em que se insere na tendência de crescente homogeneização dos vínculos contratuais.
- e) As cláusulas contratuais são cada vez mais genéricas e estandardizadas, o que remete a uma interpretação extensiva.

Questão 38: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2013

Assunto: Disposições Gerais dos contratos (arts. 421 a 471)

RM, microempresário, obtém financiamento do BNDES para a aquisição de insumos e materiais para o desenvolvimento de sua atividade empresarial.

Trata-se de contrato que

- a) é atípico e, portanto, não se aplicam a ele os princípios contratuais da boa-fé objetiva e da função social do contrato.
- b) é de adesão, cujos princípios são regulados, dentre outras leis, pelo Código Civil, que estabelece o princípio da interpretação mais favorável ao proponente.
- c) gera a obrigação de indenizar as perdas e danos sofridos em sua integralidade, em caso de inadimplemento, salvo se aposta ao contrato cláusula limitativa do dever de indenizar.
- d) pode ser declarado absolutamente nulo se provada a existência de lesão.

e) não permite a resolução por onerosidade excessiva, pois se trata de contrato com execução diferida no tempo.

Questão 39: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2013

Assunto: Da Formação dos Contratos (arts. 427 a 435)

JX contrata com o Banco do Estado a abertura de uma linha de crédito com a finalidade de aquisição de bens ou serviços. Consta no contrato de compra e venda cláusula prevendo a possibilidade de desistência do contrato em prazo de 7 dias. Passados 5 dias da formação do vínculo contratual de compra e venda, JX exerce o seu direito de arrependimento.

Nesse caso, o contrato de crédito

- a) deve ser declarado nulo por impossibilidade jurídica do objeto.
- b) perde a eficácia, pois é contrato coligado ao de compra e venda, vinculando-se a este como sua causa jurídica.
- c) permanece eficaz, desde que seja imediatamente realizado novo contrato de compra e venda para substituir o anterior.
- d) resolve-se em perdas e danos, devidos em razão da conduta culposa do comprador.
- e) é extinto, com base no princípio obrigacional da solidariedade.

Questão 40: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2013

Assunto: Do Empréstimo (arts. 579 a 592)

JS realiza contrato de mútuo com o Banco do Povo. Antes do termo do contrato, o mutuário sofreu manifesta modificação em sua situação econômica.

Nesse caso, de acordo com a legislação pertinente,

- a) o mutuante pode exigir garantia da restituição.
- b) o mutuante poderá arguir exceção do contrato não cumprido e resolver a relação jurídica contratada.
- c) o mutuante não pode resolver o contrato, pois houve adimplemento substancial.
- d) o mutuário é obrigado a antecipar a restituição.
- e) a hipótese de inadimplemento anterior ao termo deve ser verificada, resolvendo-se o contrato.

Questão 41: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Da Empreitada (arts. 610 a 626)

A sociedade A Ltda. realizou com a sociedade M S.A. um contrato de empreitada cujo objeto é a construção de uma planta industrial para refino de petróleo. Pelos termos do contrato, a sociedade A, empreiteira, incumbiu-se de executar a obra em prazo de 18 meses, sob o preço ajustado de R\$100 milhões. Na conclusão do contrato, a sociedade A Ltda. entregou ao dono da obra, a sociedade M S.A., o plano detalhado de execução da construção e de seus custos financeiros, sendo estes aceitos de pronto pelo dono da obra. Passados 12 meses do início do contrato, a sociedade A Ltda. introduziu modificações no projeto inicialmente proposto, o que acarretou aumento dos custos financeiros da obra.

Quem arcará com os custos adicionais dessa obra?

- a) O empreiteiro, somente se no contrato houver previsão expressa.
- b) O empreiteiro, a não ser que as modificações tenham sido propostas verbalmente pelo dono da obra.
- c) O empreiteiro, a não ser que o dono da obra concorde expressamente com as alterações e por meio de instruções escritas.
- d) O dono da obra, sob pena de enriquecimento sem causa.
- e) O dono da obra, com base no princípio da vedação ao *venire contra factum proprium*.

Questão 42: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2008**Assunto:** Do Seguro (arts. 757 a 802)

Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado contra riscos predeterminados (art. 757 do Código Civil). Sobre tal espécie contratual, pode-se afirmar que

I - o seguro não obriga as partes, antes de emitida e entregue ao segurado a respectiva apólice;

II - apenas pode ser parte no contrato de seguro, como segurador, entidade legalmente autorizada para tal finalidade;

III - se o segurado, com má-fé, omitir circunstâncias que possam influenciar o cálculo da taxa do prêmio, perderá este o direito à garantia prestada pelo segurador;

IV - em caso de omissão contratual, pode o segurador, a seu critério, honrar a garantia prestada por meio do pagamento em dinheiro do prejuízo resultante do risco assumido ou através da reposição da coisa.

Estão corretas **APENAS** as afirmativas

- a) I e II
- b) I e III

- c) II e III
- d) II e IV
- e) II, III e IV

Questão 43: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Jurídica/2011

Assunto: Do Seguro (arts. 757 a 802)

O Sr. João pretende garantir a estabilidade financeira de sua família através de contrato de seguro. Após as necessárias pesquisas de mercado, resolve efetuar contrato com a Empresa XWZ S.A., devidamente catalogada pela agência reguladora competente. Estabelecem o valor do prêmio, a duração do contrato e os seus beneficiários.

Quanto ao contrato de seguro, à luz da legislação civil em vigor,

- a) a emissão da apólice independe de prévia proposta escrita.
- b) o contrato pode estipular garantia de risco proveniente de ato doloso.
- c) o incidente, qualquer que seja, que incida sobre o risco coberto deve ser comunicado ao segurador.
- d) o agravamento do risco, por ato doloso do segurado, incide na perda da garantia do seguro.
- e) as declarações inexatas pelo segurado não possuem qualquer reflexo no contrato.

Questão 44: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Advogado/2004

Assunto: Da Fiança (arts. 818 a 839)

Com relação ao contrato de fiança, pode-se afirmar corretamente que:

- a) é um contrato bilateral.
- b) tem como característica fundamental o caráter *intuitu personae*.
- c) se trata de contrato principal, sempre garantido por um contrato acessório.
- d) pode ser tratado como sinônimo de aval, quando celebrado em caráter oneroso.
- e) pode ser celebrado por qualquer meio lícito, não havendo mais a exigência da forma escrita, segundo o novo Código Civil.

Questão 45: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2010

Assunto: Da Fiança (arts. 818 a 839)

Em contrato de fiança bancária, foi estipulada dupla garantia: nota promissória e caução com duplicatas. Esse fato, por si só, representa

- a) condição potestativa pura, sendo nula.
- b) enriquecimento sem causa do credor.
- c) *bis in idem* que o Direito repudia.
- d) a possibilidade de opção do credor por uma delas.
- e) abuso de direito por desequilibrar o contrato.

Questão 46: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2013

Assunto: Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Analisando a redação do parágrafo único, do artigo 927, do Código Civil, acima transcrito, conclui-se que, em sua fundamentação,

- a) adota a teoria do risco, excepcionada a regra da responsabilidade civil subjetiva.
- b) estabelece um duplo fundamento para a responsabilidade civil, objetiva e subjetiva.
- c) reconhece hipótese de presunção absoluta de culpa.
- d) identifica hipótese de presunção de causalidade.
- e) admite a exclusão da responsabilidade civil por prova de inexistência de ato ilícito.

Questão 47: CESGRANRIO - Adv (CEF)/CEF/2012

Assunto: Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

Em caso de assalto ocorrido no interior de agência bancária, cuja vítima não é cliente do banco,

- a) não há responsabilidade civil, porque o dano foi gerado por fato de terceiro, excludente de responsabilidade por rompimento do nexo causal.
- b) não há responsabilidade da instituição bancária, mas da empresa de segurança do banco exclusivamente.
- c) subsiste a responsabilidade civil subjetiva do banco, com base no art. 932, III, do Código Civil.
- d) haverá responsabilidade civil objetiva do Estado por omissão no dever de segurança.
- e) haverá obrigação do banco de indenizar a vítima com base no Código de Defesa do Consumidor, arts. 14 e 17, sob fundamento da teoria do risco do empreendimento.

Questão 48: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Jurídica/2011**Assunto:** Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

O menor X, com doze anos de idade, de físico avantajado, entra em confronto físico com o menor Y, de dez anos, redundando lesões graves para Y. Os responsáveis por X não possuem patrimônio, mas ele é proprietário de diversos imóveis que recebeu de herança de uma parente distante.

À luz da legislação civil em vigor reconhece-se que

- a) a tradicional responsabilidade subjetiva e não objetiva permanece em vigor na reparação civil.
- b) o evento ocorrido não enseja prejuízos, pois está relacionado a embates naturais entre menores.
- c) o incapaz que possuir bens responde pelos prejuízos causados, na ausência de meios dos pais.
- d) os pais ou responsáveis não respondem pelos atos praticados por seus filhos.
- e) o prejuízo não será passível de composição, se os responsáveis não possuírem bens.

Questão 49: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2010**Assunto:** Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

A imputação de responsabilidade civil, portanto, supõe a presença de dois elementos de fato, que são a conduta do agente e o resultado danoso; e de um elemento lógico-normativo, o nexo causal.

Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS

Considerando o contexto acima, o caráter lógico-normativo do nexo causal se vincula

- a) ao elo referencial que conecta conduta e dano.
- b) aos efeitos indiretos relacionados à conduta danosa.
- c) ao grau de culpa do agente do dano.
- d) à reprovabilidade da conduta danosa.
- e) a qualquer condição com potencial para produzir o dano.

Questão 50: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015**Assunto:** Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

Sr. W é tutor de Y, e o seu tutelado, Y, pratica ato ilícito, gerando dano à terceira pessoa.

Nos termos do Código Civil Brasileiro, a responsabilidade do tutor alcança os atos dos

- a) pupilos
- b) curatelados
- c) representados
- d) guardiões
- e) depositários

Questão 51: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2010

Assunto: Da Posse e sua Classificação (arts. 1.196 a 1.203)

As proposições a seguir apresentam uma caracterização de posse seguida de uma explicação que encontra fundamento legal, **EXCETO**,

- a) até prova em contrário, a posse mantém suas características iniciais / fato este que envolve tanto suas qualidades como sua origem.
- b) a posse existe como um todo unitário e indivisível / é a presença ou ausência de certos elementos que vai especificá-la.
- c) a posse justa não tem vícios desde a origem / se os detentores mantêm a coisa em seu poder.
- d) a violência estigmatiza a posse / sendo violenta, a posse não merece a proteção do direito.
- e) a posse precária representa a frustração da confiança / tal precariedade ocorre em momento posterior à apreensão da coisa.

Questão 52: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2006

Assunto: Da Propriedade (arts. 1.228 a 1.276)

De acordo com as disposições sobre o instituto da propriedade no Código Civil em vigor, assinale a afirmação correta.

- a) As faculdades de usar, gozar e dispor são inerentes à propriedade sobre o bem, porém, é vedado ao proprietário reaver a coisa em poder do possuidor, ainda que ilegítimo, tendo em vista a autonomia da posse em relação à propriedade.
- b) O Código Civil de 2002 caracterizou-se pelo alargamento dos prazos de efetivação do usucapião, consagrando a fundamentabilidade do direito de propriedade previsto no art. 5º da Constituição Federal.
- c) Adquire a propriedade sobre bem imóvel, independente de justo título e boa-fé, aquele que durante 20 anos ininterruptos possui o imóvel como se fosse seu.

d) É nula de pleno direito a promessa de compra e venda de bem imóvel não levada a registro público junto à matrícula do imóvel.

e) São defesos ao proprietário os atos sobre o bem que não lhe trazem qualquer comodidade ou utilidade, praticados com intuito de prejudicar outrem.

Questão 53: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2008

Assunto: Da Aquisição da Propriedade Imóvel - Usucapião, Acesso e Registro (arts. 1.238 a 1.259)

Consiste o usucapião em uma das hipóteses de perda da propriedade, nos termos do artigo 1.275 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002). Acerca de tal instituto, pode-se afirmar:

I - não se admite usucapião sobre coisas móveis;

II - não se admite usucapião de imóvel público;

III - pode o locatário que detenha a coisa de forma contínua e pacífica por 15 anos requerer a declaração, por usucapião, de sua propriedade sobre o imóvel;

IV - apenas se admite usucapião nas situações em que o possuidor da coisa a detenha a justo título.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) I e IV, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II, III e IV.

Questão 54: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2010

Assunto: Da Aquisição da Propriedade Móvel (arts. 1.260 a 1.274) - Usucapião, ocupação, tradição, etc.

José adquire um automóvel por meio de financiamento de um Banco, garantido mediante alienação fiduciária. Após o pagamento de dez prestações, transfere a titularidade do bem para João, que não mais realiza o pagamento das prestações restantes. Após cinco anos de uso, João alega ter adquirido o bem por usucapião, tendo em vista que o Banco não cobrou a dívida remanescente. O Banco aduziu que não houve autorização para a transferência do bem e, por força disso, permanece a alienação fiduciária na sua integralidade. Diante desse fato, conclui-se que

a) o reconhecimento da usucapião poderia ser requerido somente por José.

b) os requisitos para a usucapião de bem móvel estão preenchidos.

- c) a alienação fiduciária se extingue pela transmissão do bem não autorizada pelo credor.
- d) a posse do bem é considerada clandestina e desnatura a usucapião.
- e) a autorização de transferência do bem, dado em garantia, não é requisito para a extinção da propriedade resolúvel.

Questão 55: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Advogado/2004

Assunto: Do Condomínio Geral (arts. 1.314 a 1.358-A)

João Carlos, proprietário de um apartamento, não efetua o pagamento das prestações condominiais há pelo menos 3 (três) anos, o que já foi inclusive objeto de discussão em algumas Assembléias. No entanto, antes que o condomínio praticasse qualquer ato relativo à cobrança das prestações em atraso, João alienou o imóvel a Maria Santos, sendo a escritura devidamente registrada no Registro Geral de Imóveis, para os devidos efeitos legais. Sabendo-se que, após um mês no apartamento, Maria foi citada em ação de cobrança proposta pelo condomínio, pode-se afirmar que:

- a) a cobrança em face de Maria não é legítima, apesar de se configurar obrigação *propter rem*, pois todos os condôminos tinham ciência dos débitos antes da negociação do imóvel.
- b) a inércia do condomínio enquanto João estava no imóvel operou a remissão da dívida.
- c) a prestação condominial é uma obrigação *propter rem*, sendo legítima a cobrança.
- d) João pode efetuar o pagamento extrajudicial, e entrar com ação de regresso contra Maria.
- e) Maria não terá que pagar, pois o Código Civil de 2002 alterou a natureza da obrigação condominial, tornando-a obrigação *intuitu personae*.

Questão 56: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2006

Assunto: Da Propriedade Fiduciária (arts. 1.361 a 1.368-A)

A alienação fiduciária em garantia é espécie de contrato em que o credor tem apenas o domínio resolúvel e a posse indireta do bem alienado, enquanto o devedor mantém-se na posse direta do bem, na qualidade de depositário. Levando-se em consideração as disposições de lei relativas à alienação fiduciária, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- a) Requerida pelo credor a busca e apreensão do bem móvel objeto da alienação fiduciária em garantia, é vedado ao devedor emendar a mora com o simples depósito das prestações vencidas em atraso.
- b) Adimplida a dívida originária, resolve-se o domínio em favor do devedor fiduciante, que volta a gozar da plena propriedade sobre o bem.
- c) Quando a alienação fiduciária tem por objeto bem imóvel, inadimplida a obrigação, cabe ao credor exercer seus direitos através do instituto da consolidação.

d) Se o bem não for encontrado na posse do devedor, a ação de busca e apreensão será convalidada em ação de depósito.

e) A alienação fiduciária em garantia é contrato de caráter instrumental ao contrato de mútuo que se pretende garantir.

Questão 57: CESGRANRIO - Ana Amb (INEA)/INEA/Advogado/2008

Assunto: Do Usufruto (arts. 1.390 a 1.411)

Sobre as regras do usufruto previstas no Código Civil tem-se que o

a) usufruto apenas pode ser constituído sobre bens imóveis.

b) usufruto não se estende aos acessórios da coisa objeto do usufruto, salvo disposição em contrário.

c) usufruto apenas pode ser constituído sobre a integralidade da coisa, abrangendo necessariamente todos seus frutos e utilidades.

d) exercício do usufruto não pode ser cedido a terceiros.

e) pagamento das contribuições do seguro caberá ao usufrutuário, caso a coisa objeto do usufruto esteja segurada.

Questão 58: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2006

Assunto: Da Hipoteca (arts. 1.473 a 1.505)

A disciplina jurídica da hipoteca vem assentada em dois pilares fundamentais - a publicidade e a especialidade - de extrema importância na organização do sistema da propriedade imobiliária brasileiro. Levando-se em consideração as disposições legais inerentes à hipoteca, marque a afirmativa **INCORRETA**.

a) A hipoteca é direito real de garantia de natureza essencialmente civil, ainda que as partes contratantes sejam empresárias e a dívida originária de natureza mercantil.

b) A indivisibilidade é característica inerente à própria essência da hipoteca, pois, enquanto não liquidada a dívida, subsistirá a garantia sobre a totalidade dos bens hipotecados, desde que também indivisíveis.

c) O bem oferecido em hipoteca pode ser do próprio devedor ou de terceiro estranho ao negócio jurídico originário.

d) Qualquer dívida pode ser garantida por hipoteca, seja ela atual, futura, condicional, a termo ou pura e simples, impondo-se, apenas, nas dívidas futuras ou condicionais, a definição prévia do valor máximo da obrigação garantida.

e) Em relação ao bem hipotecado, é vedada a estipulação do pacto comissório, através do qual seria permitido ao credor ficar com o objeto da garantia na hipótese de inadimplemento da obrigação, sob pena de nulidade.

Questão 59: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Jurídica/2014

Assunto: Da Hipoteca (arts. 1.473 a 1.505)

Um cidadão possui um bem hipotecado, o que o faz alcançar o pagamento de noventa por cento da dívida. Desejoso de utilizar o bem para novo empréstimo, requer a liberação de noventa por cento do seu valor, como se a parte ficasse livre e desembaraçada, não havendo previsão no título nem aquiescência do credor sobre o tema.

Nesse caso, o instituto da hipoteca deverá

- a) admitir exoneração proporcional.
- b) inadmitir garantia em segundo grau.
- c) caracterizar-se como direito pessoal sobre coisa.
- d) manter-se sobre toda a coisa até o pagamento final do débito.
- e) permitir a instituição sobre coisa alheia sem consentimento do titular.

Questão 60: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015**Assunto:** Da Hipoteca (arts. 1.473 a 1.505)

Sr. X, possuidor de vasto patrimônio pecuniário e imobiliário, resolve associar-se a Sr. Z que possui vasto intelecto e capacidade de inovação. Para alavancar o negócio, Sr. X resolve consultar instituição financeira para levantar fundos com o fito de investir na sociedade.

Após apresentadas as opções de financiamento, ele entende que o melhor seria hipotecar do seu patrimônio, consoante autorização do Código Civil, o

- a) valor de debêntures
- b) percentual de ações
- c) recebimento de dividendos
- d) direito real de uso
- e) rendimento de alugueres

Questão 61: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2006**Assunto:** Do Direito Patrimonial (Direito de Família - arts. 1.639 a 1.722)

João Carlos, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, avalizou obrigação representada em nota promissória emitida por seu amigo Márcio, sem o consentimento de sua mulher, Maria. Em razão do não-pagamento da nota promissória, João Carlos foi executado pelo credor, que penhorou bem imóvel do casal. Maria poderá:

- a) opor embargos de devedor, tendo em vista a unidade dos interesses dos cônjuges.

- b) postular a exclusão da meação, através de embargos de terceiro, desde que provado o prejuízo sofrido.
- c) pleitear a anulação do aval dado sem seu consentimento.
- d) pedir a declaração da nulidade absoluta do ato, pois pouco importa o regime de bens do casamento, será sempre necessária a outorga uxória.
- e) regredir contra João Carlos, pois, em relação ao credor, prevalece a autonomia das obrigações cartulares e nada poderá ser feito.

Questão 62: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Advogado/2004

Assunto: Do Regime de Bens entre os Cônjuges (arts. 1.639 a 1.688)

O legislador de 1916 propôs no texto do Código Civil da época quatro regimes de bens no casamento: o da comunhão universal, o da comunhão parcial, o da separação e o dotal. O novo Código mantém em quatro as opções, deixando de renovar o dotal, mas propondo um novo regime, o de participação final nos aqüestros, até então desconhecido na legislação. Com relação ao regime de bens entre os cônjuges, vigente no Código de 2002, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- a) No pacto antenupcial que adotar o regime de participação final nos aqüestros, poder-se-á convencionar a livre disposição dos bens imóveis, desde que particulares.
- b) É admissível alteração do regime de bens entre os cônjuges mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.
- c) Com a limitação de alienar ou gravar de ônus reais os bens imóveis, qualquer que seja o regime de bens, tanto o marido quanto a mulher podem livremente praticar todos os atos de administração no desempenho de sua profissão, sendo que as dívidas contraídas em razão de tais atos obrigam somente o cônjuge que se encarregou da administração.
- d) Se os nubentes, no processo de habilitação para o casamento, optarem pelo regime de comunhão parcial, esta será reduzida a termo, e se a escolha for pelo regime da comunhão universal, esta se fará por escritura pública, através de pacto antenupcial.
- e) Sobrevindo a dissolução da sociedade, ao determinar-se o montante dos aqüestros, computar-se-á o valor das doações feitas por um dos cônjuges, sem a necessária autorização do outro.

Questão 63: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2006

Assunto: Da Sucessão Testamentária (arts. 1.857 a 1.990)

A cláusula de inalienabilidade poderá ser instituída das seguintes formas:

- I - mediante a manifestação de vontade mútua das partes contratantes;
- II - por ato de vontade do testador sobre a parte disponível da herança;
- III - por meio de negócio jurídico, com a presença de duas testemunhas;
- IV - quando se tratar de legítima, mediante justa causa declarada no testamento;
- V - por ato *inter vivos*, somente na hipótese de doação.

Estão corretas, apenas, as formas:

- a) I e IV
- b) III e IV
- c) I, II e V
- d) I, III e V
- e) II, IV e V

Questão 64: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Jurídica/2014

Assunto: Lei nº 9.514/1997 - SFI e Alienação Fiduciária de Coisa Imóvel

Nos termos da legislação de regência, a alienação fiduciária imobiliária pode incidir sobre

- a) composses
- b) direito pessoal
- c) bem enfitêutico
- d) posse individual
- e) partes beneficiárias

Questão 65: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2006

Assunto: Questões envolvendo diversos assuntos

A respeito dos institutos básicos de Direito Civil, assinale a afirmação correta.

- a) A capacidade de fato das pessoas jurídicas é caracterizada pela sua aptidão para serem titulares de direitos e obrigações.
- b) "Capacidade de fato" e "capacidade de direito" passaram a ser expressões de conteúdo idêntico, à luz da nova sistemática introduzida pelo Código Civil de 2002.
- c) Pela aplicação da teoria do órgão, as pessoas jurídicas são apresentadas por seus órgãos, exteriorizadores de sua vontade.
- d) Tendo-se em vista o princípio da consensualidade contratual, a personalidade das pessoas jurídicas surge com o simples acordo de vontades de seus fundadores.
- e) Tendo a interdição caráter constitutivo, é impossível pleitear a invalidação de ato praticado antes de sua proclamação, ainda que provada a incapacidade do agente à época.

Questão 66: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012

Assunto:

Um grave acidente com uma composição férrea de empresa pública do Estado X, prestadora do serviço público ferroviário, foi causado por imperícia do maquinista que a conduzia. Em razão do acidente, os passageiros que utilizavam o trem sofreram danos materiais e morais e pretendem, por isso, obter indenização.

Nessa situação, respondem pelos danos causados aos passageiros o(a)

- a) Estado X e a empresa pública estadual, objetiva e solidariamente
- b) Estado X, objetivamente, e o maquinista, solidariamente
- c) Estado X, a empresa pública estadual e o maquinista, solidariamente
- d) empresa pública estadual, subjetivamente, e o maquinista, regressivamente
- e) empresa pública estadual, objetivamente, e o maquinista, regressivamente

Questão 67: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012**Assunto:**

O nexó de causalidade é elemento do ato ilícito e do descumprimento do contrato.

PORQUE

O nexó de causalidade estabelece vínculo imediato do dano com o fator de atribuição de responsabilidade.

Analisando-se as afirmações acima, conclui-se que

- a) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- b) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.
- c) a primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.
- d) a primeira afirmação é falsa, e a segunda é verdadeira.
- e) as duas afirmações são falsas.

Questão 68: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012**Assunto:**

Mário é réu em ação de despejo proposta por Ester por falta de pagamento de alugueres, decorrente de contrato imobiliário. Tiago, por sua vez, é sublocatário consentido por expressa cláusula contratual.

Caso Tiago queira ingressar no processo originário da ação proposta por Ester, ele deverá assumir a posição processual de

- a) litisconsorte
- b) assistente
- c) oponente
- d) denunciado
- e) chamado

Questão 69: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2010

Assunto:

GGL S/A é consultada sobre a devolução de valores recebidos, em 2003, para realizar eletrificação em propriedades rurais de um cliente. Comunicação do Departamento Jurídico afirma que a pretensão estaria fulminada pela prescrição. Inconformado, o cliente promove ação de ressarcimento dos valores pagos. Analisando o caso, conclui-se que

- a) a pretensão em foco somente prescreveria em dez anos, regra geral.
- b) o prazo prescricional a incidir não existe.
- c) o prazo seria de três anos, sendo pretensão condenatória.
- d) o prazo maior de prescrição é aplicado no caso de vinte anos.
- e) o prazo legal passou a ser de cinco anos.

Questão 70: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2010

Assunto:

A empresa GGO S.A. contraiu empréstimo com a sociedade LPJR Ltda., no valor de R\$ 1.500.000,00, tendo adquirido, com tal valor, máquinas e equipamentos para uso nas suas atividades. Por exigência do credor, GGO S.A. realizou contrato de seguro com a seguradora TÔÁI S.A., com cláusula de beneficiário à empresa LPJR Ltda. No curso do contrato de empréstimo, com parcelas correspondentes a R\$ 500.000,00 pagas, houve sinistro, com o conseqüente requerimento à companhia seguradora para cobrir o valor constante da apólice. Diante da cláusula de beneficiário, o valor é pago à empresa LPJR Ltda., que, abatendo o valor restante da dívida, devolve o saldo à empresa segurada. Diante dessas circunstâncias, conclui-se que

- a) a atuação da empresa beneficiária é correta, pois compensou os valores de débitos e créditos com a empresa segurada.
- b) a compensação se revela inviável diante da ausência de negócios da mesma natureza.
- c) a compensação seria possível com a prévia anuência da devedora.
- d) a compensação é ato dependente de autorização legal específica e ato das partes.

e) o devedor e o credor somente podem realizar compensação se o contrato expressamente autorizar.

Questão 71: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2010

Assunto:

Mévio e Tácio, maiores e absolutamente capazes, estipulam negócio em que o primeiro se compromete a entregar um móvel cujas características foram apresentadas em desenho entregue pelo segundo, com prazo de entrega de trinta dias e preço ajustado de R\$ 5.000,00. Findo o prazo, o bem não é entregue ao credor. Buscando a conciliação, as partes contratantes ajustam a extinção da relação jurídica anterior, estabelecendo que Tácio pagaria a Mévio a quantia de R\$ 4.000,00, em dez parcelas mensais e de igual valor, e Mévio entregaria o móvel, objeto do desenho entregue anteriormente, e duas cadeiras de madeira de lei. Diante de tais circunstâncias, verifica-se que

- a) a descrição dos fatos indica que houve novação.
- b) não se trata de novação pela ausência de palavras sacramentais.
- c) houve apenas a confirmação da obrigação originária.
- d) o parcelamento descaracteriza a novação.
- e) a mudança da prestação é vedada pelo instituto da novação.

Questão 72: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2012

Assunto:

Em determinado contrato de adesão, existe cláusula que dispõe que o aderente leu e entendeu todo o conteúdo da proposta.

Essa cláusula é

- a) válida, uma vez que quer explicitar que o aderente conhece o conteúdo do contrato.
- b) inócua, pois é pressuposto que o aderente, antes de firmar o contrato, o tenha lido.
- c) eficaz, inclusive porque deixa transparente que o contrato foi esclarecido ao aderente.
- d) abusiva, pois encerra a presunção de que o aderente leu e entendeu o contrato.
- e) inválida, uma vez que o aderente não participou da elaboração do contrato.

Questão 73: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2012

Assunto:

Caio Tício, instalado em quiosque à beira da praia, no qual explora atividade econômica há mais de 5 anos, foi notificado para devolver a instalação. Caio se recusa e refere ter a posse do local há mais de 5 anos, sem nunca ter sido molestado. Restou provado nos autos que o quiosque foi construído pela prefeitura, que o cedeu ao réu. Entretanto, não há documento que comprove essa cessão.

Nesse caso, Caio

- a) terá que devolver o quiosque, mas pode exercer o direito de retenção, até ser indenizado pelo fundo de comércio.
- b) terá que devolver o quiosque, pois ocupa bem público, não tendo posse, mas detenção.
- c) tem direito de permanecer no quiosque, visto que dá função social à sua posse.
- d) tem direito de permanecer no quiosque, já que sua posse lhe permitirá, inclusive, requerer usucapião.
- e) tem direito de permanecer no quiosque, com base no contrato de cessão, que não precisa ser escrito.

Questão 74: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2012**Assunto:**

O posto de gasolina EXA Ltda. utiliza a bandeira da distribuidora de derivados de petróleo MEGGA, estando identificado visualmente com suas insígnias. Entretanto, venceu seu contrato de exclusividade com MEGGA, e o posto passou a comercializar produtos de outros fornecedores, mais baratos.

Nesse caso, a(o)

- a) conduta do posto é ilícita, pois utiliza a marca MEGGA e vende produtos de outras marcas, ludibriando o consumidor.
- b) obrigatoriedade de manter uma única marca de combustível não existe mais se o contrato de exclusividade estiver vencido.
- c) posto pode vender produtos de outros fornecedores, sobretudo porque favorece o consumidor com preços menores.
- d) posto pode vender produtos de outras marcas, se a distribuidora MEGGA praticar preços mais altos que o mercado.
- e) posto pode comercializar produtos de outros fornecedores, desde que venda combustível da marca MEGGA.

Questão 75: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2012

Assunto:

Há princípios que correspondem:

- I - à liberdade com igualdade na esfera contratual
- II - à possibilidade de optar entre contratar ou não
- III - a um requisito de eficácia do contrato
- IV - a um pressuposto de validade do contrato

Dos princípios apresentados acima, correspondem especificamente à função social do contrato

- a) I e III
- b) I e IV
- c) II e III
- d) II e IV
- e) III e IV

Questão 76: CESGRANRIO - Adv (DETRAN AC)/DETRAN AC/2009

Assunto:

Mévio propôs ação, com pedido indenizatório, em face de Pessoa e Pessoa S/A, aduzindo danos causados por ato de preposto da ré, que lhe ocasionaram danos, ocorridos no ano de 2000. Regularmente citada, a ré apresenta defesa de mérito, sem preliminares ou prejudiciais. A sentença julgou o pedido procedente, havendo recurso de apelação indicando a existência de prescrição, nos moldes do Código Civil.

Diante dos fatos narrados, pode-se deduzir que

- a) ação com pretensão indenizatória não é atingida pela prescrição.
- b) prescrição e decadência são institutos sem qualquer distinção.
- c) a prescrição contra absolutamente incapazes corre segundo as regras do Código Civil.
- d) a prescrição da pretensão do autor não pode ser alegada somente em apelação.
- e) o Código Civil permite a alegação de prescrição em qualquer grau de Jurisdição.

Questão 77: CESGRANRIO - Adv (DETRAN AC)/DETRAN AC/2009

Assunto:

Nos termos do Código Civil em vigor, pode ser considerada pessoa jurídica de direito público interno:

- a) espólio.

- b) sociedade simples.
- c) sociedade anônima.
- d) associação pública.
- e) condomínio.

Questão 78: CESGRANRIO - Adv (DETRAN AC)/DETRAN AC/2009**Assunto:**

O Prefeito do município de Rio Branco/AC, no intuito de regularizar o espaço urbano, notifica, por violação à legislação municipal, diversos munícipes que realizaram construções irregulares em locais destinados a ruas e praças públicas. Tais bens são considerados

- a) particulares.
- b) de uso dominical.
- c) de uso especial.
- d) de uso comum.
- e) concedidos.

Gabarito - Civil

1) D	2) A	3) B	4) D	5) A	6) B	7) A
8) A	9) E	10) C	11) C	12) C	13) C	14) A
15) D	16) C	17) B	18) B	19) A	20) D	21) C
22) D	23) B	24) C	25) E	26) B	27) B	28) C
29) A	30) E	31) D	32) E	33) B	34) A	35) E
36) C	37) B	38) C	39) B	40) A	41) C	42) C
43) D	44) B	45) D	46) A	47) E	48) C	49) A
50) A	51) C	52) E	53) B	54) D	55) C	56) A
57) E	58) B	59) D	60) D	61) C	62) C	63) E
64) C	65) C	66) E	67) A	68) B	69) E	70) A
71) A	72) D	73) B	74) A	75) B	76) E	77) D
78) D						

Direito Empresarial**Direito Comercial (Empresarial)****Questão 1: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014**

Assunto: Estabelecimento

Restaurante Z Caseiro Ltda se insurge contra a Empresa Energética do Estado Beta, que está lhe cobrando pelos débitos relativos ao consumo de energia do Restaurante Y Gosto Ltda, que celebrara com o Restaurante Z Caseiro Ltda contrato de sucessão comercial, adquirindo seu fundo de comércio, onde está disposto que todos os direitos e obrigações do sucedido passariam à responsabilidade da sucessora. Entretanto, na mesma ocasião, o Restaurante Y Gosto Ltda firmou termo de reconhecimento e transação de dívida com o Restaurante Z Caseiro Ltda, emitindo, inclusive, cheques para fins de adimplemento da obrigação de quitação das faturas de energia elétrica vencidas que, entretanto, não demonstraram ter suficiente provisão de fundos.

Nessa hipótese,

- a) só haverá responsabilidade da empresa sucessora se esta não tiver dado ciência à companhia de energia elétrica sobre o contrato firmado.
- b) há responsabilidade da empresa Restaurante Z Caseiro Ltda que, no entanto, é subsidiária à responsabilidade da empresa sucedida.
- c) há responsabilidade da empresa Restaurante Z Caseiro Ltda, que não é afastada pela confissão de dívida, eis que houve pacto exposto de sucessão comercial.
- d) não há responsabilidade da empresa sucessora já que o termo de reconhecimento e transação de dívida é ato jurídico perfeito.
- e) não há responsabilidade da empresa Restaurante Z Caseiro Ltda, eis que houve confissão de dívida por parte da empresa sucedida.

Questão 2: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015**Assunto: Sociedades (Direito Comercial)**

A reorganização societária de uma sociedade anônima poderá resultar, com base nas regras contidas na lei que dispõe sobre as Sociedades Anônimas, nas operações de transformação, incorporação, fusão e cisão de empresas.

Está definida de acordo com essa lei a seguinte operação:

- a) a transformação é a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro.
- b) a incorporação é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.
- c) a fusão é a operação pela qual uma sociedade transfere parcelas de seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, independentemente de dissolução e liquidação de um tipo para outro.
- d) a cisão é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que a elas sucede em todos os direitos e obrigações.
- e) a cisão, com versão de parcela do patrimônio em sociedade nova, poderá ser efetivada independentemente de deliberação da assembleia geral da companhia.

Questão 3: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Sociedade Limitada (Direito Comercial)

Com relação às sociedades limitadas, analise as afirmações a seguir.

I - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

II - A administração da sociedade limitada poderá ser feita por administrador não sócio, desde que haja permissão no contrato social da sociedade.

III - Os sócios, para a constituição da sociedade, devem contribuir para a formação do capital social com dinheiro ou qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação pecuniária.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 4: CONSULPLAN - Adv (TERRACAP)/TERRACAP/2014

Assunto: Sociedade Limitada (Direito Comercial)

Acerca da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, analise.

I. Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

II. Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, é permitida contribuição que consista em prestação de serviços.

III. O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.

IV. Pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de 5 anos da data do registro da sociedade.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) IV, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, III e IV, apenas.

Questão 5: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Sociedade Limitada (Direito Comercial)

Às sociedades limitadas aplicam-se as seguintes regras contidas no Código Civil Brasileiro em vigor:

- a) o sócio-cotista poderá contribuir para a formação do capital social sob a forma de prestação de serviços.
- b) os sócios na sociedade limitada têm responsabilidade subsidiária pela integralização do capital social.
- c) os sócios que adotarem deliberação contrária à lei ou ao contrato social responderão ilimitadamente pelas obrigações sociais relacionadas à deliberação ilícita.
- d) a sociedade limitada comporta hipótese de dissolução de pleno direito, salvo o consenso unânime dos sócios, o qual resultará invariavelmente na dissolução judicial da respectiva sociedade.
- e) na omissão do contrato, o sócio não poderá ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente da audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de dois quartos do capital social.

Questão 6: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2010

Assunto: Sociedade Anônima

No que diz respeito à Sociedade Anônima, considere as afirmativas abaixo

- I - Trata-se de sociedade empresária com capital social dividido em ações, cujos sócios têm, como obrigações sociais, responsabilidade limitada ao preço da emissão das ações que titularizam.
- II - O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.
- III - As ações, de acordo com o disposto no estatuto social, podem ou não ter valor nominal, que significa o resultado da divisão do capital social pelo número de ações emitidas.

IV - A forma de transferência da ação pode ser nominativa, escritural, endossável e ao portador.

Está correto APENAS o que se afirma em

- a) I.
- b) III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) I, II e III.

Questão 7: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Sociedade Anônima

De acordo com a Lei nº 6.404/1976, a administração das companhias abertas e de capital autorizado, conforme dispuser o estatuto social, compete ao(s)

- a) Conselho Fiscal
- b) fundador da companhia
- c) acionistas da companhia
- d) diretor financeiro da companhia
- e) Conselho de Administração e à diretoria, ou somente à diretoria

Questão 8: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012

Assunto: Constituição da Companhia

A Lei nº 6.404/1976 prevê que, em uma sociedade anônima,

- a) a companhia é aberta ou fechada, conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.
- b) a companhia não pode ter por objeto participar de outras sociedades, salvo se autorizada por seu estatuto social.
- c) a distribuição pública de valores mobiliários no mercado independe de registro na Comissão de Valores Mobiliários.
- d) o capital é dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios é ilimitada, independentemente do preço das suas ações subscritas ou adquiridas.
- e) os valores mobiliários de emissão da companhia podem ser negociados no mercado de valores mobiliários, mediante registro junto à Susep.

Questão 9: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012**Assunto: Administradores (Sociedade Anônima)**

À luz da Lei nº 6404/1976 e alterações, o acionista controlador responde pelos danos causados por atos praticados com abuso de poder **EXCETO** na hipótese de

- a) usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto e cumprir sua função social, inclusive para orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.
- b) contratar com a companhia, diretamente ou através de outrem, ou com sociedade na qual tenha interesse, em condições de favorecimento ou não equitativas.
- c) aprovar ou fazer aprovar contas irregulares de administradores, por favorecimento pessoal, ou deixar de apurar denúncia que saiba ou devesse saber procedente, ou que justifique fundada suspeita de irregularidade.
- d) induzir, ou tentar induzir, administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos na referida Lei das Sociedades por Ações e no estatuto, promover contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral.
- e) eleger administrador ou fiscal que sabe inapto moral ou tecnicamente.

Questão 10: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014**Assunto: Administradores (Sociedade Anônima)**

A escolha do presidente do Conselho de Administração das S/A deve ser realizada pela(o)

- a) Assembleia Geral ou pelos Administradores, alternativamente
- b) Assembleia Geral ou pelo próprio Conselho de Administração, conforme o estatuto
- c) Diretoria ou através de Acionistas
- d) Conselho e pela Assembleia Geral, conjuntamente
- e) Representante dos Trabalhadores e pelo Representante dos Acionistas

Questão 11: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012**Assunto: Órgãos da Companhia**

De acordo com a Lei nº 6.404/1976, compete ao Conselho de Administração

- a) reformar o estatuto social.
- b) fixar a orientação geral dos negócios da companhia.
- c) suspender o exercício dos direitos do acionista.

d) fiscalizar, por qualquer dos seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

e) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas à modificação do capital social, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão e cisão.

Questão 12: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Assunto: Valores Mobiliários

A respeito da oferta pública de valores mobiliários, considere as afirmativas abaixo.

I - É objetivo essencial da lei das S/A a possibilidade de as empresas obterem capitalização no mercado de valores mobiliários.

II - A distribuição pública de valores mobiliários se caracteriza pela utilização obrigatória de corretores.

III - Os valores mobiliários, nas ofertas públicas, têm de ser negociados através de bolsa de valores.

IV - O registro prévio na CVM da distribuição de valores mobiliários tem por fundamento principal a proteção dos investidores.

Está correto **APENAS** o que se afirma em

- a) I e II
- b) I e III
- c) I e IV
- d) II e III
- e) II e IV

Questão 13: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Nota Promissória

A empresa Y Ltda. é beneficiária e portadora legítima de uma nota promissória emitida no dia 29/01/2012 pela Empresa Z Ltda., com vencimento à vista no valor de R\$ 100.000,00, nela constando o aval da Empresa B Ltda. no montante de R\$ 50.000,00.

À vista disso, a Empresa Y Ltda. pretende endossar o referido título de crédito à Empresa J Ltda. no montante equivalente a R\$ 50.000,00.

Nesse caso, de acordo com as normas previstas na legislação cambiária em vigor, aplicáveis à nota promissória, o(a)

- a) aval parcial é considerado nulo.
- b) endosso parcial é considerado nulo.
- c) emitente deverá ser notificado na hipótese de endosso do referido título.
- d) vencimento à vista equivale ao vencimento a um certo termo de vista.
- e) ausência de aceite torna nulo o referido título de crédito.

Questão 14: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012

Assunto: Duplicata

Em operação de desconto, o Banco T S/A protestou duplicatas que, por erro, tinham o CNPJ de uma empresa que não efetivara qualquer operação comercial com a emitente dos títulos. Por esse motivo, a empresa teve seu nome incluído em cadastro de inadimplentes, o que lhe causou sérios transtornos.

O Banco, na hipótese, agiu

- a) corretamente, visto que, como endossatário, tinha de efetivar o protesto para resguardar seus direitos em face do endossador.
- b) corretamente, uma vez que o protesto é a forma de garantir os direitos do banco em face dos coobrigados.
- c) licitamente, visto que o título protestado lhe foi transmitido por endosso translativo.
- d) com abuso de direito, já que teria o ônus de verificar a correção dos dados lançados no título.
- e) conforme o exercício regular do direito que possuía, sendo seu o ônus de protestar os títulos que recebe como endossatário.

Questão 15: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Duplicata

A Lei nº 5.474/1968, que regula as duplicatas, dispõe

- a) que a pretensão à execução da duplicata prescreve contra o sacado e respectivos avalistas, em 5 (cinco) anos, contados da data do vencimento do título.
- b) que a perda ou extravio da duplicata obrigará o vendedor a extrair cédula de crédito comercial, que terá os mesmos efeitos e requisitos e obedecerá às mesmas formalidades daquela.
- c) que o comprador não poderá deixar de aceitar a duplicata por motivo de vícios, defeitos e diferenças na qualidade e quantidade das mercadorias negociadas entre comprador e vendedor, ainda que devidamente comprovados, por se tratar de um título de crédito desvinculado do negócio subjacente que lhe deu origem.

d) que, no caso da duplicata não aceita pelo sacado, a sua cobrança judicial, pelo credor, é possível, independentemente de o título ter sido protestado em tempo hábil ou não, visto que o crédito se encontra inserto no respectivo título de crédito.

e) que, no ato de emissão da fatura, dela poderá ser extraída uma duplicata para circulação como efeito comercial, não sendo admitida qualquer outra espécie de título de crédito para documentar o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador.

Questão 16: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Falência

A respeito de falência, qual das normas jurídicas abaixo observa a Lei nº 11.101/2005?

a) A Lei de Falência estabelece lista taxativa dos meios de recuperação da atividade econômica da empresa contendo instrumentos financeiros, administrativos e jurídicos para emprego nas empresas em crise.

b) A falência, para fins de execução concursal, compreende todos os credores do falido, civis e comerciais, inclusive contemplando credores com crédito por despesas individualmente feitas para ingresso na massa falida.

c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista submetem-se às regras contidas na Lei nº 11.101/2005.

d) As obrigações a título gratuito são exigíveis do devedor.

e) Os credores do falido não são tratados igualmente, pois a natureza do crédito importa para a definição de uma ordem de pagamento que deve ser observada na liquidação.

Questão 17: CONSULPLAN - Adv (TERRACAP)/TERRACAP/2014

Assunto: Falência

A Sociedade Empresária HD Prestadora de Serviços Ltda. teve sua falência decretada. Apurou-se, no entanto, que, 11 meses antes da decretação da falência, ela doou um veículo para uma instituição de caridade. Sobre a doação é correto afirmar que é

a) ineficaz em relação à massa falida.

b) plenamente válida, pois o ato foi praticado antes da decretação da falência.

c) nula de pleno direito, por ter sido praticado dentro do prazo de um ano antes da quebra.

d) plenamente válida, pois se trata de doação à instituição de caridade e não a sócios da sociedade empresária.

e) anulável, mediante iniciativa do administrador judicial da massa falida, pelo fato do ato ter sido praticado dentro do prazo de dois anos antes da quebra.

Questão 18: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012**Assunto: Contratos Mercantis**

O contrato pelo qual uma das partes se obriga a obter pedidos de compra e venda de mercadorias fabricadas ou comercializadas por outra parte, sem que haja vínculo empregatício entre as partes envolvidas, denomina-se

- a) seguro
- b) fomento mercantil
- c) arrendamento mercantil
- d) representação comercial
- e) compra e venda mercantil

Questão 19: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015**Assunto: Contratos Mercantis**

Na hipótese de uma parte, na qualidade de autônomo, se obrigar a obter pedidos de compra e venda comercializados pela outra parte, tem-se um contrato de

- a) franquia
- b) compra e venda
- c) comissão mercantil
- d) representação comercial
- e) arrendamento mercantil

Questão 20: CONSULPLAN - NeR (TJ MG)/TJ MG/Provimento/2015**Assunto: Empresa e Empresário**

Sobre o empresário e com base no Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se empresário quem exerce, mesmo que esporadicamente, atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens ou serviços.
- b) Não é obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- c) A inscrição do empresário far-se-á mediante requerimento que contenha: o seu nome, nacionalidade, domicílio, estado civil e, se casado, o regime de bens; a firma, com a respectiva assinatura autógrafo; o capital; o objeto e a sede da empresa.

d) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste não precisa também inscrevê-la, pois é suficiente a inscrição averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.

Questão 21: CONSULPLAN - NeR (TJ MG)/TJ MG/Provimento/2015

Assunto: Empresa e Empresário

Sobre as empresas individuais de responsabilidade limitada e com base no Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.
- b) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.
- c) A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por pelo menos duas pessoas, ambas titulares da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- d) Poderá ser atribuída à empresa individual de responsabilidade limitada constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional.

Questão 22: CONSULPLAN - NeR (TJ MG)/TJ MG/Provimento/2015

Assunto: Empresa e Empresário

Com base no Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), considera-se empresário

- a) quem exerce profissão de natureza intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, com fins lucrativos, mesmo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- b) quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- c) o preposto permanente no exercício da empresa, mesmo que esta não seja uma atividade econômica organizada.
- d) toda pessoa física ou jurídica que tenha feito a sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis depois do início de sua atividade.

Questão 23: CONSULPLAN - NeR (TJ MG)/TJ MG/Provimento/2015

Assunto: Empresa e Empresário

Analise as seguintes afirmativas:

I. O Novo Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002) revogou todo o Código Comercial (Lei 556, de 25 de junho 1850).

II. Regem-se os títulos de crédito pelo disposto no Novo Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), ficando sem efeito qualquer outra disposição diversa.

III. Salvo disposição em contrário, aplicam-se aos empresários e sociedades empresárias as disposições de lei não revogadas pelo Novo Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), referentes a comerciantes, ou a sociedades comerciais, bem como a atividades mercantis.

A partir da análise das afirmativas acima e com base no Novo Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), está correto somente o que se afirma em:

- a) I
- b) I e III
- c) III
- d) I e II

Questão 24: CONSULPLAN - NeR (TJ MG)/TJ MG/Provimento/2015

Assunto: Nome Empresarial

A respeito do nome empresarial e com base no Código Civil (Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002), assinale a afirmativa correta:

- a) Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final “limitada” ou a sua abreviatura.
- b) O empresário opera somente sob denominação constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.
- c) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada somente operará sob denominação, na qual poderão figurar também os nomes dos sócios de responsabilidade limitada, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão “e companhia” ou sua abreviatura.
- d) A omissão da palavra “limitada” é irrelevante para determinar a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou denominação da sociedade.

Questão 25: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Assunto: Estabelecimento

Restaurante Z Caseiro Ltda se insurge contra a Empresa Energética do Estado Beta, que está lhe cobrando pelos débitos relativos ao consumo de energia do Restaurante Y Gosto Ltda, que celebrara com o Restaurante Z Caseiro Ltda contrato de sucessão comercial, adquirindo seu fundo de comércio, onde está disposto que todos os direitos e obrigações do sucedido passariam à responsabilidade da sucessora. Entretanto, na mesma ocasião, o Restaurante Y Gosto Ltda firmou termo de reconhecimento e transação de dívida com o Restaurante Z Caseiro Ltda, emitindo, inclusive, cheques para fins de adimplemento da obrigação de quitação das faturas de energia elétrica vencidas que, entretanto, não demonstraram ter suficiente provisão de fundos.

Nessa hipótese,

- a) só haverá responsabilidade da empresa sucessora se esta não tiver dado ciência à companhia de energia elétrica sobre o contrato firmado.
- b) há responsabilidade da empresa Restaurante Z Caseiro Ltda que, no entanto, é subsidiária à responsabilidade da empresa sucedida.
- c) há responsabilidade da empresa Restaurante Z Caseiro Ltda, que não é afastada pela confissão de dívida, eis que houve pacto expresso de sucessão comercial.
- d) não há responsabilidade da empresa sucessora já que o termo de reconhecimento e transação de dívida é ato jurídico perfeito.
- e) não há responsabilidade da empresa Restaurante Z Caseiro Ltda, eis que houve confissão de dívida por parte da empresa sucedida.

Questão 26: CONSULPLAN - NeR (TJ MG)/TJ MG/Provimento/2015**Assunto:** Estabelecimento

Sobre o estabelecimento empresarial e com base no Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.
- b) O estabelecimento não pode ser objeto unitário de direitos e tampouco de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com sua natureza.
- c) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, não produzirá efeitos quanto a terceiros mesmo depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis.
- d) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento dependerá somente do consentimento dos credores com garantia real, mas desde que seja apenas de modo expresso e no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da alienação.

Questão 27: CONSULPLAN - NeR (TJ MG)/TJ MG/Provimento/2017**Assunto:** Registro

O Capital Social mínimo exigido para o registro de uma EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada) é, em salários mínimos:

- a) 30.
- b) 50.
- c) 100.
- d) 120.

Questão 28: CONSULPLAN - JT TRT1/TRT 1/2005**Assunto:** Desconsideração da personalidade jurídica

Sobre a *"Disregard Doctrine"*, analise as proposições abaixo e, a seguir, assinale a alternativa **correta**:

I - A teoria da desconsideração da personalidade jurídica, também denominada *"disregard of legal entity"*, começou a vigor no Código Civil de 1916, e estabelecia que as pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros;

II - O primeiro diploma legal brasileiro a acolher essa teoria foi o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90);

III - O atual Código Civil estabelece que, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, o julgador pode estender os efeitos de determinadas relações de obrigações aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica;

IV - A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração;

- a) todas as proposições estão incorretas;
- b) todas as proposições estão corretas;
- c) apenas a proposição I está incorreta;
- d) apenas as proposições II e IV estão corretas;
- e) apenas as proposições II e III estão corretas.

Gabarito - Empresarial

1) C	2) A	3) C	4) E	5) C
6) E	7) E	8) A	9) A	10) B
11) B	12) C	13) B	14) D	15) E
16) E	17) A	18) D	19) D	20) C
21) C	22) B	23) C	24) A	25) C
26) A	27) C	28) C		

Direito Constitucional

Questão 1: CONSULPLAN - Adv (TERRACAP)/TERRACAP/2014

Assunto: Conceito, estrutura, supremacia e classificação das Constituições

Sobre as diversas espécies de classificação das Constituições, relacione adequadamente as colunas.

1. Constituição promulgada.
2. Constituição dogmática.
3. Constituição dirigente.
4. Constituição costumeira ou não escrita.
5. Constituição rígida.

() É aquela que não traz as regras em um único texto solene e codificado.

() Apresenta-se como produto escrito e sistematizado por um órgão constituinte, a partir de princípios e ideias fundamentais da teoria política e do direito dominante.

() Só poderão ser alteradas por um processo legislativo mais solene e dificultoso que o existente para a edição das demais espécies normativas.

() É aquela que estabelece um projeto de Estado.

() É aquela fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita diretamente pelo povo.

A sequência está correta em

- a) 1, 2, 3, 4, 5.
- b) 5, 4, 3, 2, 1.
- c) 4, 2, 5, 3, 1.
- d) 2, 4, 5, 1, 3.
- e) 3, 5, 2, 1, 4.

Questão 2: ESAF - Adv IRB/IRB/2004

Assunto: Métodos e princípios de interpretação das normas constitucionais

Na questão, assinale a opção correta.

a) O princípio da unidade da Constituição postula que, na interpretação das normas constitucionais, sejam atribuído o sentido que lhes empreste maior eficácia ou efetividade.

b) O princípio de interpretação constitucional do “efeito integrador” estabelece uma nítida hierarquia entre as normas da parte dogmática da Constituição e as normas da parte meramente organizatória.

c) Pacificou-se, entre nós, o entendimento de que as cláusulas pétreas da Constituição podem ser modificadas pelo mecanismo denominado de “dupla revisão”.

d) Mesmo que, num caso concreto, se verifique a colisão entre princípios constitucionais, um princípio não invalida o outro, já que podem e devem ser aplicados na medida do possível e com diferentes graus de efetivação.

e) No sistema jurídico brasileiro, cabe, com exclusividade, ao Poder Judiciário a prerrogativa de interpretar a Constituição, sendo do Supremo Tribunal Federal a palavra decisiva a esse respeito.

Questão 3: ESAF - Adv IRB/IRB/2004

Assunto: Métodos e princípios de interpretação das normas constitucionais

Na questão, assinale a opção correta.

a) A lei anterior a uma emenda à Constituição incompatível, no seu conteúdo, com a nova redação da Carta da República, deve ser declarada, por meio de ação direta de inconstitucionalidade, supervenientemente inconstitucional.

b) As normas da Constituição de 1967/1969 que não destoam, no seu conteúdo, da Constituição de 1988, são consideradas como recebidas pela nova ordem, com *status* de lei complementar.

c) Lei ordinária anterior à Constituição de 1988, com ela materialmente compatível, é tida como recebida pela nova ordem constitucional, mesmo que esta exija lei complementar para regular o assunto.

d) Os decretos-leis editados antes da vigência da Constituição de 1988 perderam eficácia com a promulgação desta, uma vez que a ordem constitucional em vigor não previu tal instrumento normativo.

e) Conforme entendimento há muito pacificado no Supremo Tribunal Federal, a revogação da lei, objeto de ação direta de inconstitucionalidade, no curso dessa ação, não prejudica a apreciação do mérito da demanda, se a lei tiver produzido efeitos concretos durante o seu período de vigência.

Questão 4: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Métodos e princípios de interpretação das normas constitucionais

Interpretação gramatical é

- a) a ampliação do sentido da regra jurídica, quando o operador do direito conclui que o legislador menos disse do que pretendia.
- b) a comparação de regras de um mesmo sistema jurídico, em suas várias expressões normativas, de modo a compatibilizar-se o sentido buscado pelo intérprete.
- c) o recurso a outras normas de um mesmo sistema jurídico, de modo que o intérprete possa suprir aparente omissão no ordenamento jurídico.
- d) a busca do significado dos termos e expressões da regra jurídica, de modo a aclarar-lhe, filologicamente, o sentido.
- e) a pesquisa dos antecedentes legislativos, das razões e objetivos que determinaram a sua integração ao ordenamento positivo, de maneira a objetivar-se um significado razoável para a regra jurídica.

Questão 5: CONSULPLAN - Adv (TERRACAP)/TERRACAP/2014

Assunto: Métodos e princípios de interpretação das normas constitucionais

O processo informal de mudança da Constituição, que consiste em alterações no significado e no sentido interpretativo do texto constitucional, permanecendo o referido texto inalterado, recebe o nome de

- a) revisão constitucional.
- b) reforma constitucional.
- c) emenda constitucional.
- d) mutação constitucional.
- e) desconstitucionalização.

Questão 6: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2010

Assunto: Métodos e princípios de interpretação das normas constitucionais

Dentre os princípios de interpretação constitucional, tanto a doutrina como a jurisprudência reconhecem o princípio da unidade da Constituição. Esse princípio tem relevância na medida em que

- a) atribui à Constituição o caráter de Norma Fundamental do ordenamento jurídico.
- b) impõe ao intérprete o dever de harmonização das tensões e contradições existentes, in abstracto, entre as normas de uma Constituição.
- c) estabelece uma hierarquia normativa entre os dispositivos da Constituição, favorecendo a declaração de inconstitucionalidade de uma norma constitucional originária.
- d) recomenda que os aplicadores da Constituição, em face de normas infraconstitucionais de múltiplos significados, escolham o sentido que as torne constitucionais e não aquele que resulte na sua declaração de inconstitucionalidade.

e) torna possível a declaração de inconstitucionalidade de uma emenda constitucional.

Questão 7: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Dos princípios fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Sobre princípios constitucionais, princípios constitucionais do trabalho, hermenêutica constitucional, classificação das normas constitucionais e tipos de constituição, assinale a única opção correta.

a) Segundo a doutrina, os princípios político-constitucionais são materializados sob a forma de normas-princípio, as quais, frequentemente, são desdobramentos dos denominados princípios fundamentais.

b) Por ser um direito fundamental do trabalhador, o princípio da irredutibilidade salarial não admite exceções.

c) Segundo a doutrina, na interpretação restritiva de uma norma constitucional, o intérprete deve restringir o domínio normativo atingido pela efetividade da norma para adequá-lo ao programa normativo.

d) Uma norma constitucional classificada quanto à sua aplicabilidade como uma norma constitucional de eficácia contida não possui como característica a aplicabilidade imediata.

e) Uma constituição é classificada como popular, quanto à origem, quando se origina de um órgão constituinte composto de representantes do povo.

Questão 8: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Assunto: Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Os Direitos Individuais e Garantias Fundamentais no sistema jurídico brasileiro

a) são intransmissíveis, irrenunciáveis, absolutos, e suas normas definidoras têm aplicação imediata.

b) são inalteráveis, uma vez que, para o Supremo Tribunal Federal, o poder reformador jamais pode modificar um direito fundamental.

c) incluem outros do regime e princípios adotados na Constituição, além dos constantes de Tratados internacionais de que o Brasil seja parte.

d) estão limitados ao rol, que o constituinte estabeleceu, dos arts. 5º ao 17º da Constituição da República Federativa Brasileira.

e) obedecem ao modelo de constituição rígida ortodoxa, adotado pelo constituinte originário.

Questão 9: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º da CF/1988)

Sobre direitos e garantias fundamentais, direitos e deveres individuais, difusos e coletivos e garantias constitucionais, assinale a única opção correta.

- a) A liberdade de manifestação do pensamento, nos termos em que foi definida no texto constitucional, só sofre restrições em razão de eventual colisão com o direito à intimidade, vida privada, honra e imagem.
- b) São imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia os crimes definidos como hediondos, na forma da lei.
- c) Por ser direito personalíssimo, os indivíduos só têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular.
- d) Nos termos do texto constitucional, a todos são assegurados, como direito individual, os meios que garantam a celeridade da tramitação do processo judicial e administrativo.
- e) Com relação aos efeitos do mandado de injunção, o Supremo Tribunal Federal adota, de forma majoritária em suas decisões, a posição concretista individual intermediária.

Questão 10: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Assunto: Remédios Constitucionais

Sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impetrar o seguinte remédio constitucional:

- a) *Habeas Data*
- b) *Habeas Corpus*
- c) Mandado de Segurança
- d) Mandado de Injunção
- e) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão

Questão 11: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012

Assunto: Remédios Constitucionais

João, cidadão brasileiro em pleno gozo dos direitos políticos, dirigiu-se a determinada autarquia federal a fim de ter acesso a informações sobre contratos por ela celebrados recentemente, supostamente sem a observância da lei de licitações.

Tendo-lhe sido negado o acesso a tais informações, cabe a João ajuizar um(a)

- a) *habeas data*

- b) mandado de segurança
- c) mandado de injunção
- d) ação popular
- e) arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)

Questão 12: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2010

Assunto: Remédios Constitucionais

Sobre as ações constitucionais, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) NÃO pode figurar no polo

- a) ativo de um mandado de segurança.
- b) ativo de uma ação popular.
- c) passivo de uma ação popular.
- d) passivo de um mandado de segurança.
- e) passivo de um mandado de segurança coletivo.

Questão 13: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Mandado de Segurança

O mandado de segurança coletivo NÃO pode ser impetrado por

- a) partido político
- b) entidade de classe de âmbito regional
- c) sindicato
- d) ministério público
- e) associação

Questão 14: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Da Organização do Estado

Sobre evolução político-constitucional, sistema de repartição de competência na organização do Estado brasileiro, Estado-membro e Intervenção no Estado e nos Municípios, assinale a única opção correta.

- a) Sob a ordem constitucional de 1824, o Poder Judiciário era composto por juízes nomeados pelo Imperador, que podiam ser suspensos mediante processo e audiência do Conselho do Estado; sob a Constituição de 1891, os juízes tinham garantia de irredutibilidade de vencimentos, mas não eram vitalícios.

- b) A constituição de 1937 rompeu com o bicameralismo, ficando a atividade legislativa a cargo, exclusivamente, da Câmara dos Deputados.
- c) Em razão do sistema de repartição de competências adotado na Constituição de 1988, regra geral, tem-se que as atribuições e competências dos municípios são definidas indicativamente.
- d) A intervenção da União no Estado, para prover a execução de decisão judicial, far-se-á, tão-somente, por meio de requisição do Supremo Tribunal Federal.
- e) Como o controle político do ato de intervenção cabe ao Congresso Nacional, todo decreto de intervenção será submetido à apreciação do Congresso Nacional, no prazo constitucionalmente estabelecido.

Questão 15: ESAF - Adv IRB/IRB/2004

Assunto: Administração Pública (arts. 37 a 43 da CF/1988)

Na questão, assinale a opção correta.

- a) Fere o princípio constitucional da ampla defesa a recusa pela Administração de produzir qualquer prova requerida por investigado em processo administrativo, ainda que a autoridade administrativa formule juízo de inutilidade sobre a prova pedida.
- b) O princípio constitucional da ampla defesa exige que o investigado em processo administrativo esteja sempre assistido por advogado, mesmo que dativo.
- c) Ofende o princípio constitucional do devido processo legal que se realize audiência em processo administrativo sem a presença do investigado, mesmo que este, regularmente citado, não compareça nem ofereça justo motivo para tanto.
- d) Num processo administrativo disciplinar, a Administração pode se valer de prova obtida por meios não admitidos em lei, se não houver outra forma de atingir a verdade real.
- e) A cassação de vantagem atribuída pela Administração a particular, por fraude na sua obtenção, não pode prescindir da oitiva do interessado, mesmo que a autoridade administrativa esteja, de antemão, segura da ocorrência do vício.

Questão 16: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Do Poder Legislativo (arts. 44 a 58 da CF/1988)

Sobre Poder Legislativo, assinale a única opção correta.

- a) Nos termos da Constituição Federal, o número total de Deputados Federais, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, deve ser ajustado por lei, proporcionalmente à população, no ano das eleições para o Congresso Nacional.
- b) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, a fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal.

c) Se um Senador, após a posse, continuar como proprietário de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ele estará sujeito à perda de mandato, a ser declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

d) Uma medida provisória aprovada sem alteração do seu texto original não é encaminhada à sanção e promulgação pelo Presidente da República, sendo convertida em lei e promulgada pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

e) Compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, bem como a legalidade dos atos de concessão de melhorias posteriores, mesmo que delas não decorra alteração no fundamento legal do ato concessório.

Questão 17: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Dos Deputados e Senadores (arts. 53 a 56 da CF/1988)

Sr. X é Deputado Federal e, como uma das primeiras informações que recebe do Congresso, consta a de que desde a expedição do diploma, os Deputados Federais não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.

Nesse caso, dentro de vinte e quatro horas, para que, pelo voto da maioria de seus membros resolva sobre a prisão, os autos serão remetidos à(o)

- a) Câmara dos Deputados
- b) Senado Federal
- c) Congresso Nacional
- d) Superior Tribunal de Justiça
- e) Supremo Tribunal Federal

Questão 18: ESAF - Adv IRB/IRB/2004

Assunto: Do Poder Judiciário (arts. 92 a 126 da CF/1988)

Na questão, assinale a opção correta.

- a) Desde o advento da Constituição de 1988, a Justiça do Trabalho não tem competência para apreciar pleito algum formulado contra a União.
- b) O advogado de autarquia somente pode peticionar em juízo munido de procuração específica.
- c) O conflito de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Tribunal de Justiça deve ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) Cabe ao Supremo Tribunal Federal o julgamento das ações rescisórias de decisões do Superior Tribunal de Justiça.

e) Não cabe ação rescisória de decisão de mérito tomada pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade.

Questão 19: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Do Poder Judiciário (arts. 92 a 126 da CF/1988)

Sobre o Poder Judiciário, assinale a única opção correta.

- a) Conforme dispõe o texto constitucional, o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do Tribunal.
- b) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Superiores.
- c) O Conselho Nacional de Justiça não pode, de ofício, rever os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.
- d) Em razão de alteração do texto constitucional promulgado em 1988, as causas relativas a violações de direitos humanos passaram a ser de competência da Justiça Federal.
- e) Mesmo decorrentes da relação de trabalho, as ações de indenização por dano moral não se inserem na competência da Justiça do Trabalho, sendo processadas e julgadas na Justiça Comum.

Questão 20: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

O Supremo Tribunal Federal possui inúmeras competências previstas na Constituição Federal, dentre as quais está a de dirimir conflito de competência entre

- a) Auditoria Militar e Vara Federal
- b) Juizado Especial e Tribunal Regional Federal
- c) Vara do Trabalho e Vara Estadual
- d) Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça
- e) Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal Superior Eleitoral

Questão 21: ESAF - Adv IRB/IRB/2004

Assunto: Processo Legislativo (arts. 59 a 69 da CF/1988)

Assinale a opção correta.

- a) Projeto de lei da iniciativa do Presidente da República somente será analisado pelo Senado Federal, se a Câmara dos Deputados o aprovar, com ou sem modificações.

- b) Projetos de lei da iniciativa do Presidente da República não podem ser objeto de emenda parlamentar.
- c) Somente por meio de projeto de iniciativa do Presidente da República é possível ao Congresso Nacional deliberar sobre redução de alíquota de impostos federais.
- d) Todo ato normativo proveniente do Congresso Nacional sujeita-se à sanção ou veto do Presidente da República.
- e) A Constituição pode ser emendada mediante proposta de qualquer Deputado ou Senador e não está sujeita a regras de reserva de iniciativa do Presidente da República.

Questão 22: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Funções Essenciais à Justiça (arts. 127 a 135 da CF/1988)

Sobre Funções Essenciais à Justiça, assinale a única opção correta.

- a) Cabe à Advocacia-Geral da União, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, representar, judicial e extrajudicialmente, e exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídico dos Poderes da União.
- b) Aos integrantes da carreira de defensor público da União é garantida a inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- c) Salvo as exceções expressamente previstas em lei, é vedado ao membro do Ministério Público exercer atividade político-partidária.
- d) Em razão de sua autonomia financeira e administrativa, durante a execução orçamentária do exercício, o Ministério Público poderá, justificadamente, assumir obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, desde que já esteja em tramitação no Congresso Nacional pedido de abertura de crédito suplementar ou especial.
- e) Os membros do Conselho Nacional do Ministério Público são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, sem possibilidade de recondução.

Questão 23: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Defesa do Estado e das Instituições Democráticas (arts. 136 a 144 da CF/1988)

Sobre Poder Executivo e Defesa do Estado Democrático e das Instituições Democráticas, assinale a única opção correta.

- a) Por força de disposição constitucional, as posses do Presidente e do Vice-Presidente da República deverão ser sempre simultâneas, sob pena dos cargos serem declarados vagos.
- b) Compete ao Presidente da República nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros dos Tribunais Superiores, o presidente e os diretores do Banco Central.

c) Nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções após a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da instauração do processo por crime de responsabilidade ou do recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns.

d) Em razão de sua condição de mero órgão de consulta, a audiência prévia do Conselho de Defesa Nacional, pelo Presidente da República, para fins de decretação do estado de defesa é facultativa, decorrendo de decisão discricionária do Presidente da República.

e) Na vigência do estado de sítio, poderá haver restrição da liberdade de reunião, não sendo admitida a suspensão desse direito, uma vez que ele tem proteção constitucional até mesmo contra alterações pelo poder constituinte derivado.

Questão 24: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Dos orçamentos (finanças públicas, arts. 165 a 169 da CF/1988)

O orçamento da União é aprovado por

- a) lei aprovada pelo Congresso Nacional com sanção do Presidente da República
- b) lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional com sanção do Presidente da República
- c) decreto editado pelo Presidente da República
- d) decreto legislativo editado pelo Presidente da República
- e) decreto legislativo aprovado pelo Congresso Nacional

Questão 25: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Princípios gerais da ordem econômica (arts. 170 a 181 da CF/1988)

Embora o Estado deva respeitar o princípio da isonomia, a partir dos princípios que regem a ordem econômica constitucional, ele pode praticar alguns atos discriminatórios **EXCETO**:

- a) conferir tratamento diferenciado a empresas em razão do impacto ambiental de seus produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- b) conceder às empresas públicas e às sociedades de economia mista (que exercem atividade econômica) privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- c) favorecer a organização da atividade garimpeira em cooperativas.
- d) favorecer empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- e) punir empresas que pratiquem atos que resultem em abuso de poder econômico com vistas à eliminação da concorrência.

Questão 26: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012

Assunto: Princípios gerais da ordem econômica (arts. 170 a 181 da CF/1988)

A Constituição brasileira veda a exploração de atividade econômica diretamente pelo Estado.

PORQUE

A ordem econômica na Constituição é fundada, dentre outros, na livre iniciativa.

Analisando-se as afirmações acima, à luz da ordem constitucional brasileira, conclui-se que

- a) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- b) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.
- c) a primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.
- d) a primeira afirmação é falsa, e a segunda é verdadeira.
- e) as duas afirmações são falsas.

Questão 27: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Princípios gerais da ordem econômica (arts. 170 a 181 da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal do Brasil de 1988, incumbe ao Poder Público, na forma da lei, sob regime de concessão ou permissão, a prestação de serviços públicos, desde que ocorra

- a) indicação
- b) designação
- c) eleição
- d) licitação
- e) livre escolha

Questão 28: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Ordem Social (arts. 193 a 232 da CF/1988)

Sobre ordem social, seguridade social, meio ambiente, ordem econômica e fi nanceira, atividade econômica do Estado, princípios das atividades econômicas, propriedades da ordem econômica, sistema financeiro nacional e disposições constitucionais transitórias, assinale a única opção correta.

a) Dentro da disciplina constitucional de proteção do meio ambiente, as usinas estaduais que operem com reator nuclear, desde que de acordo com o Plano Nacional de Proteção Ambiental, poderão ter sua localização definida em lei estadual.

b) Em caráter excepcional, presentes as condições definidas no texto constitucional, os benefícios da seguridade social relativos aos idosos poderão ser majorados, sem a correspondente fonte de custeio total.

c) O produtor que exerça sua atividade em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirá para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção.

d) Em razão de alteração do texto original da Constituição Federal de 1988, o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida, por particular, dependerá de autorização expressa da União.

e) Nos termos da Constituição Federal, a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira incide nos lançamentos das companhias securitizadoras.

Questão 29: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012

Assunto: Do Meio Ambiente (art. 225 da CF/1988)

Em relação à Política Nacional do Meio Ambiente, ao Sistema Nacional do Meio Ambiente e às normas constitucionais sobre meio ambiente, considere as afirmações abaixo.

I - A análise e a expedição de licença ambiental inserem-se no âmbito da competência constitucional executiva dos entes federados para a proteção do meio ambiente.

II - Os espaços territoriais especialmente protegidos, dentre os quais se incluem as unidades de conservação da natureza, podem ser alterados ou suprimidos mediante decreto.

III - A edição da Lei Complementar exigida no Parágrafo único do artigo 23 da Constituição Federal é indispensável para que as entidades ambientais estaduais conduzam os licenciamentos ambientais.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas
- b) III, apenas
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III

Questão 30: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012**Assunto:** Controle de Constitucionalidade

A Súmula Vinculante nº 21, editada pelo STF, dispõe que

É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

Se fosse aprovada uma lei ordinária pelo Congresso Nacional, contrariando o disposto na referida súmula, seria cabível ajuizar a seguinte ação junto ao STF:

- a) Reclamação
- b) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
- c) Ação Declaratória de Constitucionalidade
- d) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
- e) Ação Direta de Inconstitucionalidade

Questão 31: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014**Assunto:** Controle de Constitucionalidade

A sessão plenária do STF do dia 16/03/2009 julgou a Reclamação 4.335-5/AC, em que o ministro Gilmar Mendes entendeu ser dispensável a atuação do Senado Federal para suspender a validade, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por meio do controle difuso de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, conforme determina o art. 52, X da Lei Maior.

Nesse julgamento, o ministro Gilmar Mendes entendeu que a norma constitucional em questão passou por

- a) desconstitucionalização superveniente
- b) controle preventivo de constitucionalidade
- c) reconstitucionalização
- d) mutação constitucional
- e) inconstitucionalidade por atração

Questão 32: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012**Assunto:** Controle de Constitucionalidade

Considere as seguintes afirmativas sobre medida cautelar nas ações de constitucionalidade.

I - A medida cautelar não é cabível na ação de inconstitucionalidade por omissão.

II - A medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade é concedida, em regra, com eficácia *ex nunc*.

III - A medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade impõe aos juízes o dever de decidir os casos concretos, aplicando a lei federal, objeto da ação.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 33: ESAF - Adv IRB/IRB/2004

Assunto: Controle Concentrado exercido pelo Poder Judiciário

Na questão, assinale a opção correta.

- a) O Supremo Tribunal Federal não tem competência para apreciar casos de inconstitucionalidade de leis municipais.
- b) As decisões de mérito do Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade e em ação declaratória de constitucionalidade têm efeito vinculante.
- c) Admite-se ação declaratória de constitucionalidade proposta no Supremo Tribunal Federal pelo Procurador- Geral da República, tendo por objeto lei estadual.
- d) Não é possível que o Supremo Tribunal Federal, em ação originária, julgue inconstitucional uma lei editada antes do advento da Constituição de 1988.
- e) A argüição de descumprimento de preceito fundamental é instrumento de controle de constitucionalidade de leis, podendo ser ajuizada em todos os casos em que também é possível o ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade.

Questão 34: ESAF - Adv IRB/IRB/2004

Assunto: Controle Concentrado exercido pelo Poder Judiciário

Suponha que, no último dia do seu mandato, o Presidente da República tenha sancionado uma lei que concede vantagem com efeitos retroativos para os nela contemplados. O novo Presidente da República não se conforma com a medida, que considera particularmente onerosa. Nestas circunstâncias, assinale a opção correta.

- a) A União não pode invocar a garantia constitucional da irretroatividade das leis para argüir a inconstitucionalidade da lei referida no problema.
- b) O Presidente da República não pode argüir a inconstitucionalidade dessa lei, por meio de ação direta de inconstitucionalidade, já que o seu antecessor a sancionara.
- c) O Advogado-Geral da União pode, em nome da Advocacia-Geral da União, ajuizar ação direta de inconstitucionalidade contra tal lei perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) Basta que o Presidente da República revogue a lei para que os direitos que ela havia constituído se tornem inexigíveis.
- e) Nos termos da voz unânime da doutrina e da jurisprudência, o novo Presidente da República pode desfazer a sanção aposta anteriormente e vetar o projeto de lei, desde que dentro do prazo de 15 dias de que o Chefe do Executivo dispõe para apreciar projetos de lei.

Questão 35: ESAF - Adv IRB/IRB/2004

Assunto: Controle Concentrado exercido pelo Poder Judiciário

Na questão, assinale a opção correta.

- a) Emenda à Constituição, por ter a mesma hierarquia das demais normas da Lei Maior, não se submete à declaração de inconstitucionalidade, nem mesmo pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) Sentença em ação civil pública não pode declarar a inconstitucionalidade de lei.
- c) Julgada procedente uma ação direta de inconstitucionalidade, a lei, objeto da ação, é tida, ordinariamente, como inconstitucional apenas a partir da data do julgamento, devendo ser considerada como válida e eficaz no período entre a sua edição e o julgamento do STF.
- d) O julgamento de mérito dando pela improcedência da ação direta de inconstitucionalidade equivale a uma declaração de constitucionalidade da lei, objeto da demanda.
- e) Toda lei federal ou estadual em vigor pode ser argüida de inconstitucional em sede de ação direta de inconstitucionalidade.

Questão 36: ESAF - Adv IRB/IRB/Jurídica/2006

Assunto: Controle Concentrado exercido pelo Poder Judiciário

Sobre Controle de Constitucionalidade, assinale a única opção correta.

- a) Observadas as peculiaridades relativas às suas proposituras, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade têm caráter fungível.
- b) Segundo o novel entendimento do Supremo Tribunal Federal, é possível a aplicação, no direito brasileiro, do conceito de inconstitucionalidade de normas constitucionais

originárias, defendido na obra de Otto Bachof, uma vez que a enumeração de cláusulas pétreas, no texto original da Constituição, imporia uma hierarquia entre as normas constitucionais originárias.

c) Nos termos da legislação que disciplina a matéria, não há, na ação direta de inconstitucionalidade, possibilidade de intervenção de terceiros ou de manifestação de outros órgãos ou entidades distintos daquele que propôs a ação.

d) Na concessão de medida cautelar em sede de ação direta de inconstitucionalidade, seus efeitos serão, regra geral, *erga omnes* e *ex tunc*.

e) Não cabe nenhum recurso contra a decisão que declara a constitucionalidade de uma norma em uma ação declaratória de constitucionalidade; tampouco caberá ação rescisória.

Questão 37: CONSULPLAN - Adv (TERRACAP)/TERRACAP/2014

Assunto: Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

Sobre o controle concentrado de constitucionalidade, através da ação direta de inconstitucionalidade (ADI), marque a alternativa INCORRETA.

- a) As emendas constitucionais podem ser objeto de ADI.
- b) Os enunciados de súmulas de jurisprudência dos tribunais não podem ser objeto de ADI.
- c) Não cabe ADI para questionar a constitucionalidade de ato normativo anterior à Constituição.
- d) O Supremo Tribunal Federal admite o ajuizamento de ADI para atacar lei ou ato normativo revogado ou de eficácia exaurida.
- e) Abstraindo-se o decreto autônomo da discussão, pode-se afirmar que os regulamentos ou decretos regulamentares expedidos pelo Poder Executivo não podem ser objeto de ADI.

Questão 38: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2010

Assunto: Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)

A ação declaratória de constitucionalidade NÃO pode

- a) ter por objeto lei estadual.
- b) ter por objeto ato normativo federal.
- c) ser ajuizada por Governador de estado.
- d) ser ajuizada somente depois de demonstrada controvérsia judicial relevante.
- e) ser ajuizada pelo Governador do Distrito Federal.

Gabarito - Constitucional

1) C	2) D	3) C	4) D	5) D
6) B	7) E	8) C	9) D	10) D
11) B	12) B	13) D	14) C	15) E
16) D	17) A	18) E	19) A	20) E
21) A	22) B	23) B	24) A	25) B
26) D	27) D	28) C	29) A	30) E
31) D	32) B	33) B	34) A	35) D
36) A	37) D	38) A		

Direito Internacional Privado

Questão 1: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2013

Assunto: Direito dos Tratados

Uma convenção internacional, concluída no âmbito da UNCITRAL e que já está em vigor no plano internacional, acaba de ser ratificada pelo Congresso Nacional brasileiro.

Para que vincule o Brasil internacionalmente, e tenha validade interna, é ainda necessário(a)

- a) o depósito do instrumento de ratificação e a promulgação por Decreto do Executivo.
- b) o depósito do instrumento de adesão junto à Secretaria do organismo multilateral.
- c) a publicação do Decreto Legislativo no Diário do Congresso Nacional.
- d) a publicação do Decreto do Executivo no Diário Oficial da União.
- e) a publicação do instrumento de ratificação no Diário Oficial da União.

Questão 2: CESGRANRIO - Adv (CEF)/CEF/2012

Assunto: Imunidades (Direito Internacional)

O Brasil acaba de firmar relações diplomáticas com um país que comprou uma casa no Lago Sul, em Brasília, para servir de residência oficial para seu Embaixador. A casa estava precisando de reparos. Como as obras eram urgentes, o embaixador tomou R\$

10 mil emprestados em um Banco comercial de Brasília para fazer face às despesas iniciais da obra. O empréstimo não é pago, e o Banco pretende cobrar judicialmente a dívida.

Nesse caso, o Banco

- a) não poderá executar o contrato, porque o país estrangeiro goza de imunidade de jurisdição e de execução.
- b) não poderá cobrar a dívida, por falta de competência da justiça brasileira quando o réu é pessoa jurídica de direito público externo ou seu representante oficial.
- c) poderá cobrar em juízo a dívida, porque não há imunidade de jurisdição para atos *ius gestionis*.
- d) poderá penhorar a casa, porque não há imunidade de jurisdição para atos *ius gestionis*.
- e) precisará cobrar diretamente do Embaixador, porque os bens da Embaixada são invioláveis e impenhoráveis.

Questão 3: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2008

Assunto: Organização das Nações Unidas (ONU)

A Assembléia Geral da ONU aprovou, em 23 de novembro de 2005, uma Convenção regulando a utilização das comunicações eletrônicas nos contratos internacionais.

O sistema organizado por essa Convenção

- a) abstrai a questão do local da expedição das comunicações eletrônicas.
- b) se aplica à Convenção de Viena, de 1980, sobre contratos internacionais.
- c) se encontra atualmente revogado por deliberação posterior da própria Assembléia Geral da ONU.
- d) estabelece que, onde a lei exige um contrato sob forma escrita, a comunicação eletrônica satisfaz esta exigência ainda que a informação nela contida permaneça inacessível.
- e) impede que a comunicação eletrônica supra a exigência de assinatura em um contrato no qual a lei exige esta formalidade.

Questão 4: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Arbitragem

A cláusula arbitral de um contrato de fornecimento de óleo cru estabelece que todas as controvérsias entre as partes serão resolvidas por arbitragem, segundo as regras da Câmara de Comércio Internacional (CCI). Na negociação, a fornecedora, empresa norueguesa, concordou que a sede da arbitragem fosse o Brasil, muito embora o idioma escolhido fosse o inglês. Como contrapartida, incluiu, entre as controvérsias a serem decididas por arbitragem, a determinação da responsabilidade por danos ambientais resultantes do manuseio e da descarga no terminal.

Na eventualidade de um acidente ambiental, o Tribunal Arbitral a ser constituído no Brasil

- a) tem competência para determinar a responsabilidade pelo dano, pois estão presentes todos os requisitos previstos na lei brasileira.
- b) deverá proferir o laudo em português para que o mesmo seja passível de execução no Brasil.
- c) poderá decidir apenas sobre os danos materiais comprovados, por serem direitos patrimoniais.
- d) não poderá decidir a questão, porque a cláusula arbitral é nula.
- e) não poderá dispor sobre a responsabilidade ambiental das partes, por não ser matéria arbitrável.

Questão 5: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012**Assunto: Arbitragem**

Uma empresa brasileira acaba de ser condenada a pagar uma indenização a outra empresa brasileira, em razão de um laudo arbitral proferido no exterior. A arbitragem foi realizada segundo as regras da Câmara de Comércio Internacional (CCI), em um país signatário da Convenção de Nova York.

Esse laudo arbitral

- a) dispensa homologação, porque ambas as empresas são brasileiras.
- b) dispensa homologação, porque o Brasil ratificou a Convenção de Nova York.
- c) precisa ser homologado no país-sede da arbitragem e depois pelo STJ.
- d) precisa ser homologado pelo STJ, por ser laudo arbitral estrangeiro.

e) não precisa ser homologado, nos termos do Protocolo de Las Leñas.

Questão 6: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2010

Assunto: Arbitragem

Duas empresas brasileiras estabelecem, em um contrato internacional, a via arbitral para solução dos conflitos, devendo a dita arbitragem ocorrer no Uruguai. Surgiu uma controvérsia entre as partes quanto à forma de cumprimento de uma obrigação contratual, e uma das partes propõe a instauração da arbitragem, conforme previsto no contrato. O laudo arbitral que deu ganho de causa a uma das partes

a) somente pode ser executado no Uruguai, sede da arbitragem, porque o Brasil não ratificou a Convenção de Nova York.

b) não precisa ser homologado, porque a Convenção de Nova York dispensa a homologação judicial dos laudos arbitrais.

c) prescinde de homologação, porque o Protocolo de Las Leñas permite a execução direta dos laudos arbitrais do Mercosul.

d) precisa ser homologado pelo Supremo Tribunal Federal, mesmo sendo um laudo arbitral proveniente de país membro do Mercosul.

e) precisa ser submetido ao processo de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça para poder ser executado no Brasil.

Questão 7: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Relação entre Direito Internacional e Direito Interno

Sr. X, brasileiro e domiciliado em Portugal, sofreu procedimento de interdição por prodigalidade, proposto por sua esposa no Tribunal de Justiça de Lisboa, Portugal.

Considerando-se que em Portugal a prodigalidade é causa de incapacidade absoluta, Sr. X, por ser

a) brasileiro, será considerado como relativamente incapaz, pois a lei que rege a capacidade é aquela da nacionalidade da pessoa.

b) brasileiro, poderá arguir a incompetência da autoridade judiciária portuguesa para julgar o caso.

- c) brasileiro, poderá requerer a aplicação da lei brasileira pelo foro português.
- d) domiciliado em Portugal, será considerado como absolutamente incapaz, pois a lei que rege a capacidade é aquela do domicílio da pessoa.
- e) domiciliado em Portugal, será considerado como absolutamente incapaz, devendo, contudo, a sentença de interdição ser homologada pelo STJ para surtir efeitos no Brasil.

Questão 8: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Relação entre Direito Internacional e Direito Interno

A cláusula *hardship*, inserida em contratos internacionais, **NÃO** apresenta a seguinte característica:

- a) tem como fundamento a manutenção da base econômica do contrato.
- b) permite que os contratantes excluam expressamente casos fortuitos ou de força maior.
- c) permite que os contratantes estabeleçam quais os eventos que caracterizariam sua incidência.
- d) é invocada quando há evento imprevisível e exterior à vontade das partes, alterando a função econômica do contrato.
- e) é admitida somente em contratos de compra e venda internacional.

Questão 9: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Relação entre Direito Internacional e Direito Interno

Sr. X, comprador, residente domiciliado no Brasil, realiza contrato de compra e venda de bem imóvel com Sr. Z, vendedor, residente domiciliado na Itália. O contrato é celebrado no Brasil e tem como objeto um apartamento em Londres, Inglaterra.

Para regular a relação concernente ao tal bem imóvel, aplica-se a lei do local

- a) onde o imóvel está situado.
- b) onde o contrato de compra e venda foi celebrado.

- c) onde o comprador, Sr. X, reside.
- d) onde o vendedor, Sr. Z, reside.
- e) que as partes escolham de comum acordo.

Questão 10: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Relação entre Direito Internacional e Direito Interno

A sociedade MMM Ltda., cuja sede é na Inglaterra, realiza contrato de construção de plataforma de exploração de petróleo com a sociedade ZZZ Ltda., cuja sede é no Brasil. O contrato é assinado em Nova Iorque, EUA, e nele se estabelece que a construção e a entrega da plataforma devem ser realizadas pela sociedade inglesa, no Brasil.

Nessas circunstâncias, aplica-se ao contrato, a lei

- a) americana apenas, pois é o país em que se constituíram as obrigações do contrato.
- b) inglesa apenas, pois é a lei da sede do aderente do contrato.
- c) brasileira apenas, pois é a lei da sede do proponente do contrato, e o Brasil é o país onde as obrigações contratuais deverão ser executadas.
- d) brasileira e a lei inglesa, indistintamente, pois são as leis da sede das partes contratuais.
- e) brasileira e a lei americana, pois são as leis do local da conclusão e da execução do contrato.

Questão 11: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Relação entre Direito Internacional e Direito Interno

A homologação de uma sentença estrangeira no Brasil tem, como requisito indispensável,

- a) haver sido proferida por autoridade competente.
- b) estar autenticada pelo Ministro da Justiça brasileiro.
- c) estar acompanhada de tradução, podendo ser juramentada ou não.

- d) ser decisão proferida por órgão colegiado ou tribunal.
- e) terem sido as partes citadas adequadamente, não se admitindo a figura da revelia.

Questão 12: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Direito do Comércio Internacional

Ao pedir uma proposta para importação de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), o fornecedor indica o preço do produto em dólares norte-americanos, FOB no porto de embarque a ser indicado pela compradora.

Em uma compra e venda FOB, segundo os Incoterms, o(a)

- a) frete está incluído no preço da mercadoria.
- b) frete será pago a bordo, após confirmado o embarque.
- c) preço inclui um frete exclusivo para o Brasil.
- d) preço da mercadoria não inclui o frete.
- e) cotação inclui o frete e os custos de embarque.

Questão 13: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2012

Assunto: Direito do Comércio Internacional

Uma arbitragem, conduzida na Argentina segundo as regras da Câmara de Comércio Internacional (CCI), condenou uma empresa com sede no Brasil ao pagamento de uma indenização à sua ex-sócia argentina.

Para ser executável no Brasil, esse laudo arbitral

- a) precisa ser homologado pela CCI e, depois, pelo STJ.
- b) precisa ser homologado pelo STJ, por ser laudo arbitral estrangeiro.
- c) dispensa homologação pelo STJ, nos termos da Convenção de Nova York.
- d) dispensa qualquer homologação se for um laudo arbitral proferido pela CCI.
- e) prescinde de homologação, por ser laudo arbitral de país do Mercosul.

Questão 14: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2010**Assunto:** Direito Internacional Econômico

Entre as cláusulas contratuais tipicamente encontradas nos contratos internacionais de financiamento, **NÃO** figura a cláusula de

- a) *cross-default* (inadimplemento cruzado).
- b) *force majeure* (força maior).
- c) eleição de foro.
- d) escolha da Lei aplicável.
- e) *buy-or-sell* (compra ou venda).

Questão 15: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2010**Assunto:** Direito Internacional Privado

Um contrato de financiamento internacional, regido pela Lei das Ilhas Cayman, foi repactuado por aditivo, assinado pelas partes, ao final de longa negociação, em Nova York. A empresa devedora ofereceu como reforço de garantia uma hipoteca naval sobre embarcação atualmente em uso em navegação de cabotagem no Brasil. Essa garantia

- a) é regida pela Lei das Ilhas Cayman, escolhida pelas partes.
- b) é regida pela Lei brasileira, local de situação do bem.
- c) é regida pela Lei de Nova York, local da assinatura do aditivo contratual.
- d) é regida pela Lei de incorporação da devedora se for pessoa jurídica.
- e) não terá validade no Brasil porque o contrato é internacional.

Questão 16: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2010**Assunto:** Direito Internacional Privado

Um contrato internacional, assinado em Nova York, é garantido por fiança pessoal de dois acionistas brasileiros da empresa, domiciliados em São Paulo. Iniciada a execução por falta de pagamento no Brasil, os fiadores alegam a incompetência da justiça brasileira. Nesse caso, a justiça brasileira

- a) é competente em razão da nacionalidade brasileira dos fiadores.
- b) é competente por serem os devedores domiciliados no Brasil.

- c) será competente apenas se a obrigação principal tiver que ser cumprida no Brasil.
- d) não tem competência sobre contratos internacionais regidos por regras de direito alienígena.
- e) não tem competência porque o contrato não foi assinado no Brasil.

Questão 17: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2013

Assunto: Direito Internacional Privado

Um contrato de empreitada para a construção de quatro navios foi concluído, por razões fiscais e de captação de financiamentos, entre as subsidiárias estrangeiras da empresa brasileira e do estaleiro brasileiro que construirá os navios. O contrato, assinado em Londres, indica as leis brasileiras como aplicáveis e Londres como foro exclusivo do contrato. Em decorrência do atraso desmedido na entrega do primeiro navio, a empresa contratante rescinde o contrato e ingressa em juízo no Brasil, pleiteando do estaleiro, cuja sede é em Niterói, RJ, a devolução dos pagamentos já feitos.

O estaleiro pode requerer a extinção do feito, por incompetência da justiça brasileira?

- a) Sim, em razão da existência de cláusula de foro exclusivo.
- b) Sim, em razão do *forum non conveniens*.
- c) Sim, porque o contrato foi assinado no exterior.
- d) Não, porque o contrato seria cumprido no Brasil.
- e) Não, porque o contrato é regido pelo direito brasileiro.

Questão 18: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Direito/2013

Assunto: Direito Internacional Privado

Um contrato de empréstimo, entre uma empresa brasileira e um Banco estrangeiro, por meio de sua subsidiária nas Ilhas Cayman, foi concluído no Brasil. O contrato prevê que uma parte dos pagamentos sejam feitos, em reais, no Brasil, e a outra parte, em dólares norte americanos, nos Estados Unidos.

De acordo com a legislação em vigor, essa obrigação contratual

- a) não é válida, porque o contrato foi concluído no Brasil.

- b) é nula, porque os valores precisam ser expressos em uma única moeda.
- c) é nula de pleno direito, em razão do curso forçado da moeda.
- d) é permitida como exceção, em razão de o credor ter sede no exterior.
- e) é válida, mas o pagamento será feito no equivalente em reais.

Questão 19: CESGRANRIO - Adv (CEF)/CEF/2012

Assunto: Direito Internacional Privado

Um contrato de financiamento, entre uma empresa brasileira e um Banco comercial holandês com filial em Londres, acaba de ser assinado pelos representantes legais das partes em Londres. Como garantia, a empresa brasileira deu em hipoteca dois imóveis situados no Brasil. O contrato nada dispõe sobre a lei aplicável ao mesmo, limitando-se a indicar Londres como foro competente para as disputas que vierem a surgir entre as partes.

Segundo o disposto na legislação brasileira, a lei aplicável a esse contrato é a

- a) de Londres, em razão da cláusula de foro.
- b) de Londres, por ser o local em que o contrato foi concluído.
- c) da Holanda, por ser a sede do proponente.
- d) brasileira, porque as garantias contratuais estão no Brasil.
- e) brasileira, por ser o domicílio do devedor.

Questão 20: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Direito Internacional Privado

Empresa brasileira está negociando com uma empresa estrangeira um contrato de compra de subprodutos de petróleo. A vendedora do produto insiste em incluir uma cláusula prevendo que o contrato será regido pelas leis uruguaias.

Se o contrato vier a ser assinado no Brasil, essa cláusula seria válida?

- a) Sim, por se tratar de um contrato internacional.

- b) Sim, por ser um contrato entre empresas do Mercosul.
- c) Sim, se a solução de controvérsias for feita por arbitragem.
- d) Sim, desde que obtido o referendo do Congresso Nacional.
- e) Não, pois o contrato feito no Brasil não será internacional.

Questão 21: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2010

Assunto: Direito Internacional Privado

Um contrato de compra e venda entre uma empresa brasileira e uma empresa norte-americana contém cláusula indicando como foro competente o Rio de Janeiro, e outra cláusula indicando as leis das Ilhas Cayman como aplicáveis ao mesmo. O contrato foi assinado nos Estados Unidos, em um estado onde há plena autonomia da vontade para escolha da lei aplicável. Caso o contrato seja objeto de uma disputa judicial no foro escolhido, a cláusula de lei aplicável

- a) será considerada inválida, porque as Ilhas Cayman não guardam suficientes vínculos com o contrato para justificar a escolha da lei desse país.
- b) não será considerada válida no Brasil, pois o artigo 9º da Lei de Introdução ao Código Civil tem caráter imperativo.
- c) será considerada válida porque, nos termos do artigo 9º da Lei de Introdução ao Código Civil, a lei aplicável ao contrato é a do local da sua constituição.
- d) não será válida no Brasil, pois a cláusula de lei aplicável deve sempre seguir a cláusula de foro.
- e) será considerada inválida no Brasil, tendo em vista que o contrato foi firmado entre duas empresas que não têm sede nas Ilhas Cayman.

Questão 22: CESGRANRIO - Adv (CEF)/CEF/2012

Assunto: MERCOSUL (Direito Internacional Público e Privado)

Uma controvérsia entre Brasil e Argentina teve início por conta de restrições impostas pelo governo brasileiro à entrada de certos produtos argentinos no mercado nacional. Concluída a etapa de negociação sem que se chegasse a um acordo, o governo argentino iniciou o procedimento arbitral *ad hoc* e teve ganho de causa.

Se o Brasil pretender recorrer da decisão, deverá ajuizar o recurso perante a(o)

- a) Corte Internacional de Justiça
- b) Corte Permanente de Justiça Internacional
- c) Organização Mundial do Comércio (OMC)
- d) Centro de Solução de Disputas (ICSID) do Banco Mundial
- e) Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul (TPR)

Questão 23: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: MERCOSUL (Direito Internacional Público e Privado)

Empresas brasileiras firmam contratos de fornecimento de gás natural, proveniente da Bolívia. Tais contratos estabelecem um determinado valor pelo metro cúbico fornecido e os parâmetros para reajuste de preço. Em um determinado momento, as empresas brasileiras foram notificadas oficialmente de que os valores devidos pelo gás natural sofreriam uma majoração acima dos limites previstos no contrato.

As empresas que não concordassem com o novo valor a pagar poderiam solucionar a disputa por arbitragem junto ao Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul ?

- a) Sim, porque o Protocolo de Olivos permite o acesso direto a particulares.
- b) Sim, se a OMC não se declarar competente para julgar a lide.
- c) Sim, mas, primeiramente, precisariam esgotar os recursos judiciais internos.
- d) Não, porque a Bolívia é Estado-associado do Mercosul.
- e) Não, porque o sistema de solução de controvérsias do Mercosul é apenas para Estados.

Questão 24: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2012

Assunto:

Um contrato de financiamento assinado em Nova York entre uma empresa brasileira e um banco estrangeiro possui cláusula de lei aplicável indicando as leis do Estado de Nova York e o foro de Nova York. A garantia principal das obrigações assumidas é um conjunto de hipotecas sobre navios de bandeira brasileira, de propriedade da empresa brasileira.

A escolha de um direito estrangeiro para reger o contrato

- a) é válida nos termos do artigo 9º do Decreto-Lei nº 4.657/42, mas não se aplica à garantia.
- b) é inválida no Brasil, nos termos do artigo 9º do Decreto- Lei nº 4.657/42.
- c) é inválida no Brasil porque o contrato não possui cláusula arbitral.
- d) aplica-se também à garantia, pois o acessório segue o principal.
- e) atenta contra a ordem pública brasileira.

Questão 25: CONSULPLAN - JT TRT1/TRT 1/2005

Assunto: Conflito de Leis no Espaço (Direito Internacional)

À luz da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, em havendo conflito de leis trabalhistas no espaço, aplicar-se-ão:

- a) as leis vigentes do local da contratação;
- b) as leis vigentes no país da prestação de serviço;
- c) a legislação escolhida pelo empregador, em razão do *jus variandi*;
- d) as regras da Convenção 87 da OIT;
- e) as regras do "dumping social".

Esta questão possui comentário do professor no site www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/86021

Questão 26: NCE e FUJB (UFRJ) - JT TRT1/TRT 1/2004

Assunto: Conflito de Leis no Espaço (Direito Internacional)

Com relação às assertivas abaixo::

- I - o princípio da *lex loci executionis*, no nosso ordenamento jurídico, não admite exceção face à hipossuficiência do empregado;
- II - a competência para julgamento de causas trabalhistas abrangendo ente de direito público externo é, em razão da pessoa, da Justiça Federal;
- III - a relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país da prestação de serviço e não por aquelas do local da contratação;

IV - ainda que o empregado tenha sido contratado e esteja trabalhando no Brasil, se pactuada a aplicação da legislação estrangeira mais favorável, esta deverá reger o contrato de trabalho e, se houver provocação, aplicada pela Justiça do Trabalho;

V - segundo a atual jurisprudência do STF, a imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro está reservada aos atos de império, não alcançando os atos de mera gestão, razão pela qual, se empregador, não estará imune a causas trabalhistas.

Assinale:

- a) se somente as assertivas I, II e III estiverem corretas;
- b) se somente as assertivas II, III e IV estiverem corretas;
- c) se somente as assertivas III, IV e V estiverem corretas;
- d) se somente as assertivas I, IV e V estiverem corretas;
- e) se somente as assertivas I, II e V estiverem corretas.

Esta questão possui comentário do professor no site www.teccursos.com.br/conteudo/questoes/86114

Questão 27: VUNESP - PB (BNDES)/BNDES/Direito - Advogado de Empresa/2001

Assunto: Conflito de Leis no Espaço (Direito Internacional)

A classificação oriunda das escolas estatutárias para a formação do elemento de conexão, até hoje mantida pela doutrina francesa, divide-se nas seguintes categorias:

- a) estatuto pessoal regido pela lei nacional, estatuto real regido pela lei da situação de bens, fatos e atos jurídicos submetidos à lei do local de sua ocorrência ou à lei escolhida pelas partes.
- b) estatuto real regido pela lei nacional, estatuto pessoal regido pela lei da situação dos bens, fatos e atos jurídicos submetidos à lei local de sua ocorrência ou à lei escolhida pelas partes.
- c) estatuto do domicílio e da nacionalidade.
- d) estatuto da residência e da nacionalidade.
- e) estatuto do local da execução do contrato e nacionalidade.

Esta questão possui comentário do professor no site www.teccursos.com.br/conteudo/questoes/87234

Questão 28: FGV - OAB UNI NAC/OAB/XVII Exame/2015

Assunto: Conflito de Leis no Espaço (Direito Internacional)

A sociedade empresária brasileira do ramo de comunicação, *Personalidades*, celebrou contrato internacional de prestação de serviços de informática, no Brasil, com a sociedade empresária uruguaia *Sacramento*. O contrato foi celebrado em Caracas, capital venezuelana, tendo sido estabelecido pelas partes, como foro de eleição, Montevidéu.

Diante da situação exposta, à luz das regras do Direito Internacional Privado veiculadas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

a) No tocante à regência das obrigações previstas no contrato, aplica-se a legislação uruguaia, já que Montevidéu foi eleito o foro competente para se dirimir eventual controvérsia.

b) Para qualificar e reger as obrigações do presente contrato, aplicar-se-á a lei venezuelana.

c) Como a execução da obrigação avençada entre as partes se dará no Brasil, aplica-se, obrigatoriamente, no tocante ao cumprimento do contrato, a legislação brasileira.

d) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro veda expressamente o foro de eleição, razão pela qual é nula *ipse jure* a cláusula estabelecida pelas partes nesse sentido.

Esta questão possui comentário do professor no site www.teconconcursos.com.br/conteudo/questoes/277016

Questão 29: FGV - OAB UNI NAC/OAB/XVIII Exame/2015

Assunto: Conflito de Leis no Espaço (Direito Internacional)

Ricardo, brasileiro naturalizado, mora na cidade do Rio de Janeiro há 9 (nove) anos. Em visita a parentes italianos, conhece Giulia, residente em Roma, com quem passa a ter um relacionamento amoroso. Após 3 (três) anos de namoro a distância, ficam noivos e celebram matrimônio em território italiano. De comum acordo, o casal estabelece seu primeiro domicílio em São Paulo, onde ambos possuem oportunidades de trabalho.

À luz das regras de Direito Internacional Privado, veiculadas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), não havendo pacto antenupcial, assinale a opção que indica a legislação que irá reger o regime de bens entre os cônjuges.

a) Aplicável a Lei italiana, haja vista que nenhum dos cônjuges é brasileiro nato.

b) Aplicável a Lei italiana, em razão do local em que foi realizado o casamento.

c) Aplicável a Lei brasileira, em razão do domicílio do cônjuge varão.

d) Aplicável a Lei brasileira, porque aqui constituído o primeiro domicílio do casal.

Gabarito – Direito Internacional Privado

1) A	2) C	3) B	4) E	5) D	6) E
7) D	8) E	9) A	10) C	11) A	12) D

13) B	14) E	15) B	16) B	17) D	18) D
19) B	20) C	21) C	22) E	23) E	24) A
25) B	26) C	27) A	28) B	29) D	

Português

Questão 1: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Análise Estratégica em Ciência, Tecnologia e Inovação/2014

Assunto: Colocação pronominal (sintaxe)

A polêmica das biografias

A liberdade de expressão está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: honra, privacidade etc.

A jornalista Hildegard Angel fulminou no Twitter: “Num país em que a Justiça é caolha, não dá para liberar geral as biografias de bandeja pros grupos editoriais argentários”.

A controvérsia em torno das biografias é a prova da desditosa barafunda institucional que atormenta o Brasil. Nos códigos das sociedades modernas, **aquelas que acolheram os princípios do Estado Democrático de Direito^(B)**, a liberdade de expressão está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: a privacidade, a honra, o direito de resposta a ofensas e desqualificações lançadas publicamente contra a integridade moral dos indivíduos.

Em 17 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmava: “O desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum”.

Em 2008, escrevi um artigo para celebrar os 60 anos da declaração^(B). Naquela ocasião, percebi claramente que os fantasmas dos traumas nascidos das experiências totalitárias dos anos 1930 ainda assombram os homens, seus direitos e liberdades.

Segundo a declaração, são consideradas intoleráveis as interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência - atenção! -, tampouco

são toleráveis ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques. O cidadão (note o leitor, o cidadão) tem direito à liberdade de opinião e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

É proibido proibir, assim como é garantido o direito de retrucar e processar. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, sugeriu a imposição de pesadas penas pecuniárias aos detratores “argentários” que se valem das inaceitáveis demoras da Justiça.

No Brasil de hoje não impera a expressão livre das ideias, mas predomina o que Deleuze chamou de Poder das Potências. Já tratei aqui desse tema, mas vou insistir. Nos tempos da sociedade de massa e do aparato de comunicação abrigado na grande mídia, as Potências estão desinteressadas em sufocar a crítica ou as ideias desviantes. Não se ocupam mais dessa banalidade. Elas se dedicam a algo muito mais importante: **fabricam os espaços da literatura, do econômico, do político**⁽⁶⁾, espaços completamente reacionários, pré-moldados e massacrantes. “É bem pior que uma censura”, continua Deleuze, “pois a censura provoca efervescências subterrâneas, mas as Potências querem tornar isso impossível”.

Nos espaços fabricados pelas Potências não é possível manter conversações, porque neles a norma não é a argumentação, mas o exercício da animosidade sob todos os seus disfarces, a prática desbragada da agressividade a propósito de tudo e de todos, presentes ou ausentes, amigos ou inimigos. Não se trata de compreender o outro, mas de vigiá-lo. “Estranho ideal policalesco, o de ser a má consciência de alguém”, diz Deleuze.

As redes sociais, onde as ideias e as opiniões deveriam trafegar livremente, se transformaram num espaço policalesco em que a crítica é substituída pela vigilância. A vigilância exige convicções esféricas, maciças, impenetráveis, perfeitas. **A vigilância deve adquirir aquela solidez própria da turba enfurecida**⁽⁶⁾, disposta ao linchamento.

A Declaração dos Direitos Humanos, na esteira do pensamento liberal e progressista dos séculos XIX e XX, imaginou que a igualdade e a diferença seriam indissociáveis na sociedade moderna e deveriam subsistir reconciliadas, sob as leis de um Estado ético. Esse Estado permitiria ao cidadão preservar sua diferença em relação aos outros e, ao mesmo tempo, harmonizá-la entre si, manter a integridade do todo. **Mas as transformações econômicas das sociedades modernas suscitaram o bloqueio**⁽⁶⁾ das tentativas de impor o Estado ético e reforçaram, na verdade, a fragmentação e o individualismo agressivo e “argentário”. Assim, a “ética” contemporânea não é capaz de resistir à degradação das liberdades e sua transmutação em arma de vigilância e de assassinato de reputações.

BELLUZZO Luiz Gonzaga. **A polêmica das biografias**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/771/a-polemica-das-biografias-3204.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

Substituindo-se o complemento verbal destacado pelo pronome oblíquo correspondente, observa-se um caso de próclise obrigatória em:

- a) “aquelas que acolheram os princípios do Estado Democrático de Direito”
- b) “Em 2008, escrevi um artigo para celebrar os 60 anos da declaração”
- c) “fabricam os espaços da literatura, do econômico, do político”
- d) “A vigilância deve adquirir aquela solidez própria da turba enfurecida”
- e) “Mas as transformações econômicas das sociedades modernas suscitaram o bloqueio”

Questão 2: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Assunto: Colocação pronominal (sintaxe)

Pessoa em pessoa

Existe uma ironia ao fazer-se um guia a partir de um roteiro turístico escrito por Fernando Pessoa: **embora ele tenha detalhado cada ponto de Lisboa**^(a), cidade onde nasceu e viveu, o maior poeta português não gostava de viajar. Se saiu, foi muito pouco, e **só deixou a sua cidade natal em raras ocasiões**^(b). Numa delas, por motivos familiares, viveu um período em Durban, na antiga colônia inglesa na África do Sul. Após a morte do pai, a sua mãe casou-se com o militar João Miguel Rosa, que, por sua vez, se tornou cônsul de Portugal na cidade africana, **obrigando a família a mudar-se**^(c). Pessoa foi para lá em 1896, com 8 anos, ali ficando até aos 17 anos.

Antes e depois desse período, a sua vida foi fincada em Lisboa [...] “Para Pessoa, Lisboa foi mais do que uma cidade, foi a pátria, condensadamente. E desde que nela lançou âncora, em 1905, nunca mais daí saiu”, confirma Teresa Rita Lopes, uma das maiores investigadoras da obra e da vida do poeta [...].

Rotas pessoais

Pessoa era uma espécie de *freelancer*, um profissional autônomo que se **dedicava a traduções**^(d) de cartas comerciais para diversas empresas e casas comerciais de Lisboa. Isso ajuda a explicar o fato de ter sido um verdadeiro andarilho, indo de um lado para o outro, **algo que acabaria por constituir a sua própria personalidade**^(e). Era caminhando que pensava, que refletia.

“Para ele era uma maneira de estar sozinho de fato, bem como uma forma de ter ideias, era uma maneira de criar. Depois, nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido em tal passeio. Os passeios para ele eram também momentos de criação. Andava imenso”, explica Teresa Rita Lopes.

CORREIA FILHO, J. *Lisboa em Pessoa: guia turístico e literário da capital portuguesa*. Lisboa: Publicações Don Quixote, 2011, p. 21 - 22. Adaptado.

O trecho em que o pronome entre parênteses substitui a expressão destacada, de acordo com a norma-padrão, é

- a) “embora ele tenha detalhado **cada ponto de Lisboa**”. (o tenha detalhado)
- b) “**só deixou a sua cidade natal em raras ocasiões**” (deixou-lhe)

- c) “obrigando a família a mudar-se” (obrigando- lhe)
- d) “dedicava a traduções” (as dedicava)
- e) “algo que acabaria por constituir a sua própria personalidade”(constituir-lhe)

Questão 3: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Colocação pronominal (sintaxe)

A sociedade da informação e seus desafios

Difícilmente alguém discordaria de que a sociedade da informação é o principal traço característico do debate público sobre desenvolvimento, seja em nível local ou global, neste alvorecer do século XXI. Das propostas políticas oriundas dos países industrializados e das discussões acadêmicas, a expressão “sociedade de informação” transformou-se rapidamente em jargão nos meios de comunicação, alcançando, de forma conceitualmente imprecisa, o universo vocabular do cidadão.

A expressão “sociedade da informação” passou a ser utilizada como substituta para o conceito complexo de “sociedade pós-industrial”, como forma de transmitir o conteúdo específico do “novo paradigma técnico-econômico”. A realidade que os conceitos das ciências sociais procuram expressar refere-se às transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como “fator-chave” não mais os insumos baratos de energia – como na sociedade industrial – mas os insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e nas telecomunicações.

Nesta sociedade pós-industrial, ou “informacional”, as transformações em direção à sociedade da informação, em estágio avançado nos países industrializados, constituem uma tendência dominante mesmo para economias menos industrializadas e definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade. Esse novo paradigma tem as seguintes características fundamentais: a informação é sua matéria-prima (no passado, o objetivo dominante era utilizar informação para agir sobre as tecnologias); os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade (a informação é parte integrante de toda atividade humana, individual ou coletiva e, portanto, todas essas atividades tendem a ser afetadas diretamente pela nova tecnologia); a tecnologia favorece processos reversíveis devido a sua flexibilidade; trajetórias de desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do saber tornam-se interligadas e transformam-se as categorias segundo as quais pensamos todos os processos (microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica, por exemplo).

O foco sobre a tecnologia pode alimentar a visão ingênua de determinismo tecnológico segundo o qual as transformações em direção à sociedade da informação resultam da tecnologia, seguem uma lógica técnica e, portanto, neutra e estão fora da interferência de fatores sociais e políticos. Nada mais equivocado: processos sociais e transformação tecnológica resultam de uma interação complexa em que fatores sociais preexistentes como a criatividade, o espírito empreendedor, as condições da pesquisa científica afetam o avanço tecnológico e suas aplicações sociais.

No campo educacional dos países em desenvolvimento, decisões sobre investimentos para a incorporação da informática e da telemática implicam também riscos e desafios. Será essencial identificar o papel que essas novas tecnologias podem desempenhar no processo de desenvolvimento educacional e, isso posto, resolver como utilizá-las de forma a facilitar uma efetiva aceleração do processo em direção à educação para todos, ao longo da vida, com qualidade e garantia de diversidade. As novas tecnologias de informação e comunicação tornam-se, hoje, parte de um vasto instrumental historicamente mobilizado para a educação e a aprendizagem. Cabe a cada sociedade decidir que composição do conjunto de tecnologias educacionais mobilizar para atingir suas metas de desenvolvimento.

A Unesco tem atuado de forma sistemática no sentido de apoiar as iniciativas dos Estados Membros na definição de políticas de integração das novas tecnologias aos seus objetivos de desenvolvimento. No Programa Informação para Todos, as ações desse organismo internacional estão concentradas em duas áreas principais: conteúdo para a sociedade da informação e “infoestrutura” para esta sociedade em evolução, por meio da cooperação para treinamento, apoio ao estabelecimento de políticas de informação e promoção de conexões em rede.

No espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que constitui a base dos direitos à informação na sociedade da informação, e levando em consideração os valores e a visão delineados anteriormente, o novo Programa Informação para Todos deverá prover uma plataforma para a discussão global sobre acesso à informação, participação de todos na sociedade da informação global e as consequências éticas, legais e societárias do uso das tecnologias de informação e comunicação. Deverá prover também a estrutura para colaboração internacional e parcerias nessas áreas e apoiar o desenvolvimento de ferramentas comuns, métodos e estratégias para a construção de uma sociedade de informação global e justa.

WERTHEIN, J. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 29, n. 2, p. 71- 77, maio/ago. 2000.
Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/254>>.
Acesso em: 10 maio 2015. Adaptado.

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o pronome destacado está colocado adequadamente em:

- a) Quando todas as instituições educacionais **se** interessarem pela inclusão digital, a sociedade será muito beneficiada em diferentes aspectos do seu desenvolvimento.
- b) Atualmente, há uma intensa pressão social para que o indivíduo sempre mantenha-**se** a par das novas tecnologias lançadas em outras regiões do mundo.
- c) Não pouparam-**se** esforços para que todos os funcionários daquela empresa tivessem acesso às mídias digitais por meio de renovação dos equipamentos.
- d) Os pesquisadores das áreas sociais e tecnológicas nunca enganam-**se** a respeito da grande importância da presença da internet em nossa sociedade.
- e) Se o preço dos equipamentos eletrônicos ficar muito elevado, poderá-**se** procurar pesquisar mais atentamente.

Questão 4: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Administração/2012

Assunto: Colocação pronominal (sintaxe)

Um circo e um antipalhaço

Em 1954, numa cidadezinha universitária dos Estados Unidos, vi “o maior circo do mundo”, que continua a ser o sucessor do velho Barnum & Bailey, velho conhecido dos meus primeiros dias de estudante nos Estados Unidos. Vi então, com olhos de adolescente ainda um tanto menino, maravilhas que só para os meninos têm plenitude de encanto. Em 1954, revendo “o maior circo do mundo”, confesso que, diante de certas façanhas de acrobatas e domadores, senti-me outra vez menino.

O monstro - porque é um circo-monstro, que viaja em três vastos trens - chegou de manhã a Charlottesville e partiu à noite. Ao som das últimas palmas dos espectadores juntou-se o ruído metálico do desmonte da tenda capaz de abrigar milhares de pessoas, acomodadas em cadeiras em forma de x, quase iguais às dos teatros e que, como por mágica, foram se fechando e formando grupos exatos, tantas cadeiras em cada grupo logo transportadas para outros vagões de um dos trens. E com as cadeiras, foram sendo transportadas para outros vagões jaulas com tigres; e também girafas e elefantes que ainda há pouco pareciam enraizados ao solo como se estivessem num jardim zoológico. A verdade é que quem demorasse uns minutos mais a sair veria esta mágica também de circo: a do próprio circo gigante desaparecer sob seus olhos, sob a forma de pacotes prontos a seguirem de trem para a próxima cidade.

O gênio de organização dos anglo-americanos é qualquer coisa de assombrar um latino. Arma e desarma um circo gigante como se armasse ou desarmasse um brinquedo de criança. E o que o faz com os circos, faz com os edifícios, as pontes, as usinas, as fábricas: uma vez planejadas, erguem-se em pouco tempo do solo e tomam como por mágica relevos monumentais.

Talvez a maior originalidade do circo esteja no seu palhaço principal. Circo norte-americano? **Pensa-se logo num palhaço** para fazer rir meninos de dez anos e meninões de quarenta com suas piruetas e suas infantilidades.

O desse circo - hoje o mais célebre dos palhaços de circo - é uma espécie de antipalhaço. Não ri nem sequer sorri. Não faz uma pirueta. Não dá um salto. Não escorrega uma única vez. Não cai esparramado no chão como os *clowns* convencionais. Não tem um ás de copas nos fundos de suas vestes de palhaço.

O que faz quase do princípio ao fim das funções do circo é olhar para a multidão com uns olhos, uma expressão, uns modos tão tristes que **ninguém lhe esquece a tristeza** do clown diferente de todos os outros *clowns*. **Trata-se na verdade** de uma audaciosa recriação da figura de palhaço de circo. E o curioso é que, impressionando os adultos, impressiona também os meninos que talvez continuem os melhores juízes de circos de cavalinhos.

Audaciosa e triunfante essa recriação. Pois não há quem saia do supercirco, juntando às suas impressões das maravilhas de acrobacia, de trabalhos de domadores de feras, de equilibristas, de bailarinas, de cantores, de comédicos, a impressão inesperada da tristeza desse antipalhaço **que quase se limita a olhar** para a multidão com os olhos mais magoados deste mundo.

FREYRE, Gilberto. In: *Pessoas, Coisas & Animais*. São Paulo: Círculo do Livro.

Edição Especial para MPM Propaganda, 1979. p. 221-222. (Publicado originalmente em O Cruzeiro, Rio de Janeiro, seção Pessoas, coisas e animais, em 8 jul. 1956). Adaptado.

Aos trechos abaixo, retirados do texto, foram propostas alterações na colocação do pronome.

Tal alteração está de acordo com a norma-padrão em:

- a) “foram se fechando”- foram fechando-se
- b) “Pensa-se logo num palhaço” - Se pensa logo num palhaço
- c) “ninguém lhe esquece a tristeza” - ninguém esquece-lhe a tristeza
- d) “Trata-se na verdade” - Se trata na verdade
- e) “que quase se limita a olhar” - que quase limita-se a olhar

Questão 5: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Administração/2013

Assunto: Concordância (Verbal e Nominal)

Texto

Dialética da mudança

Certamente porque não é fácil compreender certas questões, as pessoas tendem a aceitar algumas afirmações como verdades indiscutíveis e até mesmo a irritar-se quando alguém insiste em discuti-las. É natural que isso aconteça, quando mais não seja porque as certezas nos dão segurança e tranquilidade. Pô-las em questão equivale a tirar o chão de sob nossos pés. Não necessito dizer que, para mim, não há verdades indiscutíveis, embora acredite em determinados valores e princípios que me parecem consistentes. De fato, é muito difícil, senão impossível, viver sem nenhuma certeza, sem valor algum.

No passado distante, quando os valores religiosos se impunham à quase totalidade das pessoas, poucos eram os que questionavam, mesmo porque, dependendo da ocasião, pagavam com a vida seu inconformismo.

Com o desenvolvimento do pensamento objetivo e da ciência, aquelas certezas inquestionáveis passaram a segundo plano, dando lugar a um novo modo de lidar com as certezas e os valores. Questioná-los, reavaliá-los, negá-los, propor mudanças às vezes radicais tornou-se frequente e inevitável, dando-se início a uma nova época da sociedade humana. Introduziram-se as ideias não só de evolução como de revolução.

Naturalmente, essas mudanças não se deram do dia para a noite, nem tampouco se impuseram à maioria da sociedade. O que ocorreu de fato foi um processo difícil e conflituado em que, pouco a pouco, a visão inovadora veio ganhando terreno e, mais do que isso, conquistando posições estratégicas, o que tornou possível influir na formação de novas gerações, menos resistentes a visões questionadoras.

A certa altura desse processo, os defensores das mudanças acreditavam-se senhores de novas verdades, mais consistentes porque eram fundadas no conhecimento objetivo das leis que governam o mundo material e social. Mas esse conhecimento era ainda precário e limitado.

Inúmeras descobertas reafirmam a tese de que a mudança é inerente à realidade tanto material quanto espiritual, e que, portanto, o conceito de imutabilidade é destituído de fundamento.

Ocorre, porém, que essa certeza pode induzir a outros erros: o de achar que quem defende determinados valores estabelecidos está indiscutivelmente errado. Em outras palavras, bastaria apresentar-se como inovador para estar certo. Será isso verdade? Os fatos demonstram que tanto pode ser como não.

Mas também pode estar errado quem defende os valores consagrados e aceitos. Só que, em muitos casos, não há alternativa senão defendê-los. E sabem por quê? Pela simples razão de que toda sociedade é, por definição, conservadora, uma vez que, sem princípios e valores estabelecidos, seria impossível o convívio social. Uma comunidade cujos princípios e normas mudassem a cada dia seria caótica e, por isso mesmo, inviável.

Por outro lado, como a vida muda e a mudança é inerente à existência, impedir a mudança é impossível. Daí resulta que a sociedade termina por aceitar as mudanças, mas apenas aquelas que de algum modo atendem a suas necessidades e a fazem avançar.

GULLAR, Ferreira. Dialética da mudança. Folha de São Paulo, 6 maio 2012, p. E10.

De acordo com a norma-padrão, o verbo **haver** não pode assumir a forma de plural quando é usado como verbo impessoal.

A forma verbal destacada **NÃO** é impessoal em:

- a) Em muitos casos, não **há** alternativa senão defender uma visão conservadora da sociedade.
- b) Embora muitas pessoas insistam em não aceitar a mudança, para mim não **há** verdade indiscutível.
- c) **Houve** época em que os valores religiosos se impunham à quase totalidade das pessoas.
- d) Não **haverá** convívio social equilibrado e produtivo sem princípios e valores estabelecidos.
- e) Uma comunidade que não respeitasse certos princípios e normas **haveria** de fracassar.

Questão 6: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Administração/2013

Assunto: Concordância (Verbal e Nominal)

Texto

Dialética da mudança

Certamente porque não é fácil compreender certas questões, as pessoas tendem a aceitar algumas afirmações como verdades indiscutíveis e até mesmo a irritar-se quando alguém insiste em discuti-las. É natural que isso aconteça, quando mais não seja porque as certezas nos dão segurança e tranquilidade. Pô-las em questão equivale a tirar o chão de sob nossos pés. Não necessito dizer que, para mim, não há verdades indiscutíveis, embora acredite em determinados valores e princípios que me parecem consistentes. De fato, é muito difícil, senão impossível, viver sem nenhuma certeza, sem valor algum.

No passado distante, quando os valores religiosos se impunham à quase totalidade das pessoas, poucos eram os que questionavam, mesmo porque, dependendo da ocasião, pagavam com a vida seu inconformismo.

Com o desenvolvimento do pensamento objetivo e da ciência, aquelas certezas inquestionáveis passaram a segundo plano, dando lugar a um novo modo de lidar com as certezas e os valores. Questioná-los, reavaliá-los, negá-los, propor mudanças às vezes radicais tornou-se frequente e inevitável, dando-se início a uma nova época da sociedade humana. **Introduziram-se as ideias não só de evolução como de revolução.**

Naturalmente, essas mudanças não se deram do dia para a noite, nem tampouco se impuseram à maioria da sociedade. O que ocorreu de fato foi um processo difícil e conflituado em que, pouco a pouco, a visão inovadora veio ganhando terreno e, mais do que isso, conquistando posições estratégicas, o que tornou possível influir na formação de novas gerações, menos resistentes a visões questionadoras.

A certa altura desse processo, os defensores das mudanças acreditavam-se senhores de novas verdades, mais consistentes porque eram fundadas no conhecimento objetivo das leis que governam o mundo material e social. Mas esse conhecimento era ainda precário e limitado.

Inúmeras descobertas reafirmam a tese de que a mudança é inerente à realidade tanto material quanto espiritual, e que, portanto, o conceito de imutabilidade é destituído de fundamento.

Ocorre, porém, que essa certeza pode induzir a outros erros: o de achar que quem defende determinados valores estabelecidos está indiscutivelmente errado. Em outras palavras, bastaria apresentar-se como inovador para estar certo. Será isso verdade? Os fatos demonstram que tanto pode ser como não.

Mas também pode estar errado quem defende os valores consagrados e aceitos. Só que, em muitos casos, não há alternativa senão defendê-los. E sabem por quê? Pela simples razão de que toda sociedade é, por definição, conservadora, uma vez que, sem princípios e valores estabelecidos, seria impossível o convívio social. Uma comunidade cujos princípios e normas mudassem a cada dia seria caótica e, por isso mesmo, inviável.

Por outro lado, como a vida muda e a mudança é inerente à existência, impedir a mudança é impossível. Daí resulta que a sociedade termina por aceitar as mudanças, mas apenas aquelas que de algum modo atendem a suas necessidades e a fazem avançar.

GULLAR, Ferreira. Dialética da mudança. Folha de São Paulo, 6 maio 2012, p. E10.

No trecho do Texto “Introduziram-se as ideias não só de evolução como de revolução.”, o verbo concorda em número com o substantivo que o segue.

O verbo deverá ser flexionado no plural, caso o substantivo destacado que o segue esteja no plural, **EXCETO** em:

- a) Ao se implantar o uso do computador nas salas de aula, corresponde-se à **expectativa** dos alunos de estarem antenados com os novos tempos.
- b) Com o advento dos novos tempos, reafirma-se a **tese** relacionada à necessidade de mudança.
- c) Defende-se a **visão** conservadora do mundo com o argumento de que a sociedade não aceita mudanças.
- d) Em outras épocas, valorizava-se a **pessoa** que não questionava os valores religiosos impostos à população.
- e) No passado, questionava-se a **mudança** de valores e crenças para não incentivar o caos social.

Questão 7: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Administração/2013

Assunto: Concordância (Verbal e Nominal)

Texto

Cidade: desejo e rejeição

A cidade da modernidade se configurou a partir da Revolução Industrial e se tornou complexa pelo tamanho territorial e demográfico, antes jamais alcançado, e pelas exigências de infraestrutura e de serviços públicos. No início do século XX, se generalizou a ideia da cidade como instância pública. Até então, esta seria uma construção que resultava de interesses específicos, de setores ou estratos sociais.

A mudança do milênio vê, contraditoriamente, a expansão de modelos urbanísticos e a ocupação territorial que se opõem à “condição urbana” - de certo modo fazendo retornar a cidade à instância privada. Tal ambiguidade estabelece um patamar para o debate sobre os rumos da cidade.

O sistema urbano brasileiro estava em processo de consolidação como instância pública, quando, a partir dos anos 1960, sofre inflexão importante. Razões externas ao urbanismo influenciam no redesenho de nossas cidades.

A opção pelo transporte urbano no modo rodoviário, em detrimento do transporte sobre trilhos, então estruturador das principais cidades, é uma delas.

Outros elementos adentram o cenário brasileiro nas últimas décadas e dispõem a cidade como instância privada: os condomínios fechados e os *shopping centers*. Ambos associados ao automóvel, exaltam a segmentação de funções urbanas. A multiplicidade e a variedade, valores do urbano, ali não são **consideradas**. O importante para os promotores imobiliários e para os que aderem a tais propostas é a sensação de que o modelo é algo à parte do conjunto. Há uma explícita “rejeição à cidade”.

Além disso, com o crescimento demográfico e a expansão do sistema urbano, as áreas informais adquirem relevo e, em alguns casos, passam a compor a maior parte das cidades. Isto é, enquanto por um século e meio se concebe e se desenvolve a ideia da cidade como instância pública, uma parte maiúscula dessa mesma cidade é construída em esforço individual como instância privada.

MAGALHÃES, Sérgio Ferraz. Cidade: desejo e rejeição. Revista Ciência Hoje. Rio de Janeiro: ICH. n. 290, mar. 2012, p. 75.

No Texto, o adjetivo **consideradas** concorda com os substantivos **multiplicidade** e **variedade** em gênero e número.

A concordância nominal **NÃO** está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa em:

- a) A falta de infraestrutura e o tamanho das cidades são culpados pelo fracasso.
- b) Cidades e regiões rurais parecem ser afetadas por problemas de tipos diferentes.
- c) Os grandes centros mundiais e as cidades brasileiras estão destinadas ao caos urbano.
- d) Os *shopping centers* e os condomínios residenciais são fechados ao público externo.
- e) Transportes públicos de qualidade e organização do espaço são necessários à urbanização.

Questão 8: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Administração de Materiais e Licitações/2011

Assunto: Concordância (Verbal e Nominal)

RETRATOS DE UMA ÉPOCA

Mostra exhibe cartões-postais de um tempo que não volta mais

Em tempos de redes sociais e da presença cada vez maior da internet no cotidiano, pouca gente se lembra de que nem sempre tudo foi assim tão rápido, instantâneo e impessoal. Se os adultos esquecem logo, crianças e adolescentes nem sabem como os avós de seus avós se comunicavam. Há 15 dias, uma educadora no Recife, Niedja Santos, indagou a um grupo de estudantes quais os meios de comunicação que eles conheciam. Nenhum citou cartões-postais.

Pois eles já foram tão importantes que eram usados para troca de mensagens de amor, de amizade, de votos de felicidades e de versos enamorados que hoje podem parecer cafonas, mas que, entre os séculos XIX e XX, sugeriam apenas o sentimento movido a sonho e romantismo. Para se ter uma ideia de sua importância, basta lembrar um pouco da história: nasceram na Áustria, na segunda metade do século XIX, como um novo meio de correspondência. E a invenção de um professor de Economia chamado Emmanuel Hermann fez tanto sucesso que, em apenas um ano, foram vendidos mais de dez milhões de unidades só no Império Austro-Húngaro. Depois, espalharam-se pelo mundo e eram aguardados com ansiedade.

- A moda dos cartões-postais, trazida da Europa, sobretudo da França, no início do século passado para o Recife de antigamente, tornou-se uma mania que invadiu toda a cidade - lembra o colecionador Liedo Maranhão, que passou meio século colecionando-os e reuniu mais de 600, 253 dos quais estão na exposição “Postaes: A correspondência afetiva na Coleção Liedo Maranhão”, no Centro Cultural dos Correios, na capital pernambucana.

O pesquisador, residente em Pernambuco, começou a se interessar pelo assunto vendo, ainda jovem, os postais que eram trocados na sua própria família. Depois, passou a comprá-los no Mercado São José, reduto da cultura popular do Recife, onde eram encontrados em caixas de sapato ou pendurados em cordões para chamar a atenção dos visitantes. Boa parte da coleção vem daí. [...]

- Acho que seu impacto é justamente o de trazer para o mundo contemporâneo o *glamour* e o romantismo de um meio de comunicação tão usual no passado - afirma o curador Gustavo Maia.

- O que mais chama a atenção é o sentimento romântico como conceito, que pode ser percebido na delicadeza perdida de uma forma de comunicação que hoje está em desuso - reforça Bartira Ferraz, outra curadora da mostra. [...]

LINS, Leticia. Retratos de uma época. Revista O Globo, Rio de Janeiro, n. 353, p. 26-28, 1º maio 2011. Adaptado.

A concordância verbal está de acordo com a norma-padrão em:

- a) Cada um dos curadores foram responsáveis por um tema.
- b) Muitos cartões vem decorados com guirlandas de flores.
- c) A maior parte dos cartões expostos encantou os visitantes.
- d) Está acontecendo diversos eventos sobre meios de comunicação na cidade.
- e) Haviam poucos estudantes interessados em meios de comunicação do passado.

Questão 9: CESGRANRIO - Admin (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Concordância (Verbal e Nominal)

Texto I

O gigolô das palavras

Quatro ou cinco grupos diferentes de alunos do Farroupilha estiveram lá em casa numa mesma missão, designada por seu professor de Português: saber se eu considerava o estudo da Gramática indispensável para aprender e usar a nossa ou qualquer outra língua. Suspeitei de saída que o tal professor lia esta coluna, se descabelava diariamente com suas afrontas às leis da língua, e aproveitava aquela oportunidade para me desmascarar. Já estava até preparando, às pressas, minha defesa (“Culpa da revisão! Culpa da revisão!”). Mas os alunos desfizeram o equívoco antes que ele se criasse. Eles mesmos tinham escolhido os nomes a serem entrevistados. Vocês têm certeza que não pegaram o Veríssimo errado? Não. Então vamos em frente.

Respondi que a linguagem, qualquer linguagem, é um meio de comunicação e que deve ser julgada exclusivamente como tal. Respeitadas algumas regras básicas da Gramática, para evitar os vexames mais gritantes, as outras são dispensáveis. A sintaxe é uma questão de uso, não de princípios. Escrever bem é escrever claro, não necessariamente certo. Por exemplo: dizer “escrever claro” não é certo, mas é claro, certo? O importante é comunicar. (E quando possível surpreender, iluminar, divertir, mover... Mas aí entramos na área do talento, que também não tem nada a ver com Gramática.) A Gramática é o esqueleto da língua. [...] É o esqueleto que nos traz de pé, mas ele não informa nada, como a Gramática é a estrutura da língua, mas sozinha não diz nada, não tem futuro. As múmias conversam entre si em Gramática pura.

Claro que eu não disse isso tudo para meus entrevistadores. E adverti que minha implicância com a Gramática na certa se devia à minha pouca intimidade com ela. Sempre fui péssimo em Português. Mas - isso eu disse - vejam vocês, a intimidade com a Gramática é tão dispensável que eu ganho a vida escrevendo, apesar da minha total inocência na matéria. Sou um gigolô das palavras. Vivo às suas custas. E tenho com elas exemplar conduta de um cáften profissional. Abuso delas. Só uso as que eu conheço, as desconhecidas são perigosas e potencialmente traiçoeiras. Exijo submissão. Não raro, peço delas flexões inomináveis para satisfazer um gosto passageiro. Maltrato-as, sem dúvida. E jamais me deixo dominar por elas. [...]

Um escritor que passasse a respeitar a intimidade gramatical das suas palavras seria tão ineficiente quanto um gigolô que se apaixonasse pelo seu plantel.

VERISSIMO, Luis Fernando. O gigolô das palavras. In: LUFT, Celso Pedro. Língua e liberdade: por uma nova concepção de língua materna e seu ensino. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 36. Adaptado.

Texto II

Aula de português

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.
A linguagem
na superfície estrelada de letras,
sabe lá o que ela quer dizer?
Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,

e vai desmatando
o amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, equipáticas,
atropelam-me, aturdem-me, sequestram-me.
Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.
O português são dois; o outro, mistério.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Aula de português. In: **Reunião**: 10 livros de poesia. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974. p. 81.

De acordo com a norma-padrão, a frase que não precisa ser corrigida pelo Professor Carlos Góis, mencionado pelo Texto II, é:

- a) Houveram muitos acertos naquela prova.
- b) Existia poucos alunos com dúvidas na sala.
- c) Ocorreram poucas dúvidas sobre a matéria.
- d) Devem haver muitos aprovados este ano.
- e) Vão fazer dois anos que estudei a matéria.

Questão 10: CESGRANRIO - Admin (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Concordância (Verbal e Nominal)

Texto I

O gigolô das palavras

Quatro ou cinco grupos diferentes de alunos do Farroupilha estiveram lá em casa numa mesma missão, designada por seu professor de Português: saber se eu considerava o estudo da Gramática indispensável para aprender e usar a nossa ou qualquer outra língua. Suspeitei de saída que o tal professor lia esta coluna, se descabelava diariamente com suas afrontas às leis da língua, e aproveitava aquela oportunidade para me desmascarar. Já estava até preparando, às pressas, minha defesa (“Culpa da revisão! Culpa da revisão!”). Mas os alunos desfizeram o equívoco antes que ele se criasse. Eles mesmos tinham escolhido os nomes a serem entrevistados. Vocês têm certeza que não pegaram o Veríssimo errado? Não. Então vamos em frente.

Respondi que a linguagem, qualquer linguagem, é um meio de comunicação e que deve ser julgada exclusivamente como tal. Respeitadas algumas regras básicas da Gramática, para evitar os vexames mais gritantes, as outras são dispensáveis. A sintaxe é uma questão de uso, não de princípios. Escrever bem é escrever claro, não necessariamente certo. Por exemplo: dizer “escrever claro” não é certo, mas é claro, certo? O importante é comunicar. (E quando possível surpreender, iluminar, divertir, mover... Mas aí entramos na área do talento, que também não tem nada a ver com

Gramática.) A Gramática é o esqueleto da língua. [...] É o esqueleto que nos traz de pé, mas ele não informa nada, como a Gramática é a estrutura da língua, mas sozinha não diz nada, não tem futuro. As múmias conversam entre si em Gramática pura.

Claro que eu não disse isso tudo para meus entrevistadores. E adverti que minha implicância com a Gramática na certa se devia à minha pouca intimidade com ela. Sempre fui péssimo em Português. Mas - isso eu disse - vejam vocês, a intimidade com a Gramática é tão dispensável que eu ganho a vida escrevendo, apesar da minha total inocência na matéria. Sou um gigolô das palavras. Vivo às suas custas. E tenho com elas exemplar conduta de um cáften profissional. Abuso delas. Só uso as que eu conheço, as desconhecidas são perigosas e potencialmente traiçoeiras. Exijo submissão. Não raro, peço delas flexões inomináveis para satisfazer um gosto passageiro. Maltrato-as, sem dúvida. E jamais me deixo dominar por elas. [...]

Um escritor que passasse a respeitar a intimidade gramatical das suas palavras seria tão ineficiente quanto um gigolô que se apaixonasse pelo seu plantel.

VERISSIMO, Luis Fernando. O gigolô das palavras. In: LUFT, Celso Pedro. Língua e liberdade: por uma nova concepção de língua materna e seu ensino. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 36. Adaptado.

Texto II

Aula de português

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.
A linguagem
na superfície estrelada de letras,
sabe lá o que ela quer dizer?
Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
o amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, equipáticas,
atropelam-me, aturdem-me, sequestram-me.
Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.
O português são dois; o outro, mistério.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Aula de português. In: **Reunião**: 10 livros de poesia. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974. p. 81.

No poema, o verso “O português são dois” está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

A frase em que também se respeita a norma-padrão, com relação à concordância, é:

- a) Na reunião, houveram muitos imprevistos.

- b) Estranhou-se as mudanças na empresa.
- c) Devem fazer cinco meses que não o vejo.
- d) Precisam-se de vendedores nesta loja.
- e) Pensou-se muito nas sugestões dos funcionários.

Questão 11: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Assunto: Concordância (Verbal e Nominal)

O verbo em destaque está flexionado de acordo com a norma-padrão em:

- a) Como **havam** muitos interessados na viagem, foi feito um sorteio.
- b) Muitos turistas **parecem** não respeitar os limites de horário impostos pelas agências.
- c) Existem pessoas que parecem **estarem** sempre à procura de roteiros de viagens.
- d) **Convêm** os turistas estarem conscientes das leis de cada localidade conhecida.
- e) Para os turistas, **parecem** não existirem lugares difíceis de conhecer.

Questão 12: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012

Assunto: Concordância (Verbal e Nominal)

O setor elétrico e as mudanças climáticas

Nosso país tem enorme potencial hidrelétrico, o que nos permite gerar energia elétrica razoavelmente ‘limpa’ e barata. Essa fonte responde, atualmente, por cerca de 70% da energia elétrica consumida no país. Entretanto, para que possamos usufruir dessa energia, precisamos transportá-la a longas distâncias – muitas vezes, milhares de quilômetros – por meio de linhas de transmissão aéreas, expostas ao tempo e a seus caprichos. E esses caprichos, segundo estudos científicos, tendem a se tornar cada vez mais frequentes em um planeta sujeito a mudanças em um ritmo jamais visto pelos humanos.

A experiência brasileira mostra isso. 50% a 70% das falhas ocorridas no passado em linhas de transmissão brasileiras estavam relacionadas às condições climáticas, mais especificamente, às chamadas tempestades severas, caracterizadas por condições extremas de vento, raios ou precipitação. Com o aquecimento global, o desmatamento e alguns fenômenos atmosféricos, esse número tende a aumentar nas próximas décadas.

Combinados ou de forma isolada, esses fenômenos são capazes de interromper o fluxo de energia ao longo das linhas e interferir, de maneira significativa, no sistema elétrico. Se as alterações do clima podem causar problemas na transmissão de energia, na distribuição a situação não é diferente. 99% da distribuição de energia elétrica no Brasil é aérea e concentra-se em grandes áreas urbanas, onde vive a maioria dos consumidores. Nessas áreas, as edificações, a substituição de vegetação por asfalto, a

poluição dos automóveis e das fábricas causam alterações atmosféricas que favorecem a ocorrência de fortes tempestades.

Os danos provocados por raios nas redes de distribuição podem se tornar ainda mais frequentes se levarmos em consideração o novo modelo que começa a ser adotado no país e no mundo, baseado no uso de equipamentos digitais para monitorar a distribuição em tempo real e na possibilidade de utilizar diferentes fontes de energia. Essa transformação se dará tanto na disponibilização quanto no consumo de energia, levando, inclusive, à economia desse recurso.

No entanto, a busca de maior comodidade para os consumidores, maior controle operacional pelas empresas, maior eficiência e maior flexibilidade da rede (no sentido de utilizar fontes alternativas de energia) tende a tornar a distribuição mais sofisticada e, ao mesmo tempo, mais vulnerável a descargas elétricas, devido à utilização de componentes que contêm semicondutores, mais suscetíveis a danos por raios.

Finalmente, é importante salientar que as redes de energia precisarão contar com o potencial hidrelétrico ainda quase inexplorado da Amazônia no futuro. Segundo as projeções climáticas baseadas em modelos computacionais, essa região sofrerá o maior aumento de temperatura e de tempestades. Outro aspecto relevante está na necessidade, cada vez maior, de adequar tais redes às normas legais de proteção e conservação ambiental, o que poderá ampliar a chance de problemas decorrentes de fatores climáticos.

PINTO JÚNIOR, Osmar. O setor elétrico e as mudanças climáticas. *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: ICH. n. 280, abr. 2011, p. 68-69. Adaptado.

A concordância verbal está de acordo com a norma padrão, **EXCETO** em:

- a) 50% dos danos à rede de distribuição elétrica no Brasil têm sido provocados por raios e chuvas intensas.
- b) A maioria das tempestades severas causa prejuízos incomensuráveis às redes de transmissão de energia.
- c) Muitos dos problemas de queda de energia no ano de 011 foram gerados por temporais nas regiões urbanas.
- d) Está comprovado que a maior parte da energia elétrica consumida no país tem origem em fontes hidrelétricas.
- e) Cerca de 20 estados brasileiros precisa modernizar suas redes de distribuição para garantir mais eficiência.

Questão 13: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Concordância (Verbal e Nominal)

A sociedade da informação e seus desafios

Difícilmente alguém discordaria de que a sociedade da informação é o principal traço característico do debate público sobre desenvolvimento, seja em nível local ou global, neste alvorecer do século XXI. Das propostas políticas oriundas dos países industrializados e das discussões acadêmicas, a expressão “sociedade de informação” transformou-se rapidamente em jargão nos meios de comunicação, alcançando, de forma conceitualmente imprecisa, o universo vocabular do cidadão.

A expressão “sociedade da informação” passou a ser utilizada como substituta para o conceito complexo de “sociedade pós-industrial”, como forma de transmitir o conteúdo específico do “novo paradigma técnico-econômico”. A realidade que os conceitos das ciências sociais procuram expressar refere-se às transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como “fator-chave” não mais os insumos baratos de energia – como na sociedade industrial – mas os insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e nas telecomunicações.

Nesta sociedade pós-industrial, ou “informacional”, as transformações em direção à sociedade da informação, em estágio avançado nos países industrializados, constituem uma tendência dominante mesmo para economias menos industrializadas e definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade. Esse novo paradigma tem as seguintes características fundamentais: a informação é sua matéria-prima (no passado, o objetivo dominante era utilizar informação para agir sobre as tecnologias); os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade (a informação é parte integrante de toda atividade humana, individual ou coletiva e, portanto, todas essas atividades tendem a ser afetadas diretamente pela nova tecnologia); a tecnologia favorece processos reversíveis devido a sua flexibilidade; trajetórias de desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do saber tornam-se interligadas e transformam-se as categorias segundo as quais pensamos todos os processos (microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica, por exemplo).

O foco sobre a tecnologia pode alimentar a visão ingênua de determinismo tecnológico segundo o qual as transformações em direção à sociedade da informação resultam da tecnologia, seguem uma lógica técnica e, portanto, neutra e estão fora da interferência de fatores sociais e políticos. Nada mais equivocado: processos sociais e transformação tecnológica resultam de uma interação complexa em que fatores sociais preexistentes como a criatividade, o espírito empreendedor, as condições da pesquisa científica afetam o avanço tecnológico e suas aplicações sociais.

No campo educacional dos países em desenvolvimento, decisões sobre investimentos para a incorporação da informática e da telemática implicam também riscos e desafios. Será essencial identificar o papel que essas novas tecnologias podem desempenhar no processo de desenvolvimento educacional e, isso posto, resolver como utilizá-las de forma a facilitar uma efetiva aceleração do processo em direção à educação para todos, ao longo da vida, com qualidade e garantia de diversidade. As novas tecnologias de informação e comunicação tornam-se, hoje, parte de um vasto instrumental historicamente mobilizado para a educação e a aprendizagem. Cabe a cada sociedade decidir que composição do conjunto de tecnologias educacionais mobilizar para atingir suas metas de desenvolvimento.

A Unesco tem atuado de forma sistemática no sentido de apoiar as iniciativas dos Estados Membros na definição de políticas de integração das novas tecnologias aos seus objetivos de desenvolvimento. No Programa Informação para Todos, as ações desse organismo internacional estão concentradas em duas áreas principais: conteúdo para a sociedade da informação e “infoestrutura” para esta sociedade em evolução, por meio da cooperação para treinamento, apoio ao estabelecimento de políticas de informação e promoção de conexões em rede.

No espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que constitui a base dos direitos à informação na sociedade da informação, e levando em consideração os valores e a visão delineados anteriormente, o novo Programa Informação para Todos deverá prover uma plataforma para a discussão global sobre acesso à informação, participação de todos na sociedade da informação global e as consequências éticas, legais e societárias do uso das tecnologias de informação e comunicação. Deverá prover também a estrutura para colaboração internacional e parcerias nessas áreas e apoiar o desenvolvimento de ferramentas comuns, métodos e estratégias para a construção de uma sociedade de informação global e justa.

WERTHEIN, J. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 29, n. 2, p. 71- 77, maio/ago. 2000.
Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/254>>.
Acesso em: 10 maio 2015. Adaptado.

A concordância verbal dos termos destacados obedece às exigências da norma-padrão da Língua Portuguesa em:

- a) As ações dos dirigentes políticos para que a tecnologia afete positivamente a população **parece** crescer cada vez mais nas sociedades modernas do século XXI.
- b) Em algumas instituições, **concentram**-se cérebros responsáveis por estabelecer os novos parâmetros da sociedade da informação, essencial ao debate público sobre desenvolvimento.
- c) **Têm** gerado consequências indiscutíveis no processo educacional o desenvolvimento tecnológico dos países que investem em pesquisas avançadas na área de informática.
- d) **Buscam**-se, nos países industrializados, espírito empreendedor para que os avanços na produção e na transmissão de informação beneficiem uma grande parcela da população mundial.
- e) É essencial que se **considere** essas características da sociedade de informação como um novo paradigma técnico-econômico relacionado às transformações técnicas e organizacionais.

Questão 14: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Administração/2013

Assunto: Pontuação

Texto

Dialética da mudança

Certamente porque não é fácil compreender certas questões, as pessoas tendem a aceitar algumas afirmações como verdades indiscutíveis e até mesmo a irritar-se quando alguém insiste em discuti-las. **É natural que isso aconteça, quando mais não seja porque as certezas nos dão segurança e tranquilidade**⁽⁶⁾. Pô-las em questão equivale a tirar o chão de sob nossos pés. Não necessito dizer que, para mim, não há verdades indiscutíveis, embora acredite em determinados valores e princípios que me parecem consistentes. De fato, é muito difícil, senão impossível, viver sem nenhuma certeza, sem valor algum.

No passado distante, quando os valores religiosos se impunham à quase totalidade das pessoas, poucos eram os que questionavam, mesmo porque, dependendo da ocasião, pagavam com a vida seu inconformismo.

Com o desenvolvimento do pensamento objetivo e da ciência, aquelas certezas inquestionáveis passaram a segundo plano⁽⁶⁾, dando lugar a um novo modo de lidar com as certezas e os valores. **Questioná-los, reavaliá-los, negá-los, propor mudanças às vezes radicais tornou-se frequente e inevitável**⁽⁶⁾, dando-se início a uma nova época da sociedade humana. Introduziram-se as ideias não só de evolução como de revolução.

Naturalmente, **essas mudanças não se deram do dia para a noite, nem tampouco se impuseram à maioria da sociedade**⁽⁶⁾. O que ocorreu de fato foi um processo difícil e conflituado em que, pouco a pouco, a visão inovadora veio ganhando terreno e, mais do que isso, conquistando posições estratégicas, o que tornou possível influir na formação de novas gerações, menos resistentes a visões questionadoras.

A certa altura desse processo, os defensores das mudanças acreditavam-se senhores de novas verdades, mais consistentes porque eram fundadas no conhecimento objetivo das leis que governam o mundo material e social. Mas esse conhecimento era ainda precário e limitado.

Inúmeras descobertas reafirmam a tese de que a mudança é inerente à realidade tanto material quanto espiritual, e que, portanto, o conceito de imutabilidade é destituído de fundamento.

Ocorre, porém, que essa certeza pode induzir a outros erros: o de achar que quem defende determinados valores estabelecidos está indiscutivelmente errado⁽⁶⁾. Em outras palavras, bastaria apresentar-se como inovador para estar certo. Será isso verdade? Os fatos demonstram que tanto pode ser como não.

Mas também pode estar errado quem defende os valores consagrados e aceitos. Só que, em muitos casos, não há alternativa senão defendê-los. E sabem por quê? Pela simples razão de que toda sociedade é, por definição, conservadora, uma vez que, sem princípios e valores estabelecidos, seria impossível o convívio social. Uma comunidade cujos princípios e normas mudassem a cada dia seria caótica e, por isso mesmo, inviável.

Por outro lado, como a vida muda e a mudança é inerente à existência, impedir a mudança é impossível. Daí resulta que a sociedade termina por aceitar as mudanças, mas apenas aquelas que de algum modo atendem a suas necessidades e a fazem avançar.

GULLAR, Ferreira. *Dialética da mudança*. Folha de São Paulo, 6 maio 2012, p. E10.

De acordo com as regras de pontuação da Língua Portuguesa, um dos empregos da vírgula é a separação do adjunto adverbial antecipado na estrutura da oração.

O trecho que exemplifica esse tipo de uso é:

- a) “É natural que isso aconteça, quando mais não seja porque as certezas nos dão segurança e tranquilidade.”
- b) “Com o desenvolvimento do pensamento objetivo e da ciência, aquelas certezas inquestionáveis passaram a segundo plano,”
- c) “Questioná-los, reavaliá-los, negá-los, propor mudanças às vezes radicais tornou-se frequente e inevitável.”
- d) “essas mudanças não se deram do dia para a noite, nem tampouco se impuseram à maioria da sociedade.”
- e) “Ocorre, porém, que essa certeza pode induzir a outros erros: o de achar que quem defende determinados valores estabelecidos está indiscutivelmente errado.

Questão 15: CESGRANRIO - Adv (CEF)/CEF/2012

Assunto: Pontuação

A palavra

Freud costumava dizer que os escritores precederam os psicanalistas na descoberta do inconsciente. Tudo porque literatura e psicanálise têm um profundo elo em comum: a palavra.

Já me perguntei algumas vezes como é que uma pessoa que tem dificuldade com a palavra consegue externar suas fantasias e carências durante uma terapia. Consultas são um refinado exercício de comunicação. Se relacionamentos amorosos fracassam por falhas na comunicação, creio que a relação terapêutica também poderá naufragar diante da impossibilidade de o paciente se fazer entender.

Estou lendo um belo livro de uma autora que, além de poeta, é psicanalista, Sandra Niskier Flanzer. E o livro se chama justamente “a pa-lavra”, assim, em minúsculas e salientando o verbo contido no substantivo. Lavar: revolver e sulcar a terra, prepará-la para o cultivo.

Se eu tenho um Deus, e tenho alguns, a palavra é certamente um deles. Um Deus feminino, porém não menos dominador. Ela, a palavra, foi determinante na minha trajetória não só profissional, mas existencial. Só cheguei a algum lugar nessa vida por me expressar com clareza, algo que muitos consideram fácil, mas fácil é escrever com afetação. A clareza exige simplicidade, foco, precisão e generosidade. A pessoa que nos ouve e que nos lê não é obrigada a ter uma bola de cristal para descobrir o que queremos dizer. Falar e escrever sem necessidade de tradução ou legenda: eis um dom que é preciso desenvolver todos os dias por aqueles que apreciam viver num mundo com menos obstáculo.

A palavra, que ferramenta.

É uma pena que haja tamanha displicência em relação ao seu uso. Poucos se dão conta de que ela é a chave que abre as portas mais emperradas, que ela facilita negociações, encurta caminhos, cria laços, aproxima as pessoas. Tanta gente nasce e morre sem dialogar com a vida. Contam coisas, falam por falar, mas não conversam, não usam a palavra como elemento de troca. Encantam-se pelo som da própria voz e, nessa onda narcísica, qualquer palavra lhes serve.

Mas não. Não serve qualquer uma.

A palavra exata é um pequeno diamante. Embeleza tudo: o convívio, o poema, o amor. Quando a palavra não tem serventia alguma, o silêncio mantém-se no posto daquele que melhor fala por nós.

Em terapia - voltemos ao assunto inicial - temos que nos apresentar sem defesas, relatar impressões do passado, tornar públicas nossas aflições mais secretas, perder o pudor diante das nossas fraquezas, ser honestos de uma forma quase violenta, tudo em busca de uma “absolvição” que nos permita viver sem arrastar tantas correntes. Como atingir o ponto nevrálgico das nossas dores sem o bisturi certo da palavra? É através dela que a gente se cura.

MEDEIROS, Martha. A palavra. Revista O Globo. 18 set. 2011.

O trecho “Mas não. Não serve qualquer uma.” pode ter sua pontuação alterada, sem modificar-lhe o sentido original, em:

- a) Mas não: não serve qualquer uma.
- b) Mas, não; não, serve qualquer uma.
- c) Mas não; não serve, qualquer uma.
- d) Mas: não, não. Serve qualquer uma.
- e) Mas não - não; serve qualquer uma.

Questão 16: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Administração de Materiais e Licitações/2011

Assunto: Pontuação

RETRATOS DE UMA ÉPOCA

Mostra exhibe cartões-postais de um tempo que não volta mais

Em tempos de redes sociais e da presença cada vez maior da internet no cotidiano, pouca gente se lembra de que nem sempre tudo foi assim tão rápido, instantâneo e impessoal. Se os adultos esquecem logo, crianças e adolescentes nem sabem como os avós de seus avós se comunicavam. Há 15 dias, uma educadora no Recife, Niedja Santos, indagou a um grupo de estudantes quais os meios de comunicação que eles conheciam. Nenhum citou cartões-postais.

Pois eles já foram tão importantes que eram usados para troca de mensagens de amor, de amizade, de votos de felicidades e de versos enamorados que hoje podem parecer cafonas, mas que, entre os séculos XIX e XX, sugeriam apenas o sentimento movido a sonho e romantismo. Para se ter uma ideia de sua importância, basta lembrar um pouco da história: nasceram na Áustria, na segunda metade do século XIX, como um novo meio de correspondência. E a invenção de um professor de Economia chamado Emmanuel Hermann fez tanto sucesso que, em apenas um ano, foram vendidos mais de dez milhões de unidades só no Império Austro-Húngaro. Depois, espalharam-se pelo mundo e eram aguardados com ansiedade.

- A moda dos cartões-postais, trazida da Europa, sobretudo da França, no início do século passado para o Recife de antigamente, tornou-se uma mania que invadiu toda a cidade - lembra o colecionador Liedo Maranhão, que passou meio século colecionando-os e reuniu mais de 600, 253 dos quais estão na exposição “Postaes: A correspondência afetiva na Coleção Liedo Maranhão”, no Centro Cultural dos Correios, na capital pernambucana.

O pesquisador, residente em Pernambuco, começou a se interessar pelo assunto vendo, ainda jovem, os postais que eram trocados na sua própria família. Depois, passou a comprá-los no Mercado São José, reduto da cultura popular do Recife, onde eram encontrados em caixas de sapato ou pendurados em cordões para chamar a atenção dos visitantes. Boa parte da coleção vem daí. [...]

- Acho que seu impacto é justamente o de trazer para o mundo contemporâneo o *glamour* e o romantismo de um meio de comunicação tão usual no passado - afirma o curador Gustavo Maia.

- O que mais chama a atenção é o sentimento romântico como conceito, que pode ser percebido na delicadeza perdida de uma forma de comunicação que hoje está em desuso - reforça Bartira Ferraz, outra curadora da mostra. [...]

LINS, Letícia. Retratos de uma época. Revista O Globo, Rio de Janeiro, n. 353, p. 26-28, 1º maio 2011. Adaptado.

Os trechos transcritos abaixo apresentam apenas um sinal de pontuação. Em qual deles, o sinal pode ser substituído por ponto e vírgula (;), com as adaptações necessárias, se for o caso?

a) “Há 15 dias, uma educadora no Recife” (l. 3)

b) “indagou a um grupo de estudantes quais os meios de comunicação que eles conheciam. Nenhum citou cartões-postais” (l. 3-4)

c) “Para se ter uma ideia de sua importância, basta lembrar um pouco da história” (l. 11-12)

d) “tornou-se uma mania que invadiu toda a cidade - lembra o colecionador Liedo Maranhão” (l. 16-17)

e) “reduto da cultura popular do Recife, onde eram encontrados em caixas de sapato” (l. 38-39)

Questão 17: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Análise Estratégica em Ciência, Tecnologia e Inovação/2014

Assunto: Pontuação

A polêmica das biografias

A liberdade de expressão está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: honra, privacidade etc.

A jornalista Hildegard Angel fulminou no Twitter: “Num país em que a Justiça é caolha, não dá para liberar geralas biografias de bandeja pros grupos editoriais argentários”.

A controvérsia em torno das biografias é a prova da desditosa barafunda institucional que atormenta o Brasil. Nos códigos das sociedades modernas, aquelas que acolheram os princípios do Estado Democrático de Direito, a liberdade de expressão está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: a privacidade, a honra, o direito de resposta a ofensas e desqualificações lançadas publicamente contra a integridade moral dos indivíduos.

Em 17 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmava: “O desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum”.

Em 2008, escrevi um artigo para celebrar os 60 anos da declaração. Naquela ocasião, percebi claramente que os fantasmas dos traumas nascidos das experiências totalitárias dos anos 1930 ainda assombram os homens, seus direitos e liberdades.

Segundo a declaração, são consideradas intoleráveis as interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência - atenção! -, tampouco são toleráveis ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques. O cidadão (note o leitor, o cidadão) tem direito à liberdade de opinião e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

É proibido proibir, assim como é garantido o direito de retrucar e processar. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, sugeriu a imposição de pesadas penas pecuniárias aos detratores “argentários” que se valem das inaceitáveis demoras da Justiça.

No Brasil de hoje não impera a expressão livre das ideias, mas predomina o que Deleuze chamou de Poder das Potências. Já tratei aqui desse tema, mas vou insistir. Nos tempos da sociedade de massa e do aparato de comunicação abrigado na grande mídia, as Potências estão desinteressadas em sufocar a crítica ou as ideias desviantes. Não se ocupam mais dessa banalidade. Elas se dedicam a algo muito mais importante: fabricam os espaços da literatura, do econômico, do político, espaços completamente reacionários, pré-moldados e massacrantes. “É bem pior que uma censura”, continua

Deleuze, “pois a censura provoca efervescências subterrâneas, mas as Potências querem tornar isso impossível”.

Nos espaços fabricados pelas Potências não é possível manter conversações, porque neles a norma não é a argumentação, mas o exercício da animosidade sob todos os seus disfarces, a prática desbragada da agressividade a propósito de tudo e de todos, presentes ou ausentes, amigos ou inimigos. Não se trata de compreender o outro, mas de vigiá-lo. “Estranho ideal policialesco, o de ser a má consciência de alguém”, diz Deleuze.

As redes sociais, onde as ideias e as opiniões deveriam trafegar livremente, se transformaram num espaço policialesco em que a crítica é substituída pela vigilância. A vigilância exige convicções esféricas, maciças, impenetráveis, perfeitas. A vigilância deve adquirir aquela solidez própria da turba enfurecida, disposta ao linchamento.

A Declaração dos Direitos Humanos, na esteira do pensamento liberal e progressista dos séculos XIX e XX, imaginou que a igualdade e a diferença seriam indissociáveis na sociedade moderna e deveriam subsistir reconciliadas, sob as leis de um Estado ético. Esse Estado permitiria ao cidadão preservar sua diferença em relação aos outros e, ao mesmo tempo, harmonizá-la entre si, manter a integridade do todo. Mas as transformações econômicas das sociedades modernas suscitaram o bloqueio das tentativas de impor o Estado ético e reforçaram, na verdade, a fragmentação e o individualismo agressivo e “argentário”. Assim, a “ética” contemporânea não é capaz de resistir à degradação das liberdades e sua transmutação em arma de vigilância e de assassinato de reputações.

BELLUZZO Luiz Gonzaga. *A polêmica das biografias*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/771/a-polemica-das-biografias-3204.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

Na linha 5 do texto, o emprego dos dois-pontos tem o propósito de

- a) retificar uma informação fornecida no parágrafo.
- b) ratificar o ponto de vista defendido no trecho.
- c) explicar as razões constantes no código jurídico referido.
- d) introduzir uma avaliação a respeito do tema.
- e) detalhar o conteúdo de um termo expresso anteriormente.

Questão 18: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2010

Assunto: Pontuação

O Homem e o Universo
Somos criaturas espirituais num cosmo que só
mostra indiferença

Algo paradoxal ocorre quando nos deparamos com nossa “pequenez” perante a Natureza.

Por um lado, vemo-nos como seres especiais, superiores, capazes de construir tantas coisas, de criar o belo, de transformar o mundo através da manipulação de matéria-prima, da pedra bruta ao diamante, da terra inerte ao monumento cheio de significado, dos elementos químicos a plásticos, aviões, bolas e pontes. Somos artesãos, meio como as formigas, que constroem seus formigueiros aos poucos, trazendo coisas daqui e dali, erigindo seus abrigos contra as intempéries do mundo.

Por outro lado, vemos nossas obras destruídas em segundos por cataclismas naturais, prédios que desabam, cidades submersas por rios e oceanos ou por cinzas e lava, nossas criações arruinadas em segundos, feito os formigueiros que são achatados sob as sandálias de uma criança, causando pânico geral entre os insetos.

O paradoxo se intensifica mais quando olhamos para o céu e vemos a escuridão da noite ou o azul vago do dia, aparentemente estendendo-se ao infinito, uma casa sem paredes ou teto, sem uma fronteira demarcada. E se pensamos que cada estrela é um sol, e que tantas delas têm sua corte de planetas, fica difícil evitar a questão da nossa existência cósmica, se estamos aqui por algum motivo, se existem outros seres como nós - **ou talvez muito diferentes**⁽⁶⁾ - mas que, por pensar, também se inquietam com essas questões, **buscando significado num cosmo que só mostra indiferença**⁽⁶⁾.

O que sabemos dos nossos vizinhos cósmicos, os outros planetas do Sistema Solar, não inspira muito calor humano. **Vemos mundos belíssimos e hostis à vida, borbulhantes ou frígidos, cobertos por pedras inertes ou por moléculas**⁽⁶⁾ que parecem traçar uma trilha interrompida, que ia a algum lugar mas, no meio do caminho, esqueceu o seu destino. Só aqui, na Terra, a trilha seguiu em frente, criou seres de formas diversas e exuberantes, compromissos entre as exigências ambientais e a química delicada da vida.

Se continuarmos nossa viagem para longe daqui, **veremos nossa galáxia, soberana, casa de 300 bilhões de estrelas**⁽⁶⁾, número não tão diferente do total de neurônios no cérebro humano. A pequenez é ainda maior quando pensamos que a Terra, e mesmo o Sistema Solar inteiro, não passa de um ponto insignificante nessa espiral brilhante que se estende por 100 mil anos-luz. Porém, se o que vemos no Sistema Solar, a incrível diversidade de seus planetas e luas, é uma indicação, imagine que surpresas nos esperam em trilhões de outros mundos, cada um grão de areia numa praia.

Ao olhar para o Universo, o homem é nada. Ao olhar para o Universo, o homem é tudo. Esse é o paradoxo da nossa existência, sermos criaturas espirituais num mundo que não se presta a questionamentos profundos, um mundo que segue, resoluto, o seu curso, que procuramos entender com nossa ciência e, de forma distinta, com nossa arte.

Talvez esse paradoxo não tenha uma resolução.

Talvez seja melhor que não tenha. Pois é dessa inquietação do ser que criamos significado⁽⁶⁾, conhecimento e aprendemos a lidar com o mundo e com nós mesmos. Se respondemos a uma pergunta, devemos estar prontos a fazer outra. Se nos perdemos na vastidão do cosmo, se sentimos o peso de sermos as únicas criaturas a questionar o

porquê das coisas, devemos também celebrar a nossa existência breve. Ao que parece, somos a consciência cósmica, somos como o Universo pensa sobre si mesmo.

Marcelo Gleiser, Folha de São Paulo, 31 de janeiro de 2010.

Considerando os fragmentos a seguir, de acordo com o texto “O Homem e o Universo”, quanto à pontuação, tem-se que em

- a) “- ou talvez muito diferentes -”, os travessões podem ser substituídos por parênteses, mas não por vírgulas.
- b) “buscando significado num cosmo que só mostra indiferença”, pode-se usar vírgula antes de “que”.
- c) “Vemos mundos belíssimos e hostis à vida, borbulhantes ou frígidos, cobertos por pedras inertes ou moléculas...”, o sinal de dois pontos (:) pode ser colocado após a palavra “mundos”.
- d) “veremos nossa galáxia, soberana, casa de 300 bilhões de estrelas”, podem ser retiradas as vírgulas sem alterar o sentido da sentença.
- e) “seja melhor que não tenha. Pois é dessa inquietação do ser...”, o ponto pode ser substituído por uma vírgula.

Questão 19: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014

Assunto: Pontuação

Pessoa em pessoa

Existe uma ironia ao fazer-se um guia a partir de um roteiro turístico escrito por Fernando Pessoa: embora ele tenha detalhado cada ponto de Lisboa, cidade onde nasceu e viveu, o maior poeta português não gostava de viajar⁽⁶⁾. Se saiu, foi muito pouco, e só deixou a sua cidade natal em raras ocasiões. Numa delas, por motivos familiares, viveu um período em Durban, na antiga colônia inglesa na África do Sul. Após a morte do pai, a sua mãe casou-se com o militar João Miguel Rosa, que, por sua vez, se tornou cônsul de Portugal na cidade africana, obrigando a família a mudar-se⁽⁶⁾. Pessoa foi para lá em 1896, com 8 anos, ali ficando até aos 17 anos.

Antes e depois desse período, a sua vida foi fincada em Lisboa [...] “Para Pessoa, Lisboa foi mais do que uma cidade, foi a pátria, condensadamente. E desde que nela lançou âncora, em 1905, nunca mais daí saiu⁽⁶⁾”, confirma Teresa Rita Lopes, uma das maiores investigadoras da obra e da vida do poeta [...].

Rotas pessoais

Pessoa era uma espécie de *freelancer*, um profissional autônomo que se dedicava a traduções de cartas comerciais para diversas empresas e casas comerciais de Lisboa. Isso ajuda a explicar o fato de ter sido um verdadeiro andarilho, indo de um lado para o outro, algo que acabaria por constituir a sua própria personalidade. Era caminhando que pensava, que refletia⁽⁶⁾.

“Para ele era uma maneira de estar sozinho de fato, bem como uma forma de ter ideias, era uma maneira de criar. Depois, nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido em tal passeio⁶⁹. Os passeios para ele eram também momentos de criação. Andava imenso”, explica Teresa Rita Lopes.

CORREIA FILHO, J. Lisboa em Pessoa: guia turístico e literário da capital portuguesa. Lisboa: Publicações Don Quixote, 2011, p. 21 - 22. Adaptado.

Em qual dos trechos a alteração da pontuação mantém o sentido original e respeita a norma-padrão?

a) “Existe uma ironia ao fazer-se um guia a partir de um roteiro turístico escrito por Fernando Pessoa: embora ele tenha detalhado cada ponto de Lisboa, cidade onde nasceu e viveu, o maior poeta português não gostava de viajar” – Existe uma ironia, ao fazer-se um guia a partir de um roteiro turístico escrito por Fernando Pessoa. Embora ele tenha detalhado cada ponto de Lisboa, cidade onde nasceu e viveu, o maior poeta português não gostava de viajar.

b) “Após a morte do pai, a sua mãe casou-se com o militar João Miguel Rosa, que, por sua vez, se tornou cônsul de Portugal na cidade africana, obrigando a família a mudar-se” – Após a morte, do pai, a sua mãe, casou-se com o militar João Miguel Rosa, que, por sua vez, se tornou cônsul, de Portugal, na cidade africana, obrigando a família a mudar-se.

c) ““Para Pessoa, Lisboa foi mais do que uma cidade, foi a pátria, condensadamente. E desde que nela lançou âncora, em 1905, nunca mais daí saiu”” – Para Pessoa, Lisboa foi mais do que uma cidade: foi a pátria, condensadamente, e, desde que nela lançou, âncora, em 1905, nunca mais, daí saiu.

d) “Isso ajuda a explicar o fato de ter sido um verdadeiro andarilho, indo de um lado para o outro, algo que acabaria por constituir a sua própria personalidade. Era caminhando que pensava, que refletia” – Isso ajuda a explicar o fato, de ter sido um verdadeiro andarilho. Indo de um lado para o outro, algo que acabaria por constituir a sua própria personalidade, era caminhando que pensava, que refletia.

e) “Para ele era uma maneira de estar sozinho de fato, bem como uma forma de ter ideias, era uma maneira de criar. Depois, nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido em tal passeio” – Para ele, era uma maneira de estar sozinho de fato, bem como uma forma de ter ideias; era uma maneira de criar. Depois, nos diários que fez dizia as ideias, que tinha tido em tal passeio.

Questão 20: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012

Assunto: Pontuação

O setor elétrico e as mudanças climáticas

Nosso país tem enorme potencial hidrelétrico, o que nos permite gerar energia elétrica razoavelmente ‘limpa’ e barata. Essa fonte responde, atualmente, por cerca de 70% da energia elétrica consumida no país. **Entretanto, para que possamos usufruir dessa energia, precisamos transportá-la a longas distâncias – muitas vezes, milhares de quilômetros – por meio de linhas de transmissão aéreas, expostas ao tempo e a seus caprichos.** E esses caprichos, segundo estudos científicos, tendem a se tornar cada vez

mais frequentes em um planeta sujeito a mudanças em um ritmo jamais visto pelos humanos.

A experiência brasileira mostra isso. 50% a 70% das falhas ocorridas no passado em linhas de transmissão brasileiras estavam relacionadas às condições climáticas, mais especificamente, às chamadas tempestades severas, caracterizadas por condições extremas de vento, raios ou precipitação. **Com o aquecimento global, o desmatamento e alguns fenômenos atmosféricos, esse número tende a aumentar nas próximas décadas^(a).**

Combinados ou de forma isolada, esses fenômenos são capazes de interromper o fluxo de energia ao longo das linhas e interferir, de maneira significativa, no sistema elétrico. **Se as alterações do clima podem causar problemas na transmissão de energia, na distribuição a situação não é diferente^(b).** 99% da distribuição de energia elétrica no Brasil é aérea e concentra-se em grandes áreas urbanas, onde vive a maioria dos consumidores. **Nessas áreas, as edificações, a substituição de vegetação por asfalto, a poluição dos automóveis e das fábricas causam alterações atmosféricas que favorecem a ocorrência de fortes tempestades^(c).**

Os danos provocados por raios nas redes de distribuição podem se tornar ainda mais frequentes se levarmos em consideração o novo modelo que começa a ser adotado no país e no mundo, baseado no uso de equipamentos digitais para monitorar a distribuição em tempo real e na possibilidade de utilizar diferentes fontes de energia. Essa transformação se dará tanto na disponibilização quanto no consumo de energia, levando, inclusive, à economia desse recurso.

No entanto, **a busca de maior comodidade para os consumidores, maior controle operacional pelas empresas, maior eficiência e maior flexibilidade da rede^(d)** (no sentido de utilizar fontes alternativas de energia) tende a tornar a distribuição mais sofisticada e, ao mesmo tempo, mais vulnerável a descargas elétricas, devido à utilização de componentes que contêm semicondutores, mais suscetíveis a danos por raios.

Finalmente, é importante salientar que as redes de energia precisarão contar com o potencial hidrelétrico ainda quase inexplorado da Amazônia no futuro. Segundo as projeções climáticas baseadas em modelos computacionais, essa região sofrerá o maior aumento de temperatura e de tempestades. **Outro aspecto relevante está na necessidade, cada vez maior, de adequar tais redes às normas legais de proteção e conservação ambiental^(e),** o que poderá ampliar a chance de problemas decorrentes de fatores climáticos.

PINTO JÚNIOR, Osmar. O setor elétrico e as mudanças climáticas. *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: ICH. n. 280, abr. 2011, p. 68-69. Adaptado.

No trecho do texto “Entretanto, para que possamos usufruir dessa energia, precisamos transportá-la a longas distâncias – muitas vezes, milhares de quilômetros – por meio de linhas de transmissão aéreas, expostas ao tempo e a seus caprichos.” o travessão serve para delimitar uma informação intercalada no discurso (que pode ser um adendo, um comentário, uma ponderação).

Em situação semelhante, a vírgula pode ser substituída por travessão, com essa mesma função, em:

- a) “Com o aquecimento global, o desmatamento e alguns fenômenos atmosféricos, esse número tende a aumentar nas próximas décadas.”
- b) “Se as alterações do clima podem causar problemas na transmissão de energia, na distribuição a situação não é diferente.”
- c) “Nessas áreas, as edificações, a substituição de vegetação por asfalto, a poluição dos automóveis e das fábricas causam alterações atmosféricas que favorecem a ocorrência de fortes tempestades.”
- d) “a busca de maior comodidade para os consumidores, maior controle operacional pelas empresas, maior eficiência e maior flexibilidade da rede”
- e) “Outro aspecto relevante está na necessidade, cada vez maior, de adequar tais redes às normas legais de proteção e conservação ambiental,”

Questão 21: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Pontuação

A sociedade da informação e seus desafios

Difícilmente alguém discordaria de que a sociedade da informação é **o principal traço característico do debate público sobre desenvolvimento, seja em nível local ou global, neste alvorecer do século XXI**. Das propostas políticas oriundas dos países industrializados e das discussões acadêmicas, a expressão “sociedade de informação” transformou-se rapidamente em jargão nos meios de comunicação, alcançando, de forma conceitualmente imprecisa, o universo vocabular do cidadão.

A expressão “sociedade da informação” passou a ser utilizada como substituta para o conceito complexo de “sociedade pós-industrial”, como forma de transmitir o conteúdo específico do “novo paradigma técnico-econômico”. A realidade que os conceitos das ciências sociais procuram expressar refere-se às transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como “fator-chave” não mais os insumos baratos de energia – como na sociedade industrial – mas os insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e nas telecomunicações.

Nesta sociedade pós-industrial, ou “informacional”, as transformações em direção à sociedade da informação, em estágio avançado nos países industrializados, constituem uma tendência dominante mesmo para economias menos industrializadas e **definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica** em suas relações com a economia e a sociedade. Esse novo paradigma tem as seguintes características fundamentais: a informação é sua matéria-prima (no passado, o objetivo dominante era utilizar informação para agir sobre as tecnologias); os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade (a informação é parte integrante de toda atividade humana, individual ou coletiva e, portanto, todas essas atividades tendem a ser afetadas diretamente pela nova tecnologia); a tecnologia favorece processos reversíveis devido a sua flexibilidade; trajetórias de desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do saber tornam-se interligadas e transformam-se as categorias segundo as quais pensamos todos os processos (microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica, por exemplo).

O foco sobre a tecnologia pode alimentar a visão ingênua de determinismo tecnológico segundo o qual as transformações em direção à sociedade da informação resultam da tecnologia, **seguem uma lógica técnica e, portanto, neutra e estão fora da interferência de fatores sociais e políticos**⁽⁶⁾. Nada mais equivocado: processos sociais e transformação tecnológica resultam de uma interação complexa em que **fatores sociais preexistentes como a criatividade, o espírito empreendedor, as condições da pesquisa científica afetam o avanço tecnológico**⁽⁶⁾ e suas aplicações sociais.

No campo educacional dos países em desenvolvimento, decisões sobre investimentos para a incorporação da informática e da telemática implicam também riscos e desafios. Será essencial **identificar o papel que essas novas tecnologias podem desempenhar no processo de desenvolvimento educacional e, isso posto, resolver como utilizá-las**⁽⁶⁾ de forma a facilitar uma efetiva **aceleração do processo em direção à educação para todos, ao longo da vida, com qualidade e garantia de diversidade**⁽⁶⁾. As novas tecnologias de informação e comunicação tornam-se, hoje, parte de um vasto instrumental historicamente mobilizado para a educação e a aprendizagem. Cabe a cada sociedade decidir que composição do conjunto de tecnologias educacionais mobilizar para atingir suas metas de desenvolvimento.

A Unesco tem atuado de forma sistemática no sentido de apoiar as iniciativas dos Estados Membros na definição de políticas de integração das novas tecnologias aos seus objetivos de desenvolvimento. No Programa Informação para Todos, as ações desse organismo internacional estão concentradas em duas áreas principais: conteúdo para a sociedade da informação e “infoestrutura” para esta sociedade em evolução, por meio da cooperação para treinamento, apoio ao estabelecimento de políticas de informação e promoção de conexões em rede.

No espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que constitui a base dos direitos à informação na sociedade da informação, e levando em consideração os valores e a visão delineados anteriormente, o novo Programa Informação para Todos deverá prover uma plataforma para a discussão global sobre acesso à informação, participação de todos na sociedade da informação global e as consequências éticas, legais e societárias do uso das tecnologias de informação e comunicação. Deverá prover também a estrutura para colaboração internacional e parcerias nessas áreas e apoiar o desenvolvimento de ferramentas comuns, métodos e estratégias para a construção de uma sociedade de informação global e justa.

WERTHEIN, J. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 29, n. 2, p. 71- 77, maio/ago. 2000.
Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/254>>.
Acesso em: 10 maio 2015. Adaptado.

O emprego de duas vírgulas tem, entre outras, a função de isolar expressões que detalham uma informação anterior, como em “o principal traço característico do debate público sobre desenvolvimento, seja em nível local ou global, neste alvorecer do século XXI”.

As vírgulas foram utilizadas com a mesma função em:

a) “definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica”

- b) “seguem uma lógica técnica e, portanto, neutra e estão fora da interferência de fatores sociais e políticos”
- c) “fatores sociais preexistentes como a criatividade, o espírito empreendedor, as condições da pesquisa científica afetam o avanço tecnológico”
- d) “identificar o papel que essas novas tecnologias podem desempenhar no processo de desenvolvimento educacional e, isso posto, resolver como utilizá-las”
- e) “aceleração do processo em direção à educação para todos, ao longo da vida, com qualidade e garantia de diversidade”

Questão 22: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Administração/2013

Assunto: Coesão (Anáfora, Catáfora, Uso dos Conectores - Pronomes relativos, Conjunções etc)

Texto

Dialética da mudança

Certamente porque não é fácil compreender certas questões, **as pessoas tendem a aceitar algumas afirmações como verdades indiscutíveis e até mesmo a irritar-se quando alguém insiste em discuti-las^(a)**. É natural que isso aconteça, quando mais não seja porque as certezas nos dão segurança e tranquilidade. Pô-las em questão equivale a tirar o chão de sob nossos pés. Não necessito dizer que, para mim, não há verdades indiscutíveis, embora acredite em determinados valores e princípios que me parecem consistentes. De fato, é muito difícil, senão impossível, viver sem nenhuma certeza, sem valor algum.

No passado distante, quando os valores religiosos se impunham à quase totalidade das pessoas, poucos eram os que questionavam, mesmo porque, dependendo da ocasião, pagavam com a vida seu inconformismo.

Com o desenvolvimento do pensamento objetivo e da ciência, aquelas certezas inquestionáveis passaram a segundo plano, dando lugar a um novo modo de lidar com as certezas e os valores. **Questioná-los, reavaliá-los, negá-los, propor mudanças às vezes radicais tornou-se frequente e inevitável^(a)**, dando-se início a uma nova época da sociedade humana. Introduziram-se as ideias não só de evolução como de revolução.

Naturalmente, essas mudanças não se deram do dia para a noite, nem tampouco se impuseram à maioria da sociedade. O que ocorreu de fato foi um processo difícil e conflituado em que, pouco a pouco, **a visão inovadora veio ganhando terreno e, mais do que isso, conquistando posições estratégicas^(a)**, o que tornou possível influir na formação de novas gerações, menos resistentes a visões questionadoras.

A certa altura desse processo, os defensores das mudanças acreditavam-se senhores de novas verdades, mais consistentes porque eram fundadas no conhecimento objetivo das leis que governam o mundo material e social. Mas esse conhecimento era ainda precário e limitado.

Inúmeras descobertas reafirmam a tese de que a mudança é inerente à realidade tanto material quanto espiritual, e que, portanto, o conceito de imutabilidade é destituído de fundamento.

Ocorre, porém, que essa certeza pode induzir a outros erros: o de achar que quem defende determinados valores estabelecidos está indiscutivelmente errado. Em outras palavras, bastaria apresentar-se como inovador para estar certo. Será isso verdade? Os fatos demonstram que tanto pode ser como não.

Mas também pode estar errado quem defende os valores consagrados e aceitos. **Só que, em muitos casos, não há alternativa senão defendê-los[®]**. E sabem por quê? Pela simples razão de que toda sociedade é, por definição, conservadora, uma vez que, sem princípios e valores estabelecidos, seria impossível o convívio social. Uma comunidade cujos princípios e normas mudassem a cada dia seria caótica e, por isso mesmo, inviável.

Por outro lado, como a vida muda e a mudança é inerente à existência, impedir a mudança é impossível. Daí resulta que a sociedade termina por aceitar as mudanças, **mas apenas aquelas que de algum modo atendem a suas necessidades e a fazem avançar[®]**.

GULLAR, Ferreira. Dialética da mudança. Folha de São Paulo, 6 maio 2012, p. E10.

O termo em destaque, nas frases do Texto, refere-se à informação contida nos colchetes em:

- a) “as pessoas tendem a aceitar algumas afirmações como verdades indiscutíveis e até mesmo a irritar-se quando alguém insiste em discuti-las.” [as pessoas]
- b) “Questioná-los, reavaliá-los, negá-los, propor mudanças às vezes radicais tornou-se frequente e inevitável” [o pensamento objetivo e a ciência]
- c) “a visão inovadora veio ganhando terreno e, mais do que isso, conquistando posições estratégicas” [processo de fortalecimento da visão inovadora]
- d) “Só que, em muitos casos, não há alternativa senão defendê-los.” [os fatos]
- e) “mas apenas aquelas que de algum modo atendem a suas necessidades e a fazem avançar.” [mudanças inerentes à existência]

Questão 23: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Administração/2013

Assunto: Coesão (Anáfora, Catáfora, Uso dos Conectores - Pronomes relativos, Conjunções etc)

Texto

Dialética da mudança

Certamente porque não é fácil compreender certas questões, as pessoas tendem a aceitar algumas afirmações como verdades indiscutíveis e até mesmo a irritar-se quando alguém insiste em discuti-las. É natural que isso aconteça, quando mais não

seja porque as certezas nos dão segurança e tranquilidade. Pô-las em questão equivale a tirar o chão de sob nossos pés. **Não necessito dizer que, para mim, não há verdades indiscutíveis, embora acredite em determinados valores e princípios⁽⁶⁾** que me parecem consistentes. De fato, é muito difícil, senão impossível, viver sem nenhuma certeza, sem valor algum.

No passado distante, quando os valores religiosos se impunham à quase totalidade das pessoas, poucos eram os que questionavam⁽⁶⁾, mesmo porque, dependendo da ocasião, pagavam com a vida seu inconformismo.

Com o desenvolvimento do pensamento objetivo e da ciência, aquelas certezas inquestionáveis passaram a segundo plano, dando lugar a um novo modo de lidar com as certezas e os valores. Questioná-los, reavaliá-los, negá-los, propor mudanças às vezes radicais tornou-se frequente e inevitável, dando-se início a uma nova época da sociedade humana. Introduziram-se as ideias não só de evolução como de revolução.

Naturalmente, essas mudanças não se deram do dia para a noite, nem tampouco se impuseram à maioria da sociedade. O que ocorreu de fato foi um processo difícil e conflituado em que, pouco a pouco, a visão inovadora veio ganhando terreno e, mais do que isso, conquistando posições estratégicas, o que tornou possível influir na formação de novas gerações, menos resistentes a visões questionadoras.

A certa altura desse processo, **os defensores das mudanças acreditavam-se senhores de novas verdades, mais consistentes porque eram fundadas no conhecimento objetivo das leis⁽⁶⁾** que governam o mundo material e social. Mas esse conhecimento era ainda precário e limitado.

Inúmeras descobertas reafirmam a tese de que **a mudança é inerente à realidade tanto material quanto espiritual, e que, portanto, o conceito de imutabilidade é destituído de fundamento⁽⁶⁾**.

Ocorre, porém, que essa certeza pode induzir a outros erros: o de achar que quem defende determinados valores estabelecidos está indiscutivelmente errado⁽⁶⁾. Em outras palavras, bastaria apresentar-se como inovador para estar certo. Será isso verdade? Os fatos demonstram que tanto pode ser como não.

Mas também pode estar errado quem defende os valores consagrados e aceitos. Só que, em muitos casos, não há alternativa senão defendê-los. E sabem por quê? Pela simples razão de que toda sociedade é, por definição, conservadora, uma vez que, sem princípios e valores estabelecidos, seria impossível o convívio social. Uma comunidade cujos princípios e normas mudassem a cada dia seria caótica e, por isso mesmo, inviável.

Por outro lado, como a vida muda e a mudança é inerente à existência, impedir a mudança é impossível. Daí resulta que a sociedade termina por aceitar as mudanças, mas apenas aquelas que de algum modo atendem a suas necessidades e a fazem avançar.

GULLAR, Ferreira. Dialética da mudança. Folha de São Paulo, 6 maio 2012, p. E10.

A relação lógica estabelecida entre as ideias do período composto, por meio do termo destacado, está explicitada adequadamente em:

- a) “Não necessito dizer que, para mim, não há verdades indiscutíveis, **embora** acredite em determinados valores e princípios” - (relação de condição)
- b) “No passado distante, **quando** os valores religiosos se impunham à quase totalidade das pessoas, **poucos eram os que questionavam**” - (relação de causalidade)
- c) “os defensores das mudanças acreditavam-se senhores de novas verdades, mais consistentes **porque** eram fundadas no conhecimento objetivo das leis” - (relação de finalidade)
- d) “a mudança é inerente à realidade tanto material quanto espiritual, e que, **portanto**, o conceito de imutabilidade é destituído de fundamento.” - (relação de conclusão)
- e) “Ocorre, **porém**, que essa certeza pode induzir a outros erros: o de achar que quem defende determinados valores estabelecidos está indiscutivelmente errado.” - (relação de temporalidade)

Questão 24: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Administração/2013

Assunto: Coesão (Anáfora, Catáfora, Uso dos Conectores - Pronomes relativos, Conjunções etc)

Texto

Dialética da mudança

Certamente porque não é fácil compreender certas questões, as pessoas tendem a aceitar algumas afirmações como verdades indiscutíveis e até mesmo a irritar-se quando alguém insiste em discuti-las. É natural que isso aconteça, quando mais não seja porque as certezas nos dão segurança e tranquilidade. Pô-las em questão equivale a tirar o chão de sob nossos pés. **Não necessito dizer que, para mim, não há verdades indiscutíveis^(a)**, embora acredite em determinados valores e princípios que me parecem consistentes. De fato, é muito difícil, senão impossível, viver sem nenhuma certeza, sem valor algum.

No passado distante, quando os valores religiosos se impunham à quase totalidade das pessoas, **poucos eram os que questionavam, mesmo porque, dependendo da ocasião, pagavam com a vida seu inconformismo^(b)**.

Com o desenvolvimento do pensamento objetivo e da ciência, aquelas certezas inquestionáveis passaram a segundo plano, dando lugar a um novo modo de lidar com as certezas e os valores. Questioná-los, reavaliá-los, negá-los, propor mudanças às vezes radicais tornou-se frequente e inevitável, dando-se início a uma nova época da sociedade humana. Introduziram-se as ideias não só de evolução como de revolução.

Naturalmente, essas mudanças não se deram do dia para a noite, nem tampouco se impuseram à maioria da sociedade. **O que ocorreu de fato foi um processo difícil e conflituado em que, pouco a pouco, a visão inovadora veio ganhando terreno** e, mais

do que isso, conquistando posições estratégicas, o que tornou possível influir na formação de novas gerações, menos resistentes a visões questionadoras.

A certa altura desse processo, os defensores das mudanças acreditavam-se senhores de novas verdades, mais consistentes porque eram fundadas no conhecimento objetivo das leis que governam o mundo material e social. Mas esse conhecimento era ainda precário e limitado.

Inúmeras descobertas reafirmam a tese de que a mudança é inerente à realidade tanto material quanto espiritual, e que, portanto, o conceito de imutabilidade é destituído de fundamento.

Ocorre, porém, que essa certeza pode induzir a outros erros:⁽⁴⁾ o de achar que quem defende determinados valores estabelecidos está indiscutivelmente errado⁽⁴⁾. Em outras palavras, bastaria apresentar-se como inovador para estar certo. Será isso verdade? Os fatos demonstram que tanto pode ser como não⁽⁴⁾.

Mas também pode estar errado quem defende os valores consagrados e aceitos. Só que, em muitos casos, não há alternativa senão defendê-los. E sabem por quê? Pela simples razão de que toda sociedade é, por definição, conservadora, uma vez que, sem princípios e valores estabelecidos, seria impossível o convívio social. Uma comunidade cujos princípios e normas mudassem a cada dia seria caótica e, por isso mesmo, inviável.

Por outro lado, como a vida muda e a mudança é inerente à existência, impedir a mudança é impossível. Daí resulta que a sociedade termina por aceitar as mudanças, mas apenas aquelas que de algum modo atendem a suas necessidades e a fazem avançar.

GULLAR, Ferreira. Dialética da mudança. Folha de São Paulo, 6 maio 2012, p. E10.

No trecho do Texto “O que ocorreu de fato foi um processo difícil e conflituado em **que**, pouco a pouco, a visão inovadora veio ganhando terreno”, a palavra destacada se refere a um termo do contexto anterior, assim como em:

- a) “Não necessito dizer **que**, para mim, não há verdades indiscutíveis,”
- b) “poucos eram os **que** questionavam, mesmo porque, dependendo da ocasião, pagavam com a vida seu inconformismo.”
- c) “Ocorre, porém, **que** essa certeza pode induzir a outros erros:”
- d) “o de achar **que** quem defende determinados valores estabelecidos está indiscutivelmente errado.”
- e) “Os fatos demonstram **que** tanto pode ser como não.”

Questão 25: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Administração/2013

Assunto: Coesão (Anáfora, Catáfora, Uso dos Conectores - Pronomes relativos, Conjunções etc)

Texto

Cidade: desejo e rejeição

A cidade da modernidade se configurou a partir da Revolução Industrial e se tornou complexa pelo tamanho territorial e demográfico, antes jamais alcançado, e pelas exigências de infraestrutura e de serviços públicos. No início do século XX, se generalizou a ideia da cidade como instância pública. **Até então, esta seria uma construção que resultava de interesses específicos, de setores ou estratos sociais**⁽⁴⁾.

A mudança do milênio vê, contraditoriamente, a expansão de modelos urbanísticos e a ocupação territorial que se opõem à “condição urbana” - de certo modo fazendo retornar a cidade à instância privada. **Tal ambiguidade estabelece um patamar para o debate sobre os rumos da cidade**⁽⁴⁾.

O sistema urbano brasileiro estava em processo de consolidação como instância pública, quando, a partir dos anos 1960, sofre inflexão importante. Razões externas ao urbanismo influenciam no redesenho de nossas cidades.

A opção pelo transporte urbano no modo rodoviário, em detrimento do transporte sobre trilhos, então estruturador das principais cidades, é uma delas⁽⁴⁾.

Outros elementos adentram o cenário brasileiro nas últimas décadas e dispõem a cidade como instância privada: os condomínios fechados e os *shopping centers*. Ambos associados ao automóvel, exaltam a segmentação de funções urbanas. **A multiplicidade e a variedade, valores do urbano, ali não são consideradas**⁽⁴⁾. O importante para os promotores imobiliários e para os que aderem a tais propostas é a sensação de que o modelo é algo à parte do conjunto. Há uma explícita “rejeição à cidade”.

Além disso, com o crescimento demográfico e a expansão do sistema urbano, as áreas informais adquirem relevo⁽⁴⁾ e, em alguns casos, passam a compor a maior parte das cidades. Isto é, enquanto por um século e meio se concebe e se desenvolve a ideia da cidade como instância pública, uma parte maiúscula dessa mesma cidade é construída em esforço individual como instância privada.

MAGALHÃES, Sérgio Ferraz. Cidade: desejo e rejeição. Revista Ciência Hoje. Rio de Janeiro: ICH. n. 290, mar. 2012, p. 75.

De acordo com o Texto, a palavra destacada tem sua referência explicitada em:

- “Até **então**, esta seria uma construção que resultava de interesses específicos, de setores ou estratos sociais.” - Nesse trecho, a palavra destacada refere-se ao período inicial da industrialização europeia.
- “Tal **ambiguidade** estabelece um patamar para o debate sobre os rumos da cidade.” - Nesse trecho, a palavra destacada refere-se ao conflito entre as duas concepções de cidade, a pública e a privada.
- “A opção pelo transporte urbano no modo rodoviário, em detrimento do transporte sobre trilhos, então estruturador das principais cidades, é uma **delas**.” - Nesse trecho, a palavra destacada refere-se às cidades brasileiras.

d) “A multiplicidade e a variedade, valores do urbano, **ali** não são consideradas.” - Nesse trecho, a palavra destacada refere-se às regiões não urbanizadas.

e) “Além **disso**, com o crescimento demográfico e a expansão do sistema urbano, as áreas informais adquirem relevo” - Nesse trecho, a palavra destacada refere-se à valorização do automóvel no transporte urbano.

Questão 26: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Administração de Materiais e Licitações/2011

Assunto: Coesão (Anáfora, Catáfora, Uso dos Conectores - Pronomes relativos, Conjunções etc)

RETRATOS DE UMA ÉPOCA

Mostra exhibe cartões-postais de um tempo que não volta mais

Em tempos de redes sociais e da presença cada vez maior da internet no cotidiano, pouca gente se lembra de que nem sempre tudo foi assim tão rápido, instantâneo e impessoal. Se os adultos esquecem logo, crianças e adolescentes nem sabem como os avós de seus avós se comunicavam. Há 15 dias, uma educadora no Recife, Niedja Santos, indagou a um grupo de estudantes quais os meios de comunicação que eles conheciam. Nenhum citou cartões-postais.

Pois eles já foram tão importantes que eram usados para troca de mensagens de amor, de amizade, de votos de felicidades e de versos enamorados que hoje podem parecer cafonas, mas que, entre os séculos XIX e XX, sugeriam apenas o sentimento movido a sonho e romantismo. Para se ter uma ideia de sua importância, basta lembrar um pouco da história: nasceram na Áustria, na segunda metade do século XIX, como um novo meio de correspondência. E a invenção de um professor de Economia chamado Emanuel Hermann fez tanto sucesso que, em apenas um ano, foram vendidos mais de dez milhões de unidades só no Império Austro-Húngaro. Depois, espalharam-se pelo mundo e eram aguardados com ansiedade.

- A moda dos cartões-postais, trazida da Europa, sobretudo da França, no início do século passado para o Recife de antigamente, tornou-se uma mania que invadiu toda a cidade - lembra o colecionador Liedo Maranhão, que passou meio século colecionando-os e reuniu mais de 600, 253 dos quais estão na exposição “Postaes: A correspondência afetiva na Coleção Liedo Maranhão”, no Centro Cultural dos Correios, na capital pernambucana.

O pesquisador, residente em Pernambuco, começou a se interessar pelo assunto vendo, ainda jovem, os postais que eram trocados na sua própria família. Depois, passou a comprá-los no Mercado São José, reduto da cultura popular do Recife, onde eram encontrados em caixas de sapato ou pendurados em cordões para chamar a atenção dos visitantes. Boa parte da coleção vem daí. [...]

- Acho que seu impacto é justamente o de trazer para o mundo contemporâneo o *glamour* e o romantismo de um meio de comunicação tão usual no passado - afirma o curador Gustavo Maia.

- O que mais chama a atenção é o sentimento romântico como conceito, que pode ser percebido na delicadeza perdida de uma forma de comunicação que hoje está em desuso - reforça Bartira Ferraz, outra curadora da mostra. [...]

LINS, Leticia. Retratos de uma época. Revista O Globo, Rio de Janeiro, n. 353, p. 26-28, 1º maio 2011. Adaptado.

Cada período abaixo é composto pela união de duas orações.

Em qual deles essa união está de acordo com a norma-padrão?

- a) A exposição que o pesquisador se referiu foi prorrogada por mais um mês.
- b) Mora em Recife o pesquisador que os postais estão sendo expostos.
- c) Os estúdios em que eram elaborados os postais ficavam na Europa.
- d) Foi impressionante o sucesso cuja exposição de cartões-postais alcançou.
- e) O assunto que o pesquisador se interessou traz uma marca de romantismo.

Questão 27: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Análise Estratégica em Ciência, Tecnologia e Inovação/2014

Assunto: Coesão (Anáfora, Catáfora, Uso dos Conectores - Pronomes relativos, Conjunções etc)

A polêmica das biografias

A liberdade de expressão está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: honra, privacidade etc.

A jornalista Hildegard Angel fulminou no Twitter: “**Num país em que a Justiça é caolha, não dá para liberar geral**” as biografias de bandeja pros grupos editoriais argentários”.

A controvérsia em torno das biografias é a prova da desditosa barafunda institucional que atormenta o Brasil. Nos códigos das sociedades modernas, aquelas que acolheram os princípios do Estado Democrático de Direito, a liberdade de expressão está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: a privacidade, a honra, o direito de resposta a ofensas e desqualificações lançadas publicamente contra a integridade moral dos indivíduos.

Em 17 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmava: “**O desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros**” que ultrajaram a consciência da Humanidade e o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum”.

Em 2008, escrevi um artigo para celebrar os 60 anos da declaração. **Naquela ocasião, percebi claramente que os fantasmas dos traumas** nascidos das experiências totalitárias dos anos 1930 ainda assombram os homens, seus direitos e liberdades.

Segundo a declaração, são consideradas intoleráveis as interferências⁽⁶⁾ na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência - atenção! -, tampouco são toleráveis ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques. O cidadão (note o leitor, o cidadão) tem direito à liberdade de opinião e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

É proibido proibir, assim como é garantido o direito de retrucar e processar. **O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, sugeriu⁽⁶⁾** a imposição de pesadas penas pecuniárias aos detratores “argentários” que se valem das inaceitáveis demoras da Justiça.

No Brasil de hoje não impera a expressão livre das ideias, mas predomina o que Deleuze chamou de Poder das Potências. Já tratei aqui desse tema, mas vou insistir. Nos tempos da sociedade de massa e do aparato de comunicação abrigado na grande mídia, as Potências estão desinteressadas em sufocar a crítica ou as ideias desviantes. Não se ocupam mais dessa banalidade. Elas se dedicam a algo muito mais importante: fabricam os espaços da literatura, do econômico, do político, espaços completamente reacionários, pré-moldados e massacrantes. “É bem pior que uma censura”, continua Deleuze, “pois a censura provoca efervescências subterrâneas, mas as Potências querem tornar isso impossível”.

Nos espaços fabricados pelas Potências não é possível manter conversações, porque neles a norma não é a argumentação, mas o exercício da animosidade sob todos os seus disfarces, a prática desbragada da agressividade a propósito de tudo e de todos, presentes ou ausentes, amigos ou inimigos. Não se trata de compreender o outro, mas de vigiá-lo. “Estranho ideal policialesco, o de ser a má consciência de alguém”, diz Deleuze.

As redes sociais, onde as ideias e as opiniões deveriam trafegar livremente, se transformaram num espaço policialesco em que a crítica é substituída pela vigilância. A vigilância exige convicções esféricas, maciças, impenetráveis, perfeitas. A vigilância deve adquirir aquela solidez própria da turba enfurecida, disposta ao linchamento.

A Declaração dos Direitos Humanos, na esteira do pensamento liberal e progressista dos séculos XIX e XX, imaginou que a igualdade e a diferença seriam indissociáveis na sociedade moderna e deveriam subsistir reconciliadas, sob as leis de um Estado ético. Esse Estado permitiria ao cidadão preservar sua diferença em relação aos outros e, ao mesmo tempo, harmonizá-la entre si, manter a integridade do todo. Mas as transformações econômicas das sociedades modernas suscitaram o bloqueio das tentativas de impor o Estado ético e reforçaram, na verdade, a fragmentação e o individualismo agressivo e “argentário”. Assim, a “ética” contemporânea não é capaz de resistir à degradação das liberdades e sua transmutação em arma de vigilância e de assassinato de reputações.

BELLUZZO Luiz Gonzaga. **A polêmica das biografias**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/771/a-polemica--das-biografias-3204.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

O artigo definido em destaque tem papel de estabelecer retomada de expressão já citada anteriormente no texto em:

- a) ““Num país em que a Justiça é caolha, não dá para liberar geral””
- b) ““O desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros””
- c) “Naquela ocasião, percebi claramente que os fantasmas dos traumas”
- d) “Segundo a declaração, são consideradas intoleráveis as interferências”
- e) “O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, sugeriu”

Questão 28: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012

Assunto: Coesão (Anáfora, Catáfora, Uso dos Conectores - Pronomes relativos, Conjunções etc)

O setor elétrico e as mudanças climáticas

Nosso país tem enorme potencial hidrelétrico, o que nos permite gerar energia elétrica razoavelmente ‘limpa’ e barata. **Essa fonte responde, atualmente, por cerca de 70% da energia elétrica consumida no país. Entretanto, para que possamos usufruir dessa energia, precisamos transportá-la a longas distâncias**^(a) – muitas vezes, milhares de quilômetros – por meio de linhas de transmissão aéreas, expostas ao tempo e a seus caprichos. E esses caprichos, segundo estudos científicos, tendem a se tornar cada vez mais frequentes em um planeta sujeito a mudanças em um ritmo jamais visto pelos humanos.

A experiência brasileira mostra isso. 50% a 70% das falhas ocorridas no passado em linhas de transmissão brasileiras estavam relacionadas às condições climáticas, mais especificamente, às chamadas tempestades severas, caracterizadas por condições extremas de vento, raios ou precipitação. Com o aquecimento global, o desmatamento e alguns fenômenos atmosféricos, esse número tende a aumentar nas próximas décadas.

Combinados ou de forma isolada, esses fenômenos são capazes de interromper o fluxo de energia ao longo das linhas e interferir, de maneira significativa, no sistema elétrico. Se as alterações do clima podem causar problemas na transmissão de energia, na distribuição a situação não é diferente. **99% da distribuição de energia elétrica no Brasil é aérea e concentra-se em grandes áreas urbanas**^(b), onde vive a maioria dos consumidores. Nessas áreas, as edificações, a substituição de vegetação por asfalto, a poluição dos automóveis e das fábricas causam alterações atmosféricas que favorecem a ocorrência de fortes tempestades.

Os danos provocados por raios nas redes de distribuição podem se tornar ainda mais frequentes se levarmos em consideração o novo modelo^(c) que começa a ser adotado no país e no mundo, baseado no uso de equipamentos digitais para monitorar a distribuição em tempo real e na possibilidade de utilizar diferentes fontes de energia. **Essa transformação se dará tanto na disponibilização quanto no consumo de energia, levando, inclusive, à economia desse recurso**^(d).

No entanto, a busca de maior comodidade para os consumidores, maior controle operacional pelas empresas, maior eficiência e maior flexibilidade da rede (no sentido de utilizar fontes alternativas de energia) **tende a tornar a distribuição mais sofisticada e, ao mesmo tempo, mais vulnerável a descargas elétricas, devido à utilização de componentes que contêm semicondutores, mais suscetíveis a danos por raios⁽⁶⁾.**

Finalmente, é importante salientar que as redes de energia precisarão contar com o potencial hidrelétrico ainda quase inexplorado da Amazônia no futuro. Segundo as projeções climáticas baseadas em modelos computacionais, essa região sofrerá o maior aumento de temperatura e de tempestades. Outro aspecto relevante está na necessidade, cada vez maior, de adequar tais redes às normas legais de proteção e conservação ambiental, o que poderá ampliar a chance de problemas decorrentes de fatores climáticos.

PINTO JÚNIOR, Osmar. O setor elétrico e as mudanças climáticas. *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: ICH. n. 280, abr. 2011, p. 68-69. Adaptado.

Um dos aspectos responsáveis por assegurar a coerência textual é a relação lógica que se estabelece entre as ideias do texto.

No que diz respeito ao termo ou expressão destacada, essa relação lógica está explicitada adequadamente em:

- a) “Essa fonte responde, atualmente, por cerca de 70% da energia elétrica consumida no país. **Entretanto**, para que possamos usufruir dessa energia, precisamos transportá-la a longas distâncias” - (relação de causalidade)
- b) “99% da distribuição de energia elétrica no Brasil é aérea e concentra-se em grandes áreas urbanas” - (relação de conclusão)
- c) “Os danos provocados por raios nas redes de distribuição podem se tornar ainda mais frequentes **se** levarmos em consideração o novo modelo” - (relação de condição)
- d) “Essa transformação se dará **tanto** na disponibilização **quanto** no consumo de energia, levando, inclusive, à economia desse recurso.” - (relação de temporalidade)
- e) “tende a tornar a distribuição mais sofisticada e, ao mesmo tempo, mais vulnerável a descargas elétricas, **devido** à utilização de componentes que contêm semicondutores, mais suscetíveis a danos por raios.” - (relação de oposição)

Questão 29: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Coesão (Anáfora, Catáfora, Uso dos Conectores - Pronomes relativos, Conjunções etc)

A sociedade da informação e seus desafios

Difícilmente alguém discordaria de que a sociedade da informação é o principal traço característico do debate público sobre desenvolvimento, seja em nível local ou global, neste alvorecer do século XXI. Das propostas políticas oriundas dos países industrializados e das discussões acadêmicas, a expressão “sociedade de informação”

transformou-se rapidamente em jargão nos meios de comunicação, alcançando, de forma conceitualmente imprecisa, o universo vocabular do cidadão.

A expressão “sociedade da informação” passou a ser utilizada como substituta para o conceito complexo de “sociedade pós-industrial”, como forma de transmitir o conteúdo específico do “novo paradigma técnico-econômico”. A realidade que os conceitos das ciências sociais procuram expressar refere-se às transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como “fator-chave” não mais os insumos baratos de energia – como na sociedade industrial – mas os insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e nas telecomunicações.

Nesta sociedade pós-industrial, ou “informacional”, as transformações em direção à sociedade da informação, em estágio avançado nos países industrializados, constituem uma tendência dominante mesmo para economias menos industrializadas e definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade. **Esse novo paradigma tem as seguintes características fundamentais: a informação é sua matéria-prima (no passado, o objetivo dominante era utilizar informação para agir sobre as tecnologias)⁽⁶⁾; os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade (a informação é parte integrante de toda atividade humana, individual ou coletiva e, portanto, todas essas atividades tendem a ser afetadas diretamente pela nova tecnologia); a tecnologia favorece processos reversíveis devido a sua flexibilidade; trajetórias de desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do saber tornam-se interligadas e transformam-se as categorias segundo as quais pensamos todos os processos (microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica, por exemplo)⁽⁶⁾.**

O foco sobre a tecnologia pode alimentar a visão ingênua de determinismo tecnológico segundo o qual as transformações em direção à sociedade da informação resultam da tecnologia⁽⁶⁾, seguem uma lógica técnica e, portanto, neutra e estão fora da interferência de fatores sociais e políticos. Nada mais equivocado: processos sociais e transformação tecnológica resultam de uma interação complexa em que fatores sociais preexistentes como a criatividade, o espírito empreendedor, as condições da pesquisa científica afetam o avanço tecnológico e suas aplicações sociais.

No campo educacional dos países em desenvolvimento, decisões sobre investimentos para a incorporação da informática e da telemática implicam também riscos e desafios. **Será essencial identificar o papel que essas novas tecnologias podem desempenhar no processo de desenvolvimento educacional e, isso posto, resolver como utilizá-las de forma a facilitar uma efetiva aceleração do processo em direção à educação para todos⁽⁶⁾, ao longo da vida, com qualidade e garantia de diversidade. As novas tecnologias de informação e comunicação tornam-se, hoje, parte de um vasto instrumental historicamente mobilizado para a educação e a aprendizagem. Cabe a cada sociedade decidir que composição do conjunto de tecnologias educacionais mobilizar para atingir suas metas de desenvolvimento⁽⁶⁾.**

A Unesco tem atuado de forma sistemática no sentido de apoiar as iniciativas dos Estados Membros na definição de políticas de integração das novas tecnologias aos seus objetivos de desenvolvimento. No Programa Informação para Todos, as ações desse organismo internacional estão concentradas em duas áreas principais: conteúdo para a sociedade da informação e “infoestrutura” para esta sociedade em evolução, por

meio da cooperação para treinamento, apoio ao estabelecimento de políticas de informação e promoção de conexões em rede.

No espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que constitui a base dos direitos à informação na sociedade da informação, e levando em consideração os valores e a visão delineados anteriormente, o novo Programa Informação para Todos deverá prover uma plataforma para a discussão global sobre acesso à informação, participação de todos na sociedade da informação global e as consequências éticas, legais e societárias do uso das tecnologias de informação e comunicação. Deverá prover também a estrutura para colaboração internacional e parcerias nessas áreas e apoiar o desenvolvimento de ferramentas comuns, métodos e estratégias para a construção de uma sociedade de informação global e justa.

WERTHEIN, J. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 29, n. 2, p. 71- 77, maio/ago. 2000.
Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/254>>.
Acesso em: 10 maio 2015. Adaptado.

No texto, a palavra ou expressão a que se refere o termo destacado está adequadamente explicitada entre colchetes em:

a) “Esse novo paradigma tem as seguintes características fundamentais: a informação é **sua** matéria-prima (no passado, o objetivo dominante era utilizar informação para agir sobre as tecnologias)” [características fundamentais]

b) “trajetórias de desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do saber tornam-se interligadas e transformam-se as categorias segundo **as quais** pensamos todos os processos (microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica, por exemplo)”. [trajetórias]

c) “O foco sobre a tecnologia pode alimentar a visão ingênua de determinismo tecnológico segundo **o qual** as transformações em direção à sociedade da informação resultam da tecnologia.” [foco]

d) “Será essencial identificar o papel que essas novas tecnologias podem desempenhar no processo de desenvolvimento educacional e, isso posto, resolver como utilizá-las de forma a facilitar uma efetiva aceleração do processo em direção à educação para todos.” [essas novas tecnologias]

e) “Cabe a cada sociedade decidir que composição do conjunto de tecnologias educacionais mobilizar para atingir **suas** metas de desenvolvimento.” [conjunto de tecnologias]

Questão 30: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Denotação e Conotação

A sociedade da informação e seus desafios

Difícilmente alguém discordaria de que a sociedade da informação é **o principal traço característico do debate público sobre desenvolvimento, seja em nível local ou global, neste alvorecer do século XXI.**^(a) Das propostas políticas oriundas dos países industrializados e das discussões acadêmicas, a expressão “sociedade de informação”

transformou-se rapidamente em jargão nos meios de comunicação, **alcançando, de forma conceitualmente imprecisa, o universo vocabular do cidadão**⁽⁶⁾.

A expressão “sociedade da informação” passou a ser utilizada como substituta para o conceito complexo de “sociedade pós-industrial”, como forma de transmitir o conteúdo específico do “novo paradigma técnico-econômico”. A realidade que os conceitos das ciências sociais procuram expressar refere-se às transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como “fator-chave” não mais os insumos baratos de energia – como na sociedade industrial – mas os insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e nas telecomunicações.

Nesta sociedade pós-industrial, ou “informacional”, as transformações em direção à sociedade da informação, **em estágio avançado nos países industrializados, constituem uma tendência dominante mesmo para economias menos industrializadas**⁽⁶⁾ e definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade. **Esse novo paradigma tem as seguintes características fundamentais: a informação é sua matéria-prima**⁽⁶⁾ (no passado, o objetivo dominante era utilizar informação para agir sobre as tecnologias); os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade (a informação é parte integrante de toda atividade humana, individual ou coletiva e, portanto, todas essas atividades tendem a ser afetadas diretamente pela nova tecnologia); a tecnologia favorece processos reversíveis devido a sua flexibilidade; trajetórias de desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do saber tornam-se interligadas e transformam-se as categorias segundo as quais pensamos todos os processos (microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica, por exemplo).

O foco sobre a tecnologia pode alimentar a visão ingênua de determinismo tecnológico segundo o qual as transformações em direção à sociedade da informação resultam da tecnologia, seguem uma lógica técnica e, portanto, neutra e estão fora da interferência de fatores sociais e políticos. Nada mais equivocado: **processos sociais e transformação tecnológica resultam de uma interação complexa**⁽⁶⁾ em que fatores sociais preexistentes como a criatividade, o espírito empreendedor, as condições da pesquisa científica afetam o avanço tecnológico e suas aplicações sociais.

No campo educacional dos países em desenvolvimento, decisões sobre investimentos para a incorporação da informática e da telemática implicam também riscos e desafios. Será essencial identificar o papel que essas novas tecnologias podem desempenhar no processo de desenvolvimento educacional e, isso posto, resolver como utilizá-las de forma a facilitar uma efetiva aceleração do processo em direção à educação para todos, ao longo da vida, com qualidade e garantia de diversidade. As novas tecnologias de informação e comunicação tornam-se, hoje, parte de um vasto instrumental historicamente mobilizado para a educação e a aprendizagem. Cabe a cada sociedade decidir que composição do conjunto de tecnologias educacionais mobilizar para atingir suas metas de desenvolvimento.

A Unesco tem atuado de forma sistemática no sentido de apoiar as iniciativas dos Estados Membros na definição de políticas de integração das novas tecnologias aos seus objetivos de desenvolvimento. No Programa Informação para Todos, as ações desse organismo internacional estão concentradas em duas áreas principais: conteúdo para a sociedade da informação e “infoestrutura” para esta sociedade em evolução, por

meio da cooperação para treinamento, apoio ao estabelecimento de políticas de informação e promoção de conexões em rede.

No espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que constitui a base dos direitos à informação na sociedade da informação, e levando em consideração os valores e a visão delineados anteriormente, o novo Programa Informação para Todos deverá prover uma plataforma para a discussão global sobre acesso à informação, participação de todos na sociedade da informação global e as consequências éticas, legais e societárias do uso das tecnologias de informação e comunicação. Deverá prover também a estrutura para colaboração internacional e parcerias nessas áreas e apoiar o desenvolvimento de ferramentas comuns, métodos e estratégias para a construção de uma sociedade de informação global e justa.

WERTHEIN, J. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 29, n. 2, p. 71- 77, maio/ago. 2000.
Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/254>>.
Acesso em: 10 maio 2015. Adaptado.

As palavras são empregadas no sentido denotativo, literal, em estado de dicionário ou no sentido conotativo, figurado.

A palavra do texto, destacada, está empregada no sentido figurado em:

- a) “o principal traço característico do debate público sobre desenvolvimento global, seja em nível local ou global, neste **alvorecer** do século XXI.”
- b) “alcançando, de forma conceitualmente imprecisa, o universo vocabular do **cidadão**.”
- c) “em estágio avançado nos países **industrializados**, constituem uma tendência dominante mesmo para economias menos industrializadas”
- d) “Esse novo paradigma tem as seguintes **características** fundamentais: a informação é sua matéria-prima”
- e) “processos sociais e **transformação** tecnológica resultam de uma interação complexa”

Questão 31: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Administração/2013

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

Texto

Dialética da mudança

Certamente porque não é fácil compreender certas questões, as pessoas tendem a aceitar algumas afirmações como verdades indiscutíveis e até mesmo a irritar-se quando alguém insiste em discuti-las. É natural que isso aconteça, quando mais não seja porque as certezas nos dão segurança e tranquilidade. Pô-las em questão equivale a tirar o chão de sob nossos pés. Não necessito dizer que, para mim, não há verdades indiscutíveis, embora acredite em determinados valores e princípios que me parecem

consistentes. De fato, é muito difícil, senão impossível, viver sem nenhuma certeza, sem valor algum.

No passado distante, quando os valores religiosos se impunham à quase totalidade das pessoas, poucos eram os que questionavam, mesmo porque, dependendo da ocasião, pagavam com a vida seu inconformismo.

Com o desenvolvimento do pensamento objetivo e da ciência, aquelas certezas inquestionáveis passaram a segundo plano, dando lugar a um novo modo de lidar com as certezas e os valores. Questioná-los, reavaliá-los, negá-los, propor mudanças às vezes radicais tornou-se frequente e inevitável, dando-se início a uma nova época da sociedade humana. Introduziram-se as ideias não só de evolução como de revolução.

Naturalmente, essas mudanças não se deram do dia para a noite, nem tampouco se impuseram à maioria da sociedade. O que ocorreu de fato foi um processo difícil e conflituado em que, pouco a pouco, a visão inovadora veio ganhando terreno e, mais do que isso, conquistando posições estratégicas, o que tornou possível influir na formação de novas gerações, menos resistentes a visões questionadoras.

A certa altura desse processo, os defensores das mudanças acreditavam-se senhores de novas verdades, mais consistentes porque eram fundadas no conhecimento objetivo das leis que governam o mundo material e social. Mas esse conhecimento era ainda precário e limitado.

Inúmeras descobertas reafirmam a tese de que a mudança é inerente à realidade tanto material quanto espiritual, e que, portanto, o conceito de imutabilidade é destituído de fundamento.

Ocorre, porém, que essa certeza pode induzir a outros erros: o de achar que quem defende determinados valores estabelecidos está indiscutivelmente errado. Em outras palavras, bastaria apresentar-se como inovador para estar certo. Será isso verdade? Os fatos demonstram que tanto pode ser como não.

Mas também pode estar errado quem defende os valores consagrados e aceitos. Só que, em muitos casos, não há alternativa senão defendê-los. E sabem por quê? Pela simples razão de que toda sociedade é, por definição, conservadora, uma vez que, sem princípios e valores estabelecidos, seria impossível o convívio social. Uma comunidade cujos princípios e normas mudassem a cada dia seria caótica e, por isso mesmo, inviável.

Por outro lado, como a vida muda e a mudança é inerente à existência, impedir a mudança é impossível. Daí resulta que a sociedade termina por aceitar as mudanças, mas apenas aquelas que de algum modo atendem a suas necessidades e a fazem avançar.

GULLAR, Ferreira. Dialética da mudança. Folha de São Paulo, 6 maio 2012, p. E10.

De acordo com o Texto, a dialética da mudança é devida

a) à discrepância entre aqueles que rejeitam os avanços da ciência e aqueles que preferem aceitar verdades indiscutíveis.

- b) à oposição baseada unicamente na experiência e na observação, sem levar em consideração qualquer metodologia científica.
- c) à polêmica entre o reconhecimento dos valores inovadores e a presença de outros, consagrados, que garantem a vida em sociedade.
- d) ao caráter contraditório da atitude daqueles que se limitam a conhecimentos fundamentados em valores consagrados.
- e) ao conflito originado pela supremacia dos princípios teóricos, de um lado, e pela crença nos fenômenos práticos, de outro.

Questão 32: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Administração/2013

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

Texto

Dialética da mudança

Certamente porque não é fácil compreender certas questões, as pessoas tendem a aceitar algumas afirmações como verdades indiscutíveis e até mesmo a irritar-se quando alguém insiste em discuti-las. É natural que isso aconteça, quando mais não seja porque as certezas nos dão segurança e tranquilidade. Pô-las em questão equivale a tirar o chão de sob nossos pés. Não necessito dizer que, para mim, não há verdades indiscutíveis, embora acredite em determinados valores e princípios que me parecem consistentes. De fato, é muito difícil, senão impossível, viver sem nenhuma certeza, sem valor algum.

No passado distante, quando os valores religiosos se impunham à quase totalidade das pessoas, poucos eram os que questionavam, mesmo porque, dependendo da ocasião, pagavam com a vida seu inconformismo.

Com o desenvolvimento do pensamento objetivo e da ciência, aquelas certezas inquestionáveis passaram a segundo plano, dando lugar a um novo modo de lidar com as certezas e os valores. Questioná-los, reavaliá-los, negá-los, propor mudanças às vezes radicais tornou-se frequente e inevitável, dando-se início a uma nova época da sociedade humana. Introduziram-se as ideias não só de evolução como de revolução.

Naturalmente, essas mudanças não se deram do dia para a noite, nem tampouco se impuseram à maioria da sociedade. O que ocorreu de fato foi um processo difícil e conflituado em que, pouco a pouco, a visão inovadora veio ganhando terreno e, mais do que isso, conquistando posições estratégicas, o que tornou possível influir na formação de novas gerações, menos resistentes a visões questionadoras.

A certa altura desse processo, os defensores das mudanças acreditavam-se senhores de novas verdades, mais consistentes porque eram fundadas no conhecimento objetivo das leis que governam o mundo material e social. Mas esse conhecimento era ainda precário e limitado.

Inúmeras descobertas reafirmam a tese de que a mudança é inerente à realidade tanto material quanto espiritual, e que, portanto, o conceito de imutabilidade é destituído de fundamento.

Ocorre, porém, que essa certeza pode induzir a outros erros: o de achar que quem defende determinados valores estabelecidos está indiscutivelmente errado. Em outras palavras, bastaria apresentar-se como inovador para estar certo. Será isso verdade? Os fatos demonstram que tanto pode ser como não.

Mas também pode estar errado quem defende os valores consagrados e aceitos. Só que, em muitos casos, não há alternativa senão defendê-los. E sabem por quê? Pela simples razão de que toda sociedade é, por definição, conservadora, uma vez que, sem princípios e valores estabelecidos, seria impossível o convívio social. Uma comunidade cujos princípios e normas mudassem a cada dia seria caótica e, por isso mesmo, inviável.

Por outro lado, como a vida muda e a mudança é inerente à existência, impedir a mudança é impossível. Daí resulta que a sociedade termina por aceitar as mudanças, mas apenas aquelas que de algum modo atendem a suas necessidades e a fazem avançar.

GULLAR, Ferreira. Dialética da mudança. Folha de São Paulo, 6 maio 2012, p. E10.

Ao defender a tese de que a mudança é inerente à realidade, o Texto apresenta como contra-argumento a ideia de que

- a) as certezas oferecem segurança e tranquilidade para a vida em sociedade.
- b) as descobertas científicas não ocorreriam sem a discussão sobre a imutabilidade.
- c) as verdades constituiriam uma forma de evolução de toda a humanidade.
- d) os partidários de ideologias conservadoras impediriam o avanço da sociedade.
- e) os valores consagrados não deveriam ser aceitos pela sociedade atual.

Questão 33: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Administração/2013

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

Texto

Dialética da mudança

Certamente porque não é fácil compreender certas questões, as pessoas tendem a aceitar algumas afirmações como verdades indiscutíveis e até mesmo a irritar-se quando alguém insiste em discuti-las. É natural que isso aconteça, quando mais não seja porque as certezas nos dão segurança e tranquilidade. Pô-las em questão equivale a tirar o chão de sob nossos pés. Não necessito dizer que, para mim, não há verdades indiscutíveis, embora acredite em determinados valores e princípios que me parecem consistentes. De fato, é muito difícil, senão impossível, viver sem nenhuma certeza, sem valor algum.

No passado distante, quando os valores religiosos se impunham à quase totalidade das pessoas, poucos eram os que questionavam, mesmo porque, dependendo da ocasião, pagavam com a vida seu inconformismo.

Com o desenvolvimento do pensamento objetivo e da ciência, aquelas certezas inquestionáveis passaram a segundo plano, dando lugar a um novo modo de lidar com as certezas e os valores. Questioná-los, reavaliá-los, negá-los, propor mudanças às vezes radicais tornou-se frequente e inevitável, dando-se início a uma nova época da sociedade humana. Introduziram-se as ideias não só de evolução como de revolução.

Naturalmente, essas mudanças não se deram do dia para a noite, nem tampouco se impuseram à maioria da sociedade. O que ocorreu de fato foi um processo difícil e conflituado em que, pouco a pouco, a visão inovadora veio ganhando terreno e, mais do que isso, conquistando posições estratégicas, o que tornou possível influir na formação de novas gerações, menos resistentes a visões questionadoras.

A certa altura desse processo, os defensores das mudanças acreditavam-se senhores de novas verdades, mais consistentes porque eram fundadas no conhecimento objetivo das leis que governam o mundo material e social. Mas esse conhecimento era ainda precário e limitado.

Inúmeras descobertas reafirmam a tese de que a mudança é inerente à realidade tanto material quanto espiritual, e que, portanto, o conceito de imutabilidade é destituído de fundamento.

Ocorre, porém, que essa certeza pode induzir a outros erros: o de achar que quem defende determinados valores estabelecidos está indiscutivelmente errado. Em outras palavras, bastaria apresentar-se como inovador para estar certo. Será isso verdade? Os fatos demonstram que tanto pode ser como não.

Mas também pode estar errado quem defende os valores consagrados e aceitos. Só que, em muitos casos, não há alternativa senão defendê-los. E sabem por quê? Pela simples razão de que toda sociedade é, por definição, conservadora, uma vez que, sem princípios e valores estabelecidos, seria impossível o convívio social. Uma comunidade cujos princípios e normas mudassem a cada dia seria caótica e, por isso mesmo, inviável.

Por outro lado, como a vida muda e a mudança é inerente à existência, impedir a mudança é impossível. Daí resulta que a sociedade termina por aceitar as mudanças, mas apenas aquelas que de algum modo atendem a suas necessidades e a fazem avançar.

GULLAR, Ferreira. Dialética da mudança. Folha de São Paulo, 6 maio 2012, p. E10.

A expressão **por outro lado**, no início do último parágrafo do Texto I, estabelece uma relação de contraste entre as seguintes ideias:

a) a vida muda permanentemente apesar das forças conservadoras / a mudança é inerente à existência humana, que deve aceitá-la sem contestação.

b) a sociedade é, por definição, conservadora para manter o convívio social / a sociedade acaba por aceitar as mudanças que atendem a suas necessidades.

c) quem defende valores consagrados e aceitos pode estar errado / o conceito de imutabilidade é destituído de fundamento.

d) uma comunidade deve mudar a cada dia seus princípios e normas / impedir a mudança é impossível, porque ela é inerente à existência.

e) uma comunidade que muda a cada dia seria caótica e inviável / a sociedade deve impedir as mudanças desnecessárias à sua sobrevivência.

Questão 34: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Administração/2013

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

Texto

Cidade: desejo e rejeição

A cidade da modernidade se configurou a partir da Revolução Industrial e se tornou complexa pelo tamanho territorial e demográfico, antes jamais alcançado, e pelas exigências de infraestrutura e de serviços públicos. No início do século XX, se generalizou a ideia da cidade como instância pública. Até então, esta seria uma construção que resultava de interesses específicos, de setores ou estratos sociais.

A mudança do milênio vê, contraditoriamente, a expansão de modelos urbanísticos e a ocupação territorial que se opõem à “condição urbana” - de certo modo fazendo retornar a cidade à instância privada. Tal ambiguidade estabelece um patamar para o debate sobre os rumos da cidade.

O sistema urbano brasileiro estava em processo de consolidação como instância pública, quando, a partir dos anos 1960, sofre inflexão importante. Razões externas ao urbanismo influenciam no redesenho de nossas cidades.

A opção pelo transporte urbano no modo rodoviário, em detrimento do transporte sobre trilhos, então estruturador das principais cidades, é uma delas.

Outros elementos adentram o cenário brasileiro nas últimas décadas e dispõem a cidade como instância privada: os condomínios fechados e os shopping *centers*. Ambos associados ao automóvel, exaltam a segmentação de funções urbanas. A multiplicidade e a variedade, valores do urbano, ali não são consideradas. O importante para os promotores imobiliários e para os que aderem a tais propostas é a sensação de que o modelo é algo à parte do conjunto. Há uma explícita “rejeição à cidade”.

Além disso, com o crescimento demográfico e a expansão do sistema urbano, as áreas informais adquirem relevo e, em alguns casos, passam a compor a maior parte das cidades. Isto é, enquanto por um século e meio se concebe e se desenvolve a ideia da cidade como instância pública, uma parte maiúscula dessa mesma cidade é construída em esforço individual como instância privada.

MAGALHÃES, Sérgio Ferraz. *Cidade: desejo e rejeição*. *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: ICH. n. 290, mar. 2012, p. 75.

Ao analisar as etapas do desenvolvimento do conceito de cidade no Texto, o autor conclui que

- a) o crescimento da ocupação informal do solo tem fortalecido o caráter privado das cidades brasileiras.
- b) o modelo de cidade como instância pública está ultrapassado mundialmente desde o início do século passado.
- c) o sistema de transporte urbano pautado no deslocamento sobre trilhos favorece a segmentação das funções urbanas.
- d) os condomínios e os *shopping centers* são marcas da modernidade nas cidades brasileiras como instâncias públicas.
- e) as exigências de infraestrutura e de serviços públicos inviabilizam a cidade como instância pública no novo milênio.

Questão 35: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Administração/2013

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

Texto

Cidade: desejo e rejeição

A cidade da modernidade se configurou a partir da Revolução Industrial e se tornou complexa pelo tamanho territorial e demográfico, antes jamais alcançado, e pelas exigências de infraestrutura e de serviços públicos. No início do século XX, se generalizou a ideia da cidade como instância pública. Até então, esta seria uma construção que resultava de interesses específicos, de setores ou estratos sociais.

A mudança do milênio vê, contraditoriamente, a expansão de modelos urbanísticos e a ocupação territorial que se opõem à “condição urbana” - de certo modo fazendo retornar a cidade à instância privada. Tal ambiguidade estabelece um patamar para o debate sobre os rumos da cidade.

O sistema urbano brasileiro estava em processo de consolidação como instância pública, quando, a partir dos anos 1960, sofre inflexão importante. Razões externas ao urbanismo influenciam no redesenho de nossas cidades.

A opção pelo transporte urbano no modo rodoviário, em detrimento do transporte sobre trilhos, então estruturador das principais cidades, é uma delas.

Outros elementos adentram o cenário brasileiro nas últimas décadas e dispõem a cidade como instância privada: os condomínios fechados e os *shopping centers*. Ambos associados ao automóvel, exaltam a segmentação de funções urbanas. A multiplicidade e a variedade, valores do urbano, ali não são consideradas. O importante para os

promotores imobiliários e para os que aderem a tais propostas é a sensação de que o modelo é algo à parte do conjunto. Há uma explícita “rejeição à cidade”.

Além disso, com o crescimento demográfico e a expansão do sistema urbano, as áreas informais adquirem relevo e, em alguns casos, passam a compor a maior parte das cidades. Isto é, enquanto por um século e meio se concebe e se desenvolve a ideia da cidade como instância pública, uma parte maiúscula dessa mesma cidade é construída em esforço individual como instância privada.

MAGALHÃES, Sérgio Ferraz. Cidade: desejo e rejeição. Revista Ciência Hoje. Rio de Janeiro: ICH. n. 290, mar. 2012, p. 75.

No desenvolvimento do Texto, antes de abordar as transformações ocorridas nas cidades brasileiras na mudança do milênio, que as estão configurando como instâncias privadas, o autor afirma que

- a) a sensação de ser algo à parte do conjunto é inerente à concepção dos *shopping centers*.
- b) as áreas de ocupação informal passaram a ocupar a maior parte das cidades nos últimos anos.
- c) o transporte urbano rodoviário se firma em detrimento do antigo transporte sobre trilhos.
- d) o conceito de cidade como instância pública se configurou a partir do início do século passado.
- e) os condomínios fechados acirram a fragmentação das funções urbanas nas cidades brasileiras.

Questão 36: CESGRANRIO - Adv (CEF)/CEF/2012

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

A palavra

Freud costumava dizer que os escritores precederam os psicanalistas na descoberta do inconsciente. Tudo porque literatura e psicanálise têm um profundo elo em comum: a palavra.

Já me perguntei algumas vezes como é que uma pessoa que tem dificuldade com a palavra consegue externar suas fantasias e carências durante uma terapia. Consultas são um refinado exercício de comunicação. Se relacionamentos amorosos fracassam por falhas na comunicação, creio que a relação terapêutica também poderá naufragar diante da impossibilidade de o paciente se fazer entender.

Estou lendo um belo livro de uma autora que, além de poeta, é psicanalista, Sandra Niskier Flanzer. E o livro se chama justamente “a pa-lavra”, assim, em minúsculas e salientando o verbo contido no substantivo. Lavar: revolver e sulcar a terra, prepará-la para o cultivo.

Se eu tenho um Deus, e tenho alguns, a palavra é certamente um deles. **Um Deus feminino, porém não menos dominador.** Ela, a palavra, foi determinante na minha trajetória não só profissional, mas existencial. Só cheguei a algum lugar nessa vida por me expressar com clareza, algo que muitos consideram fácil, mas fácil é escrever com afetação. A clareza exige simplicidade, foco, precisão e generosidade. A pessoa que nos ouve e que nos lê não é obrigada a ter uma bola de cristal para descobrir o que queremos dizer. Falar e escrever sem necessidade de tradução ou legenda: eis um dom que é preciso desenvolver todos os dias por aqueles que apreciam viver num mundo com menos obstáculo.

A palavra, que ferramenta.

É uma pena que haja tamanha displicência em relação ao seu uso. Poucos se dão conta de que ela é a chave que abre as portas mais emperradas, que ela facilita negociações, encurta caminhos, cria laços, aproxima as pessoas. Tanta gente nasce e morre sem dialogar com a vida. Contam coisas, falam por falar, mas não conversam, não usam a palavra como elemento de troca. Encantam-se pelo som da própria voz e, nessa onda narcísica, qualquer palavra lhes serve.

Mas não. Não serve qualquer uma.

A palavra exata é um pequeno diamante. Embeleza tudo: o convívio, o poema, o amor. Quando a palavra não tem serventia alguma, o silêncio mantém-se no posto daquele que melhor fala por nós.

Em terapia - voltemos ao assunto inicial - temos que nos apresentar sem defesas, relatar impressões do passado, tornar públicas nossas aflições mais secretas, perder o pudor diante das nossas fraquezas, ser honestos de uma forma quase violenta, tudo em busca de uma “absolvição” que nos permita viver sem arrastar tantas correntes. Como atingir o ponto nevrálgico das nossas dores sem o bisturi certo da palavra? É através dela que a gente se cura.

MEDEIROS, Martha. A palavra. Revista O Globo. 18 set. 2011.

No período “Um Deus feminino, porém não menos dominador.”, o uso da conjunção insere a ideia de que a palavra

- a) enobrece o homem.
- b) apresenta função religiosa.
- c) pertence ao gênero feminino.
- d) exerce poder sobre as pessoas.
- e) hierarquiza a relação entre os sexos.

Questão 37: CESGRANRIO - Adv (CEF)/CEF/2012

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

A palavra

Freud costumava dizer que os escritores precederam os psicanalistas na descoberta do inconsciente. Tudo porque literatura e psicanálise têm um profundo elo em comum: a palavra.

Já me perguntei algumas vezes como é que uma pessoa que tem dificuldade com a palavra consegue externar suas fantasias e carências durante uma terapia. **Consultas são um refinado exercício de comunicação**^(*). Se relacionamentos amorosos fracassam por falhas na comunicação, creio que a relação terapêutica também poderá naufragar diante da impossibilidade de o paciente se fazer entender.

Estou lendo um belo livro de uma autora que, além de poeta, é psicanalista, Sandra Niskier Flanzer. E o livro se chama justamente “a pa-lavra”, assim, em minúsculas e salientando o verbo contido no substantivo. **Lavar: revolver e sulcar a terra, prepará-la para o cultivo**^(*).

Se eu tenho um Deus, e tenho alguns, a palavra é certamente um deles. Um Deus feminino, porém não menos dominador. Ela, a palavra, foi determinante na minha trajetória não só profissional, mas existencial. Só cheguei a algum lugar nessa vida por me expressar com clareza, algo que muitos consideram fácil, mas fácil é escrever com afetação. A clareza exige simplicidade, foco, precisão e generosidade. A pessoa que nos ouve e que nos lê não é obrigada a ter uma bola de cristal para descobrir o que queremos dizer. Falar e escrever sem necessidade de tradução ou legenda: eis um dom que é preciso desenvolver todos os dias por aqueles que apreciam viver num mundo com menos obstáculo.

A palavra, que ferramenta^(*).

É uma pena que haja tamanha displicência em relação ao seu uso. Poucos se dão conta de que ela é a chave que abre as portas mais emperradas, que ela facilita negociações, encurta caminhos, cria laços, aproxima as pessoas. Tanta gente nasce e morre sem dialogar com a vida. Contam coisas, falam por falar, mas não conversam, não usam a palavra como elemento de troca. Encantam-se pelo som da própria voz e, nessa onda narcísica, qualquer palavra lhes serve.

Mas não. Não serve qualquer uma.

A palavra exata é um pequeno diamante^(*). **Embeleza tudo: o convívio, o poema, o amor**^(*). Quando a palavra não tem serventia alguma, o silêncio mantém-se no posto daquele que melhor fala por nós.

Em terapia - voltemos ao assunto inicial - temos que nos apresentar sem defesas, relatar impressões do passado, tornar públicas nossas aflições mais secretas, perder o pudor diante das nossas fraquezas, ser honestos de uma forma quase violenta, tudo em busca de uma “absolvição” que nos permita viver sem arrastar tantas correntes. **Como atingir o ponto nevrálgico das nossas dores sem o bisturi certo da palavra?** É através dela que a gente se cura.

MEDEIROS, Martha. *A palavra*. Revista O Globo. 18 set. 2011.

Em “Como atingir o ponto nevrálgico das nossas dores sem o bisturi certo da palavra?”, afirma-se que a palavra funciona como um bisturi.

Que outro trecho do texto colabora para a construção dessa opinião?

- a) “Consultas são um refinado exercício de comunicação.”
- b) “Lavarar: revolver e sulcar a terra, prepará-la para o cultivo.”
- c) “A palavra, que ferramenta.”
- d) “A palavra exata é um pequeno diamante.”
- e) “Embeleza tudo: o convívio, o poema, o amor.”

Questão 38: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Administração de Materiais e Licitações/2011

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

RETRATOS DE UMA ÉPOCA

Mostra exhibe cartões-postais de um tempo que não volta mais

Em tempos de redes sociais e da presença cada vez maior da internet no cotidiano, pouca gente se lembra de que nem sempre tudo foi assim tão rápido, instantâneo e impessoal. Se os adultos esquecem logo, crianças e adolescentes nem sabem como os avós de seus avós se comunicavam. Há 15 dias, uma educadora no Recife, Niedja Santos, indagou a um grupo de estudantes quais os meios de comunicação que eles conheciam. Nenhum citou cartões-postais.

Pois eles já foram tão importantes que eram usados para troca de mensagens de amor, de amizade, de votos de felicidades e de versos enamorados que hoje podem parecer cafonas, mas que, entre os séculos XIX e XX, sugeriam apenas o sentimento movido a sonho e romantismo. Para se ter uma ideia de sua importância, basta lembrar um pouco da história: nasceram na Áustria, na segunda metade do século XIX, como um novo meio de correspondência. E a invenção de um professor de Economia chamado Emanuel Hermann fez tanto sucesso que, em apenas um ano, foram vendidos mais de dez milhões de unidades só no Império Austro-Húngaro. Depois, espalharam-se pelo mundo e eram aguardados com ansiedade.

- A moda dos cartões-postais, trazida da Europa, sobretudo da França, no início do século passado para o Recife de antigamente, tornou-se uma mania que invadiu toda a cidade - lembra o colecionador Liedo Maranhão, que passou meio século colecionando-os e reuniu mais de 600, 253 dos quais estão na exposição “Postaes: A correspondência afetiva na Coleção Liedo Maranhão”, no Centro Cultural dos Correios, na capital pernambucana.

O pesquisador, residente em Pernambuco, começou a se interessar pelo assunto vendo, ainda jovem, os postais que eram trocados na sua própria família. Depois, passou a comprá-los no Mercado São José, reduto da cultura popular do Recife, onde eram

encontrados em caixas de sapato ou pendurados em cordões para chamar a atenção dos visitantes. Boa parte da coleção vem daí. [...]

- Acho que seu impacto é justamente o de trazer para o mundo contemporâneo o *glamour* e o romantismo de um meio de comunicação tão usual no passado - afirma o curador Gustavo Maia.

- O que mais chama a atenção é o sentimento romântico como conceito, que pode ser percebido na delicadeza perdida de uma forma de comunicação que hoje está em desuso - reforça Bartira Ferraz, outra curadora da mostra. [...]

LINS, Leticia. Retratos de uma época. Revista O Globo, Rio de Janeiro, n. 353, p. 26-28, 1º maio 2011. Adaptado.

A ideia contida nos dois primeiros parágrafos é a de que

a) a necessidade de comunicação interpessoal desenvolveu-se só com a internet.

b) os cartões-postais eram, à sua época, considerados cafonas.

c) a atividade interpessoal realizada hoje pela internet era realizada, antes, similarmente por meio dos cartões-postais.

d) a importância dos cartões-postais se deveu ao fato de terem sido criados na Europa e, então, trazidos para o Brasil.

e) os cartões-postais eram o principal meio de correspondência entre os professores na Áustria.

Questão 39: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Administração de Materiais e Licitações/2011

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

RETRATOS DE UMA ÉPOCA

Mostra exhibe cartões-postais de um tempo que não volta mais

Em tempos de redes sociais e da presença cada vez maior da internet no cotidiano, pouca gente se recorda de que nem sempre tudo foi assim tão rápido, instantâneo e impessoal. Se os adultos esquecem logo, crianças e adolescentes nem sabem como os avós de seus avós se comunicavam. Há 15 dias, uma educadora no Recife, Niedja Santos, indagou a um grupo de estudantes quais os meios de comunicação que eles conheciam. Nenhum citou cartões-postais.

Pois eles já foram tão importantes que eram usados para troca de mensagens de amor, de amizade, de votos de felicidades e de versos enamorados que hoje podem parecer cafonas, mas que, entre os séculos XIX e XX, sugeriam apenas o sentimento movido a sonho e romantismo. Para se ter uma ideia de sua importância, basta lembrar um pouco da história: nasceram na Áustria, na segunda metade do século XIX, como um novo meio de correspondência. E a invenção de um professor de Economia chamado Emanuel Hermann fez tanto sucesso que, em apenas um ano, foram vendidos mais de

dez milhões de unidades só no Império Austro-Húngaro. Depois, espalharam-se pelo mundo e eram aguardados com ansiedade.

- A moda dos cartões-postais, trazida da Europa, sobretudo da França, no início do século passado para o Recife de antigamente, tornou-se uma mania que invadiu toda a cidade - lembra o colecionador Liedo Maranhão, que passou meio século colecionando-os e reuniu mais de 600, 253 dos quais estão na exposição “Postaes: A correspondência afetiva na Coleção Liedo Maranhão”, no Centro Cultural dos Correios, na capital pernambucana.

O pesquisador, residente em Pernambuco, começou a se interessar pelo assunto vendo, ainda jovem, os postais que eram trocados na sua própria família. Depois, passou a comprá-los no Mercado São José, reduto da cultura popular do Recife, onde eram encontrados em caixas de sapato ou pendurados em cordões para chamar a atenção dos visitantes. Boa parte da coleção vem daí. [...]

- Acho que seu impacto é justamente o de trazer para o mundo contemporâneo o *glamour* e o romantismo de um meio de comunicação tão usual no passado - afirma o curador Gustavo Maia.

- O que mais chama a atenção é o sentimento romântico como conceito, que pode ser percebido na delicadeza perdida de uma forma de comunicação que hoje está em desuso - reforça Bartira Ferraz, outra curadora da mostra. [...]

LINS, Leticia. Retratos de uma época. Revista O Globo, Rio de Janeiro, n. 353, p. 26-28, 1º maio 2011. Adaptado.

Pela leitura do texto, infere-se que a época do surgimento dos cartões-postais se caracterizava por

- a) lentidão e fugacidade
- b) vagareza e permanência
- c) indiferença e celeridade
- d) rapidez e solidariedade
- e) pessoalidade e velocidade

Questão 40: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Administração de Materiais e Licitações/2011

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

RETRATOS DE UMA ÉPOCA

Mostra exhibe cartões-postais de um tempo que não volta mais

Em tempos de redes sociais e da presença cada vez maior da internet no cotidiano, pouca gente se lembra de que nem sempre tudo foi assim tão rápido, instantâneo e impessoal. Se os adultos esquecem logo, crianças e adolescentes nem sabem como os avós de seus avós se comunicavam. Há 15 dias, uma educadora no Recife, Niedja

Santos, indagou a um grupo de estudantes quais os meios de comunicação que eles conheciam. Nenhum citou cartões-postais.

Pois eles já foram tão importantes que eram usados para troca de mensagens de amor, de amizade, de votos de felicidades e de versos enamorados que hoje podem parecer cafonas, mas que, entre os séculos XIX e XX, sugeriam apenas o sentimento movido a sonho e romantismo. Para se ter uma ideia de sua importância, basta lembrar um pouco da história: nasceram na Áustria, na segunda metade do século XIX, como um novo meio de correspondência. E a invenção de um professor de Economia chamado Emmanuel Hermann fez tanto sucesso que, em apenas um ano, foram vendidos mais de dez milhões de unidades só no Império Austro-Húngaro. Depois, espalharam-se pelo mundo e eram aguardados com ansiedade.

- A moda dos cartões-postais, trazida da Europa, sobretudo da França, no início do século passado para o Recife de antigamente, tornou-se uma mania que invadiu toda a cidade - lembra o colecionador Liedo Maranhão, que passou meio século colecionando-os e reuniu mais de 600, 253 dos quais estão na exposição “Postaes: A correspondência afetiva na Coleção Liedo Maranhão”, no Centro Cultural dos Correios, na capital pernambucana.

O pesquisador, residente em Pernambuco, começou a se interessar pelo assunto vendo, ainda jovem, os postais que eram trocados na sua própria família. Depois, passou a comprá-los no Mercado São José, reduto da cultura popular do Recife, onde eram encontrados em caixas de sapato ou pendurados em cordões para chamar a atenção dos visitantes. Boa parte da coleção vem daí. [...]

- Acho que seu impacto é justamente o de trazer para o mundo contemporâneo o *glamour* e o romantismo de um meio de comunicação tão usual no passado - afirma o curador Gustavo Maia.

- O que mais chama a atenção é o sentimento romântico como conceito, que pode ser percebido na delicadeza perdida de uma forma de comunicação que hoje está em desuso - reforça Bartira Ferraz, outra curadora da mostra. [...]

LINS, Leticia. Retratos de uma época. Revista O Globo, Rio de Janeiro, n. 353, p. 26-28, 1º maio 2011. Adaptado.

As afirmações abaixo relacionam-se ao professor Emmanuel Hermann.

I - Deixou de ser professor de Economia, após vender mais de dez milhões de postais.

II - Inventou os cartões-postais.

III - Nasceu na segunda metade do século XIX.

Está contido no texto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.

- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

Questão 41: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Administração de Materiais e Licitações/2011

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

RETRATOS DE UMA ÉPOCA

Mostra exhibe cartões-postais de um tempo que não volta mais

Em tempos de redes sociais e da presença cada vez maior da internet no cotidiano, pouca gente se recorda de que nem sempre tudo foi assim tão rápido, instantâneo e impessoal. Se os adultos esquecem logo, crianças e adolescentes nem sabem como os avós de seus avós se comunicavam. Há 15 dias, uma educadora no Recife, Niedja Santos, indagou a um grupo de estudantes quais os meios de comunicação que eles conheciam. Nenhum citou cartões-postais.

Pois eles já foram tão importantes que eram usados para troca de mensagens de amor, de amizade, de votos de felicidades e de versos enamorados que hoje podem parecer cafonas, mas que, entre os séculos XIX e XX, sugeriam apenas o sentimento movido a sonho e romantismo. Para se ter uma ideia de sua importância, basta lembrar um pouco da história: nasceram na Áustria, na segunda metade do século XIX, como um novo meio de correspondência. E a invenção de um professor de Economia chamado Emmanuel Hermann fez tanto sucesso que, em apenas um ano, foram vendidos mais de dez milhões de unidades só no Império Austro-Húngaro. Depois, espalharam-se pelo mundo e eram aguardados com ansiedade.

- A moda dos cartões-postais, trazida da Europa, sobretudo da França, no início do século passado para o Recife de antigamente, tornou-se uma mania que invadiu toda a cidade - lembra o colecionador Liedo Maranhão, que passou meio século colecionando-os e reuniu mais de 600, 253 dos quais estão na exposição “Postaes: A correspondência afetiva na Coleção Liedo Maranhão”, no Centro Cultural dos Correios, na capital pernambucana.

O pesquisador, residente em Pernambuco, começou a se interessar pelo assunto vendo, ainda jovem, os postais que eram trocados na sua própria família. Depois, passou a comprá-los no Mercado São José, reduto da cultura popular do Recife, onde eram encontrados em caixas de sapato ou pendurados em cordões para chamar a atenção dos visitantes. Boa parte da coleção vem daí. [...]

- Acho que seu impacto é justamente o de trazer para o mundo contemporâneo o *glamour* e o romantismo de um meio de comunicação tão usual no passado - afirma o curador Gustavo Maia.

- O que mais chama a atenção é o sentimento romântico como conceito, que pode ser percebido na delicadeza perdida de uma forma de comunicação que hoje está em desuso - reforça Bartira Ferraz, outra curadora da mostra. [...]

LINS, Leticia. Retratos de uma época. *Revista O Globo*, Rio de Janeiro, n. 353, p. 26-28, 1º maio 2011. Adaptado.

Em um cartão-postal, lê-se o seguinte:

“Teu celestial sorriso / Me alegra, encanta e fascina, / Prometendo um paraíso, / Onde serás luz divina:”

A relação entre o trecho destacado e a explicação ao seu lado está correta em:

- a) “Teu celestial sorriso” - o sorriso de quem remete o cartão.
- b) “[...] encanta e fascina” - o destinatário é encantado, fascinado pelo sorriso.
- c) “Prometendo um paraíso” - o remetente infere no sorriso uma promessa.
- d) “Onde serás luz [...]” - a palavra **onde** remete ao sorriso.
- e) “[...] serás luz divina” - a luz é proveniente do céu e inerente ao paraíso.

Questão 42: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Análise Estratégica em Ciência, Tecnologia e Inovação/2014

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

A polêmica das biografias

A liberdade de expressão está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: honra, privacidade etc.

A jornalista Hildegard Angel fulminou no Twitter: “Num país em que a Justiça é caolha, não dá para liberar geral as biografias de bandeja pros grupos editoriais argentários”.

A controvérsia em torno das biografias é a prova da desditosa barafunda institucional que atormenta o Brasil. Nos códigos das sociedades modernas, aquelas que acolheram os princípios do Estado Democrático de Direito, a liberdade de expressão está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: a privacidade, a honra, o direito de resposta a ofensas e desqualificações lançadas publicamente contra a integridade moral dos indivíduos.

Em 17 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmava: “O desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum”.

Em 2008, escrevi um artigo para celebrar os 60 anos da declaração. Naquela ocasião, percebi claramente que os fantasmas dos traumas nascidos das experiências totalitárias dos anos 1930 ainda assombram os homens, seus direitos e liberdades.

Segundo a declaração, são consideradas intoleráveis as interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência - atenção! -, tampouco são toleráveis ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques. O cidadão (note o leitor, o cidadão) tem direito à liberdade de opinião e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

É proibido proibir, assim como é garantido o direito de retrucar e processar. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, sugeriu a imposição de pesadas penas pecuniárias aos detratores “argentários” que se valem das inaceitáveis demoras da Justiça.

No Brasil de hoje não impera a expressão livre das ideias, mas predomina o que Deleuze chamou de Poder das Potências. Já tratei aqui desse tema, mas vou insistir. Nos tempos da sociedade de massa e do aparato de comunicação abrigado na grande mídia, as Potências estão desinteressadas em sufocar a crítica ou as ideias desviantes. Não se ocupam mais dessa banalidade. Elas se dedicam a algo muito mais importante: fabricam os espaços da literatura, do econômico, do político, espaços completamente reacionários, pré-moldados e massacrantes. “É bem pior que uma censura”, continua Deleuze, “pois a censura provoca efervescências subterrâneas, mas as Potências querem tornar isso impossível”.

Nos espaços fabricados pelas Potências não é possível manter conversações, porque neles a norma não é a argumentação, mas o exercício da animosidade sob todos os seus disfarces, a prática desbragada da agressividade a propósito de tudo e de todos, presentes ou ausentes, amigos ou inimigos. Não se trata de compreender o outro, mas de vigiá-lo. “Estranho ideal policialesco, o de ser a má consciência de alguém”, diz Deleuze.

As redes sociais, onde as ideias e as opiniões deveriam trafegar livremente, se transformaram num espaço policialesco em que a crítica é substituída pela vigilância. A vigilância exige convicções esféricas, maciças, impenetráveis, perfeitas. A vigilância deve adquirir aquela solidez própria da turba enfurecida, disposta ao linchamento.

A Declaração dos Direitos Humanos, na esteira do pensamento liberal e progressista dos séculos XIX e XX, imaginou que a igualdade e a diferença seriam indissociáveis na sociedade moderna e deveriam subsistir reconciliadas, sob as leis de um Estado ético. Esse Estado permitiria ao cidadão preservar sua diferença em relação aos outros e, ao mesmo tempo, harmonizá-la entre si, manter a integridade do todo. Mas as transformações econômicas das sociedades modernas suscitaram o bloqueio das tentativas de impor o Estado ético e reforçaram, na verdade, a fragmentação e o individualismo agressivo e “argentário”. Assim, a “ética” contemporânea não é capaz de resistir à degradação das liberdades e sua transmutação em arma de vigilância e de assassinato de reputações.

BELLUZZO Luiz Gonzaga. **A polêmica das biografias**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/771/a-polemica--das-biografias-3204.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

De acordo com o autor, a preservação do direito à diferença pelo Estado, pretendida pela Declaração dos Direitos Humanos, não se realiza na atualidade pelo seguinte aspecto:

- a) degradação dos valores morais consolidados pelas famílias
- b) reações violentas dos jovens à censura promovida pela ação policial
- c) caráter acentuado do isolamento pessoal em redes sociais
- d) exercício do poder econômico em reforço ao individualismo
- e) aumento do encaminhamento dos conflitos por vias judiciais

Questão 43: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Análise Estratégica em Ciência, Tecnologia e Inovação/2014

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

A polêmica das biografias

A liberdade de expressão está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: honra, privacidade etc.

A jornalista Hildegard Angel fulminou no Twitter: “Num país em que a Justiça é caolha, não dá para liberar geral as biografias de bandeja pros grupos editoriais argentários”.

A controvérsia em torno das biografias é a prova da desditosa barafunda institucional que atormenta o Brasil. Nos códigos das sociedades modernas, aquelas que acolheram os princípios do Estado Democrático de Direito, a liberdade de expressão está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: a privacidade, a honra, o direito de resposta a ofensas e desqualificações lançadas publicamente contra a integridade moral dos indivíduos.

Em 17 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmava: “O desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum”.

Em 2008, escrevi um artigo para celebrar os 60 anos da declaração. Naquela ocasião, percebi claramente que os fantasmas dos traumas nascidos das experiências totalitárias dos anos 1930 ainda assombram os homens, seus direitos e liberdades.

Segundo a declaração, são consideradas intoleráveis as interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência - atenção! -, tampouco são toleráveis ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques. O cidadão (note o leitor, o cidadão) tem direito à liberdade de opinião e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

É proibido proibir, assim como é garantido o direito de retrucar e processar. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, sugeriu a imposição de pesadas penas pecuniárias aos detratores “argentários” que se valem das inaceitáveis demoras da Justiça.

No Brasil de hoje não impera a expressão livre das ideias, mas predomina o que Deleuze chamou de Poder das Potências. Já tratei aqui desse tema, mas vou insistir. Nos tempos da sociedade de massa e do aparato de comunicação abrigado na grande mídia, as Potências estão desinteressadas em sufocar a crítica ou as ideias desviantes. Não se ocupam mais dessa banalidade. Elas se dedicam a algo muito mais importante: fabricam os espaços da literatura, do econômico, do político, espaços completamente reacionários, pré-moldados e massacrantes. “É bem pior que uma censura”, continua Deleuze, “pois a censura provoca efervescências subterrâneas, mas as Potências querem tornar isso impossível”.

Nos espaços fabricados pelas Potências não é possível manter conversações, porque neles a norma não é a argumentação, mas o exercício da animosidade sob todos os seus disfarces, a prática desbragada da agressividade a propósito de tudo e de todos, presentes ou ausentes, amigos ou inimigos. Não se trata de compreender o outro, mas de vigiá-lo. “Estranho ideal policialesco, o de ser a má consciência de alguém”, diz Deleuze.

As redes sociais, onde as ideias e as opiniões deveriam trafegar livremente, se transformaram num espaço policialesco em que a crítica é substituída pela vigilância. A vigilância exige convicções esféricas, maciças, impenetráveis, perfeitas. A vigilância deve adquirir aquela solidez própria da turba enfurecida, disposta ao linchamento.

A Declaração dos Direitos Humanos, na esteira do pensamento liberal e progressista dos séculos XIX e XX, imaginou que a igualdade e a diferença seriam indissociáveis na sociedade moderna e deveriam subsistir reconciliadas, sob as leis de um Estado ético. Esse Estado permitiria ao cidadão preservar sua diferença em relação aos outros e, ao mesmo tempo, harmonizá-la entre si, manter a integridade do todo. Mas as transformações econômicas das sociedades modernas suscitaram o bloqueio das tentativas de impor o Estado ético e reforçaram, na verdade, a fragmentação e o individualismo agressivo e “argentário”. Assim, a “ética” contemporânea não é capaz de resistir à degradação das liberdades e sua transmutação em arma de vigilância e de assassinato de reputações.

BELLUZZO Luiz Gonzaga. **A polêmica das biografias**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/771/a-polemica--das-biografias-3204.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

No quarto parágrafo, o emprego da primeira pessoa do singular ressalta o seguinte aspecto:

- a) reivindica estatuto de obra literária.
- b) reforça autoridade do autor para tratar do tema.
- c) atribui caráter meramente histórico à enunciação.
- d) confere um tom confessional reiterado no texto.

e) destaca isolamento do autor em relação à posição majoritária.

Questão 44: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Análise Estratégica em Ciência, Tecnologia e Inovação/2014

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

A polêmica das biografias

A liberdade de expressão está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: honra, privacidade etc.

A jornalista Hildegard Angel fulminou no Twitter: “Num país em que a Justiça é caolha, não dá para liberar geral as biografias de bandeja pros grupos editoriais argentários”.

A controvérsia em torno das biografias é a prova da desditosa barafunda institucional que atormenta o Brasil. Nos códigos das sociedades modernas, aquelas que acolheram os princípios do Estado Democrático de Direito, a liberdade de expressão está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: a privacidade, a honra, o direito de resposta a ofensas e desqualificações lançadas publicamente contra a integridade moral dos indivíduos.

Em 17 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmava: “O desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum”.

Em 2008, escrevi um artigo para celebrar os 60 anos da declaração. Naquela ocasião, percebi claramente que os fantasmas dos traumas nascidos das experiências totalitárias dos anos 1930 ainda assombram os homens, seus direitos e liberdades.

Segundo a declaração, são consideradas intoleráveis as interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência - atenção! -, tampouco são toleráveis ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques. **O cidadão (note o leitor, o cidadão) tem direito à liberdade de opinião e de expressão.** Esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

É proibido proibir, assim como é garantido o direito de retrucar e processar. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, sugeriu a imposição de pesadas penas pecuniárias aos detratores “argentários” que se valem das inaceitáveis demoras da Justiça.

No Brasil de hoje não impera a expressão livre das ideias, mas predomina o que Deleuze chamou de Poder das Potências. Já tratei aqui desse tema, mas vou insistir. Nos tempos da sociedade de massa e do aparato de comunicação abrigado na grande mídia, as Potências estão desinteressadas em sufocar a crítica ou as ideias desviantes. Não se

ocupam mais dessa banalidade. Elas se dedicam a algo muito mais importante: fabricam os espaços da literatura, do econômico, do político, espaços completamente reacionários, pré-moldados e massacrantes. “É bem pior que uma censura”, continua Deleuze, “pois a censura provoca efervescências subterrâneas, mas as Potências querem tornar isso impossível”.

Nos espaços fabricados pelas Potências não é possível manter conversações, porque neles a norma não é a argumentação, mas o exercício da animosidade sob todos os seus disfarces, a prática desbragada da agressividade a propósito de tudo e de todos, presentes ou ausentes, amigos ou inimigos. Não se trata de compreender o outro, mas de vigiá-lo. “Estranho ideal policialesco, o de ser a má consciência de alguém”, diz Deleuze.

As redes sociais, onde as ideias e as opiniões deveriam trafegar livremente, se transformaram num espaço policialesco em que a crítica é substituída pela vigilância. A vigilância exige convicções esféricas, maciças, impenetráveis, perfeitas. A vigilância deve adquirir aquela solidez própria da turba enfurecida, disposta ao linchamento.

A Declaração dos Direitos Humanos, na esteira do pensamento liberal e progressista dos séculos XIX e XX, imaginou que a igualdade e a diferença seriam indissociáveis na sociedade moderna e deveriam subsistir reconciliadas, sob as leis de um Estado ético. Esse Estado permitiria ao cidadão preservar sua diferença em relação aos outros e, ao mesmo tempo, harmonizá-la entre si, manter a integridade do todo. Mas as transformações econômicas das sociedades modernas suscitarão o bloqueio das tentativas de impor o Estado ético e reforçaram, na verdade, a fragmentação e o individualismo agressivo e “argentário”. Assim, a “ética” contemporânea não é capaz de resistir à degradação das liberdades e sua transmutação em arma de vigilância e de assassinato de reputações.

BELLUZZO Luiz Gonzaga. **A polêmica das biografias**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/771/a-polemica-das-biografias-3204.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

Considere o emprego do verbo em destaque, na frase abaixo.

“O cidadão (**note** o leitor, o cidadão) tem direito à liberdade de opinião e de expressão.”

No texto, esse verbo tem o papel de

- a) sugerir polêmica
- b) indicar objetividade
- c) marcar interlocução
- d) garantir veracidade
- e) expressar informalidade

Questão 45: CESGRANRIO - Ana (FINEP)/FINEP/Análise Estratégica em Ciência, Tecnologia e Inovação/2014

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

A polêmica das biografias

A liberdade de expressão está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: honra, privacidade etc.

A jornalista Hildegard Angel fulminou no Twitter: “Num país em que a Justiça é caolha, não dá para liberar geral as biografias de bandeja pros grupos editoriais argentários”.

A controvérsia em torno das biografias é a prova da desditosa barafunda institucional que atormenta o Brasil^(a). Nos códigos das sociedades modernas, aquelas que acolheram os princípios do Estado Democrático de Direito, a liberdade de expressão está sujeita aos limites impostos pelas demais prerrogativas dos cidadãos: a privacidade, a honra, o direito de resposta a ofensas e desqualificações lançadas publicamente contra a integridade moral dos indivíduos.

Em 17 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmava: “O desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum”.

Em 2008, escrevi um artigo para celebrar os 60 anos da declaração. Naquela ocasião, percebi claramente que os fantasmas dos traumas nascidos das experiências totalitárias dos anos 1930 ainda assombram os homens, seus direitos e liberdades.

Segundo a declaração, são consideradas intoleráveis as interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência - atenção! -, tampouco são toleráveis ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques. O cidadão (note o leitor, o cidadão) tem direito à liberdade de opinião e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

É proibido proibir, assim como é garantido o direito de retrucar e processar^(b). O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, sugeriu a imposição de pesadas penas pecuniárias aos detratores “argentários” que se valem das inaceitáveis demoras da Justiça.

No Brasil de hoje não impera a expressão livre das ideias, mas predomina o que Deleuze chamou de Poder das Potências^(c). Já tratei aqui desse tema, mas vou insistir. Nos tempos da sociedade de massa e do aparato de comunicação abrigado na grande mídia, as Potências estão desinteressadas em sufocar a crítica ou as ideias desviantes. Não se ocupam mais dessa banalidade. Elas se dedicam a algo muito mais importante: fabricam os espaços da literatura, do econômico, do político, espaços completamente reacionários, pré-moldados e massacrantes. “É bem pior que uma censura”, continua

Deleuze, “pois a censura provoca efervescências subterrâneas, mas as Potências querem tornar isso impossível”.

Nos espaços fabricados pelas Potências não é possível manter conversações, porque neles a norma não é a argumentação, mas o exercício da animosidade sob todos os seus disfarces, a prática desbragada da agressividade a propósito de tudo e de todos, presentes ou ausentes, amigos ou inimigos. Não se trata de compreender o outro, mas de vigiá-lo. “Estranho ideal policialesco, o de ser a má consciência de alguém”, diz Deleuze.

As redes sociais, onde as ideias e as opiniões deveriam trafegar livremente, se transformaram num espaço policialesco em que a crítica é substituída pela vigilância. A vigilância exige convicções esféricas, maciças, impenetráveis, perfeitas. **A vigilância deve adquirir aquela solidez própria da turba enfurecida, disposta ao linchamento⁶.**

A Declaração dos Direitos Humanos, na esteira do pensamento liberal e progressista dos séculos XIX e XX, imaginou que a igualdade e a diferença seriam indissociáveis na sociedade moderna e deveriam subsistir reconciliadas, sob as leis de um Estado ético. **Esse Estado permitiria ao cidadão preservar sua diferença em relação aos outros e, ao mesmo tempo, harmonizá-la entre si, manter a integridade do todo⁶.** Mas as transformações econômicas das sociedades modernas suscitaram o bloqueio das tentativas de impor o Estado ético e reforçaram, na verdade, a fragmentação e o individualismo agressivo e “argentário”. Assim, a “ética” contemporânea não é capaz de resistir à degradação das liberdades e sua transmutação em arma de vigilância e de assassinato de reputações.

BELLUZZO Luiz Gonzaga. **A polêmica das biografias**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/771/a-polemica--das-biografias-3204.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

A frase que resume o ponto de vista do autor sobre a polêmica central tratada pelo texto é:

- a) “A controvérsia em torno das biografias é a prova da desditosa barafunda institucional que atormenta o Brasil.”
- b) “É proibido proibir, assim como é garantido o direito de retrucar e processar.”
- c) “No Brasil de hoje não impera a expressão livre das ideias, mas predomina o que Deleuze chamou de Poder das Potências.”
- d) “A vigilância deve adquirir aquela solidez própria da turba enfurecida, disposta ao linchamento.
- e) “Esse Estado permitiria ao cidadão preservar sua diferença em relação aos outros e, ao mesmo tempo, harmonizá-la entre si, manter a integridade do todo.”

Questão 46: CESGRANRIO - Admin (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

Texto I

O gigolô das palavras

Quatro ou cinco grupos diferentes de alunos do Farroupilha estiveram lá em casa numa mesma missão, designada por seu professor de Português: saber se eu considerava o estudo da Gramática indispensável para aprender e usar a nossa ou qualquer outra língua. Suspeitei de saída que o tal professor lia esta coluna, se descabelava diariamente com suas afrontas às leis da língua, e aproveitava aquela oportunidade para me desmascarar. Já estava até preparando, às pressas, minha defesa (“Culpa da revisão! Culpa da revisão!”). Mas os alunos desfizeram o equívoco antes que ele se criasse. Eles mesmos tinham escolhido os nomes a serem entrevistados. Vocês têm certeza que não pegaram o Veríssimo errado? Não. Então vamos em frente.

Respondi que a linguagem, qualquer linguagem, é um meio de comunicação e que deve ser julgada exclusivamente como tal. Respeitadas algumas regras básicas da Gramática, para evitar os vexames mais gritantes, as outras são dispensáveis. A sintaxe é uma questão de uso, não de princípios. Escrever bem é escrever claro, não necessariamente certo. Por exemplo: dizer “escrever claro” não é certo, mas é claro, certo? O importante é comunicar. (E quando possível surpreender, iluminar, divertir, mover... Mas aí entramos na área do talento, que também não tem nada a ver com Gramática.) A Gramática é o esqueleto da língua. [...] É o esqueleto que nos traz de pé, mas ele não informa nada, como a Gramática é a estrutura da língua, mas sozinha não diz nada, não tem futuro. As múmias conversam entre si em Gramática pura.

Claro que eu não disse isso tudo para meus entrevistadores. E adverti que minha implicância com a Gramática na certa se devia à minha pouca intimidade com ela. Sempre fui péssimo em Português. Mas - isso eu disse - vejam vocês, a intimidade com a Gramática é tão dispensável que eu ganho a vida escrevendo, apesar da minha total inocência na matéria. Sou um gigolô das palavras. Vivo às suas custas. E tenho com elas exemplar conduta de um cáften profissional. Abuso delas. Só uso as que eu conheço, as desconhecidas são perigosas e potencialmente traiçoeiras. Exijo submissão. Não raro, peço delas flexões inomináveis para satisfazer um gosto passageiro. Maltrato-as, sem dúvida. E jamais me deixo dominar por elas. [...]

Um escritor que passasse a respeitar a intimidade gramatical das suas palavras seria tão ineficiente quanto um gigolô que se apaixonasse pelo seu plantel.

VERISSIMO, Luis Fernando. O gigolô das palavras. In: LUFT, Celso Pedro. Língua e liberdade: por uma nova concepção de língua materna e seu ensino. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 36. Adaptado.

Texto II

Aula de português

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.
A linguagem
na superfície estrelada de letras,

sabe lá o que ela quer dizer?
Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
o Amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, equipáticas,
atropelam-me, aturdam-me, sequestram-me.
Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.
O português são dois; o outro, mistério.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Aula de português. In: **Reunião**: 10 livros de poesia. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974. p. 81.

Segundo os Textos I e II, a linguagem é

- a) difícil
- b) plural
- c) uniforme
- d) desregrada
- e) dispensável

Questão 47: CESGRANRIO - Admin (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

Texto I

O gigolô das palavras

Quatro ou cinco grupos diferentes de alunos do Farroupilha estiveram lá em casa numa mesma missão, designada por seu professor de Português: saber se eu considerava o estudo da Gramática indispensável para aprender e usar a nossa ou qualquer outra língua. Suspeitei de saída que o tal professor lia esta coluna, se descabelava diariamente com suas afrontas às leis da língua, e aproveitava aquela oportunidade para me desmascarar. Já estava até preparando, às pressas, minha defesa (“Culpa da revisão! Culpa da revisão!”). Mas os alunos desfizeram o equívoco antes que ele se criasse. Eles mesmos tinham escolhido os nomes a serem entrevistados. Vocês têm certeza que não pegaram o Veríssimo errado? Não. Então vamos em frente.

Respondi que a linguagem, qualquer linguagem, é um meio de comunicação e que deve ser julgada exclusivamente como tal. Respeitadas algumas regras básicas da Gramática, para evitar os vexames mais gritantes, as outras são dispensáveis. A sintaxe é uma questão de uso, não de princípios. Escrever bem é escrever claro, não necessariamente certo. Por exemplo: dizer “escrever claro” não é certo, mas é claro, certo? O importante é comunicar. (E quando possível surpreender, iluminar, divertir,

mover... Mas aí entramos na área do talento, que também não tem nada a ver com Gramática.) A Gramática é o esqueleto da língua. [...] É o esqueleto que nos traz de pé, mas ele não informa nada, como a Gramática é a estrutura da língua, mas sozinha não diz nada, não tem futuro. As múmias conversam entre si em Gramática pura.

Claro que eu não disse isso tudo para meus entrevistadores. E adverti que minha implicância com a Gramática na certa se devia à minha pouca intimidade com ela. Sempre fui péssimo em Português. Mas - isso eu disse - vejam vocês, a intimidade com a Gramática é tão dispensável que eu ganho a vida escrevendo, apesar da minha total inocência na matéria. Sou um gigolô das palavras. Vivo às suas custas. E tenho com elas exemplar conduta de um cáfeten profissional. Abuso delas. Só uso as que eu conheço, as desconhecidas são perigosas e potencialmente traiçoeiras. Exijo submissão. Não raro, peço delas flexões inomináveis para satisfazer um gosto passageiro. Maltrato-as, sem dúvida. E jamais me deixo dominar por elas. [...]

Um escritor que passasse a respeitar a intimidade gramatical das suas palavras seria tão ineficiente quanto um gigolô que se apaixonasse pelo seu plantel.

VERISSIMO, Luis Fernando. O gigolô das palavras. In: LUFT, Celso Pedro. Língua e liberdade: por uma nova concepção de língua materna e seu ensino. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 36. Adaptado.

Texto II

Aula de português

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.
A linguagem
na superfície estrelada de letras,
sabe lá o que ela quer dizer?
Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
o amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, equipáticas,
atropelam-me, aturdem-me, sequestram-me.
Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.
O português são dois; o outro, mistério.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Aula de português. In: *Reunião*: 10 livros de poesia. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974. p. 81.

O cronista do Texto I e o poeta do Texto II constroem opiniões convergentes a respeito da figura do professor de Português.

De acordo com esse ponto de vista, o professor, em relação ao saber gramatical dos outros, mostra-se

- a) alheio
- b) superior
- c) incoerente
- d) compreensivo
- e) condescendente

Questão 48: CESGRANRIO - Admin (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

Texto I

O gigolô das palavras

Quatro ou cinco grupos diferentes de alunos do Farroupilha estiveram lá em casa numa mesma missão, designada por seu professor de Português: saber se eu considerava o estudo da Gramática indispensável para aprender e usar a nossa ou qualquer outra língua. Suspeitei de saída que o tal professor lia esta coluna, se descabelava diariamente com suas afrontas às leis da língua, e aproveitava aquela oportunidade para me desmascarar. Já estava até preparando, às pressas, minha defesa (“Culpa da revisão! Culpa da revisão!”). Mas os alunos desfizeram o equívoco antes que ele se criasse. Eles mesmos tinham escolhido os nomes a serem entrevistados. Vocês têm certeza que não pegaram o Veríssimo errado? Não. Então vamos em frente.

Respondi que a linguagem, qualquer linguagem, é um meio de comunicação e que deve ser julgada exclusivamente como tal. Respeitadas algumas regras básicas da Gramática, para evitar os vexames mais gritantes, as outras são dispensáveis. A sintaxe é uma questão de uso, não de princípios. Escrever bem é escrever claro, não necessariamente certo. Por exemplo: dizer “escrever claro” não é certo, mas é claro, certo? O importante é comunicar. (E quando possível surpreender, iluminar, divertir, mover... Mas aí entramos na área do talento, que também não tem nada a ver com Gramática.) A Gramática é o esqueleto da língua. [...] É o esqueleto que nos traz de pé, mas ele não informa nada, como a Gramática é a estrutura da língua, mas sozinha não diz nada, não tem futuro. As múmias conversam entre si em Gramática pura.

Claro que eu não disse isso tudo para meus entrevistadores. E adverti que minha implicância com a Gramática na certa se devia à minha pouca intimidade com ela. Sempre fui péssimo em Português. Mas - isso eu disse - vejam vocês, a intimidade com a Gramática é tão dispensável que eu ganho a vida escrevendo, apesar da minha total inocência na matéria. Sou um gigolô das palavras. Vivo às suas custas. E tenho com elas exemplar conduta de um cáften profissional. Abuso delas. Só uso as que eu conheço, as desconhecidas são perigosas e potencialmente traiçoeiras. Exijo submissão. Não raro, peço delas flexões inomináveis para satisfazer um gosto passageiro. Maltrato-as, sem dúvida. E jamais me deixo dominar por elas. [...]

Um escritor que passasse a respeitar a intimidade gramatical das suas palavras seria tão ineficiente quanto um gigolô que se apaixonasse pelo seu plantel.

VERISSIMO, Luis Fernando. O gigolô das palavras. In: LUFT, Celso Pedro. Língua e liberdade: por uma nova concepção de língua materna e seu ensino. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 36. Adaptado.

Texto II

Aula de português

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.
A linguagem
na superfície estrelada de letras,
sabe lá o que ela quer dizer?
Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
o amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, equipáticas,
atropelam-me, aturdem-me, sequestram-me.
Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.
O português são dois; o outro, mistério.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Aula de português. In: **Reunião**: 10 livros de poesia. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974. p. 81.

O “gigolô das palavras”, como o cronista se caracteriza no Texto I, entende sua escrita como

- a) inferior
- b) medrosa
- c) submissa
- d) subversiva
- e) equivocada

Questão 49: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2010

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

O Homem e o Universo
Somos criaturas espirituais num cosmo que só
mostra indiferença

Algo paradoxal ocorre quando nos deparamos com nossa “pequenez” perante a Natureza.

Por um lado, vemo-nos como seres especiais, superiores, capazes de construir tantas coisas, de criar o belo, de transformar o mundo através da manipulação de matéria-prima, da pedra bruta ao diamante, da terra inerte ao monumento cheio de significado, dos elementos químicos a plásticos, aviões, bolas e pontes. Somos artesãos, meio como as formigas, que constroem seus formigueiros aos poucos, trazendo coisas daqui e dali, erigindo seus abrigos contra as intempéries do mundo.

Por outro lado, vemos nossas obras destruídas em segundos por cataclismas naturais, prédios que desabam, cidades submersas por rios e oceanos ou por cinzas e lava, nossas criações arruinadas em segundos, feito os formigueiros que são achatados sob as sandálias de uma criança, causando pânico geral entre os insetos.

O paradoxo se intensifica mais quando olhamos para o céu e vemos a escuridão da noite ou o azul vago do dia, aparentemente estendendo-se ao infinito, uma casa sem paredes ou teto, sem uma fronteira demarcada. E se pensamos que cada estrela é um sol, e que tantas delas têm sua corte de planetas, fica difícil evitar a questão da nossa existência cósmica, se estamos aqui por algum motivo, se existem outros seres como nós - ou talvez muito diferentes - mas que, por pensar, também se inquietam com essas questões, buscando significado num cosmo que só mostra indiferença.

O que sabemos dos nossos vizinhos cósmicos, os outros planetas do Sistema Solar, não inspira muito calor humano. Vemos mundos belíssimos e hostis à vida, borbulhantes ou frígidos, cobertos por pedras inertes ou por moléculas que parecem traçar uma trilha interrompida, que ia a algum lugar mas, no meio do caminho, esqueceu o seu destino. Só aqui, na Terra, a trilha seguiu em frente, criou seres de formas diversas e exuberantes, compromissos entre as exigências ambientais e a química delicada da vida.

Se continuarmos nossa viagem para longe daqui, veremos nossa galáxia, soberana, casa de 300 bilhões de estrelas, número não tão diferente do total de neurônios no cérebro humano. A pequenez é ainda maior quando pensamos que a Terra, e mesmo o Sistema Solar inteiro, não passa de um ponto insignificante nessa espiral brilhante que se estende por 100 mil anos-luz. Porém, se o que vemos no Sistema Solar, a incrível diversidade de seus planetas e luas, é uma indicação, imagine que surpresas nos esperam em trilhões de outros mundos, cada um grão de areia numa praia.

Ao olhar para o Universo, o homem é nada. Ao olhar para o Universo, o homem é tudo. Esse é o paradoxo da nossa existência, sermos criaturas espirituais num mundo que não se presta a questionamentos profundos, um mundo que segue, resoluto, o seu curso, que procuramos entender com nossa ciência e, de forma distinta, com nossa arte.

Talvez esse paradoxo não tenha uma resolução.

Talvez seja melhor que não tenha. Pois é dessa inquietação do ser que criamos significado, conhecimento e aprendemos a lidar com o mundo e com nós mesmos. Se respondemos a uma pergunta, devemos estar prontos a fazer outra. Se nos perdemos na vastidão do cosmo, se sentimos o peso de sermos as únicas criaturas a questionar o

porquê das coisas, devemos também celebrar a nossa existência breve. Ao que parece, somos a consciência cósmica, somos como o Universo pensa sobre si mesmo.

Marcelo Gleiser, Folha de São Paulo, 31 de janeiro de 2010.

O texto “O Homem e o Universo” tem como cerne um paradoxo. O paradoxo de que trata o texto se dá entre

- a) a reflexão do ser humano e a indiferença do Universo.
- b) a breve existência humana e a infinitude do Universo.
- c) a consciência cósmica humana e o vasto Universo.
- d) a pequenez do ser humano e o universo imensurável.
- e) a pergunta e a resposta que cada pergunta gera.

Questão 50: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2010

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

O Homem e o Universo
Somos criaturas espirituais num cosmo que só
mostra indiferença

Algo paradoxal ocorre quando nos deparamos com nossa “pequenez” perante a Natureza.

Por um lado, vemo-nos como seres especiais, superiores, capazes de construir tantas coisas, de criar o belo, de transformar o mundo através da manipulação de matéria-prima, da pedra bruta ao diamante, da terra inerte ao monumento cheio de significado, dos elementos químicos a plásticos, aviões, bolas e pontes. Somos artesãos, meio como as formigas, que constroem seus formigueiros aos poucos, trazendo coisas daqui e dali, erigindo seus abrigos contra as intempéries do mundo.

Por outro lado, vemos nossas obras destruídas em segundos por cataclismas naturais, prédios que desabam, cidades submersas por rios e oceanos ou por cinzas e lava, nossas criações arruinadas em segundos, feito os formigueiros que são achatados sob as sandálias de uma criança, causando pânico geral entre os insetos.

O paradoxo se intensifica mais quando olhamos para o céu e vemos a escuridão da noite ou o azul vago do dia, aparentemente estendendo-se ao infinito, uma casa sem paredes ou teto, sem uma fronteira demarcada. E se pensamos que cada estrela é um sol, e que tantas delas têm sua corte de planetas, fica difícil evitar a questão da nossa existência cósmica, se estamos aqui por algum motivo, se existem outros seres como nós - ou talvez muito diferentes - mas que, por pensar, também se inquietam com essas questões, buscando significado num cosmo que só mostra indiferença.

O que sabemos dos nossos vizinhos cósmicos, os outros planetas do Sistema Solar, não inspira muito calor humano. Vemos mundos belíssimos e hostis à vida, borbulhantes ou frígidos, cobertos por pedras inertes ou por moléculas que parecem traçar uma trilha

interrompida, que ia a algum lugar mas, no meio do caminho, esqueceu o seu destino. Só aqui, na Terra, a trilha seguiu em frente, criou seres de formas diversas e exuberantes, compromissos entre as exigências ambientais e a química delicada da vida.

Se continuarmos nossa viagem para longe daqui, veremos nossa galáxia, soberana, casa de 300 bilhões de estrelas, número não tão diferente do total de neurônios no cérebro humano. A pequenez é ainda maior quando pensamos que a Terra, e mesmo o Sistema Solar inteiro, não passa de um ponto insignificante nessa espiral brilhante que se estende por 100 mil anos-luz. Porém, se o que vemos no Sistema Solar, a incrível diversidade de seus planetas e luas, é uma indicação, imagine que surpresas nos esperam em trilhões de outros mundos, cada um grão de areia numa praia.

Ao olhar para o Universo, o homem é nada. Ao olhar para o Universo, o homem é tudo. Esse é o paradoxo da nossa existência, sermos criaturas espirituais num mundo que não se presta a questionamentos profundos, um mundo que segue, resoluto, o seu curso, que procuramos entender com nossa ciência e, de forma distinta, com nossa arte.

Talvez esse paradoxo não tenha uma resolução.

Talvez seja melhor que não tenha. Pois é dessa inquietação do ser que criamos significado, conhecimento e aprendemos a lidar com o mundo e com nós mesmos. Se respondemos a uma pergunta, devemos estar prontos a fazer outra. Se nos perdemos na vastidão do cosmo, se sentimos o peso de sermos as únicas criaturas a questionar o porquê das coisas, devemos também celebrar a nossa existência breve. Ao que parece, somos a consciência cósmica, somos como o Universo pensa sobre si mesmo.

Marcelo Gleiser, Folha de São Paulo, 31 de janeiro de 2010.

Observe as afirmativas feitas a partir do quarto parágrafo.

I - Para que haja vida, deve existir um equilíbrio entre as condições do ambiente e as ações e transformações dos elementos.

II - Os outros planetas do Sistema Solar estão tão afastados que não produzem calor para os seres humanos.

III - Em algum planeta do Sistema Solar, existem elementos que poderiam se transformar em formas de vida.

Está correto **APENAS** o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

Questão 51: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2014**Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)****Pessoa em pessoa**

Existe uma ironia ao fazer-se um guia a partir de um roteiro turístico escrito por Fernando Pessoa: embora ele tenha detalhado cada ponto de Lisboa, cidade onde nasceu e viveu, o maior poeta português não gostava de viajar. Se saiu, foi muito pouco, e só deixou a sua cidade natal em raras ocasiões. Numa delas, por motivos familiares, viveu um período em Durban, na antiga colônia inglesa na África do Sul. Após a morte do pai, a sua mãe casou-se com o militar João Miguel Rosa, que, por sua vez, se tornou cônsul de Portugal na cidade africana, obrigando a família a mudar-se. Pessoa foi para lá em 1896, com 8 anos, ali ficando até aos 17 anos.

Antes e depois desse período, a sua vida foi fincada em Lisboa [...] “Para Pessoa, Lisboa foi mais do que uma cidade, foi a pátria, condensadamente. E desde que nela lançou âncora, em 1905, nunca mais daí saiu”, confirma Teresa Rita Lopes, uma das maiores investigadoras da obra e da vida do poeta [...].

Rotas pessoais

Pessoa era uma espécie de *freelancer*, um profissional autônomo que se dedicava a traduções de cartas comerciais para diversas empresas e casas comerciais de Lisboa. Isso ajuda a explicar o fato de ter sido um verdadeiro andarilho, indo de um lado para o outro, algo que acabaria por constituir a sua própria personalidade. Era caminhando que pensava, que refletia.

“Para ele era uma maneira de estar sozinho de fato, bem como uma forma de ter ideias, era uma maneira de criar. Depois, nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido em tal passeio. Os passeios para ele eram também momentos de criação. Andava imenso”, explica Teresa Rita Lopes.

CORREIA FILHO, J. *Lisboa em Pessoa: guia turístico e literário da capital portuguesa*. Lisboa: Publicações Don Quixote, 2011, p. 21 - 22. Adaptado.

No título “Pessoa em **pessoa**”, se considerado o nome do poeta, a palavra em destaque evoca o seguinte sentido:

- a) A lembrança de que Fernando Pessoa também trabalhava como profissional autônomo.
- b) O estabelecimento do estreito elo entre o poeta, a sua obra e sua aversão a viagens.
- c) A ideia de que cada pessoa possui um modo próprio de fazer turismo, seja solitário ou em grupo.
- d) A ironia de que um poeta possa vir a ser um autor de guias turísticos.
- e) A revelação do aspecto humano do poeta por meio de seus diários.

Questão 52: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)**O setor elétrico e as mudanças climáticas**

Nosso país tem enorme potencial hidrelétrico, o que nos permite gerar energia elétrica razoavelmente ‘limpa’ e barata. Essa fonte responde, atualmente, por cerca de 70% da energia elétrica consumida no país. Entretanto, para que possamos usufruir dessa energia, precisamos transportá-la a longas distâncias – muitas vezes, milhares de quilômetros – por meio de linhas de transmissão aéreas, expostas ao tempo e a seus caprichos. E esses caprichos, segundo estudos científicos, tendem a se tornar cada vez mais frequentes em um planeta sujeito a mudanças em um ritmo jamais visto pelos humanos.

A experiência brasileira mostra isso. 50% a 70% das falhas ocorridas no passado em linhas de transmissão brasileiras estavam relacionadas às condições climáticas, mais especificamente, às chamadas tempestades severas, caracterizadas por condições extremas de vento, raios ou precipitação. Com o aquecimento global, o desmatamento e alguns fenômenos atmosféricos, esse número tende a aumentar nas próximas décadas.

Combinados ou de forma isolada, esses fenômenos são capazes de interromper o fluxo de energia ao longo das linhas e interferir, de maneira significativa, no sistema elétrico. Se as alterações do clima podem causar problemas na transmissão de energia, na distribuição a situação não é diferente. 99% da distribuição de energia elétrica no Brasil é aérea e concentra-se em grandes áreas urbanas, onde vive a maioria dos consumidores. Nessas áreas, as edificações, a substituição de vegetação por asfalto, a poluição dos automóveis e das fábricas causam alterações atmosféricas que favorecem a ocorrência de fortes tempestades.

Os danos provocados por raios nas redes de distribuição podem se tornar ainda mais frequentes se levarmos em consideração o novo modelo que começa a ser adotado no país e no mundo, baseado no uso de equipamentos digitais para monitorar a distribuição em tempo real e na possibilidade de utilizar diferentes fontes de energia. Essa transformação se dará tanto na disponibilização quanto no consumo de energia, levando, inclusive, à economia desse recurso.

No entanto, a busca de maior comodidade para os consumidores, maior controle operacional pelas empresas, maior eficiência e maior flexibilidade da rede (no sentido de utilizar fontes alternativas de energia) tende a tornar a distribuição mais sofisticada e, ao mesmo tempo, mais vulnerável a descargas elétricas, devido à utilização de componentes que contêm semicondutores, mais suscetíveis a danos por raios.

Finalmente, é importante salientar que as redes de energia precisarão contar com o potencial hidrelétrico ainda quase inexplorado da Amazônia no futuro. Segundo as projeções climáticas baseadas em modelos computacionais, essa região sofrerá o maior aumento de temperatura e de tempestades. Outro aspecto relevante está na necessidade, cada vez maior, de adequar tais redes às normas legais de proteção e conservação ambiental, o que poderá ampliar a chance de problemas decorrentes de fatores climáticos.

PINTO JÚNIOR, Osmar. O setor elétrico e as mudanças climáticas. *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: ICH. n. 280, abr. 2011, p. 68-69. Adaptado.

A ideia principal do texto pode ser resumida em:

- a) A distribuição de energia, em nosso país, concentra-se em áreas urbanas, caracterizadas por edificações, poluição de automóveis e de fábricas.
- b) As redes de energia elétrica precisarão, futuramente, utilizar o potencial hidrelétrico ainda quase inexplorado da região amazônica.
- c) As tempestades intensas, caracterizadas por condições extremas de vento, raios ou chuva podem interferir de maneira significativa no sistema elétrico brasileiro.
- d) O nosso país precisa reavaliar suas redes de distribuição de energia em busca de maior comodidade para os consumidores e maior controle operacional pelas empresas.
- e) O uso de equipamentos digitais para monitorar a distribuição em tempo real representou uma inovação considerável na gestão da energia elétrica.

Questão 53: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

O setor elétrico e as mudanças climáticas

Nosso país tem enorme potencial hidrelétrico, o que nos permite gerar energia elétrica razoavelmente ‘limpa’ e barata. Essa fonte responde, atualmente, por cerca de 70% da energia elétrica consumida no país. Entretanto, para que possamos usufruir dessa energia, precisamos transportá-la a longas distâncias – muitas vezes, milhares de quilômetros – por meio de linhas de transmissão aéreas, expostas ao tempo e a seus caprichos. E esses caprichos, segundo estudos científicos, tendem a se tornar cada vez mais frequentes em um planeta sujeito a mudanças em um ritmo jamais visto pelos humanos.

A experiência brasileira mostra isso. 50% a 70% das falhas ocorridas no passado em linhas de transmissão brasileiras estavam relacionadas às condições climáticas, mais especificamente, às chamadas tempestades severas, caracterizadas por condições extremas de vento, raios ou precipitação. Com o aquecimento global, o desmatamento e alguns fenômenos atmosféricos, esse número tende a aumentar nas próximas décadas.

Combinados ou de forma isolada, esses fenômenos são capazes de interromper o fluxo de energia ao longo das linhas e interferir, de maneira significativa, no sistema elétrico. Se as alterações do clima podem causar problemas na transmissão de energia, na distribuição a situação não é diferente. 99% da distribuição de energia elétrica no Brasil é aérea e concentra-se em grandes áreas urbanas, onde vive a maioria dos consumidores. Nessas áreas, as edificações, a substituição de vegetação por asfalto, a poluição dos automóveis e das fábricas causam alterações atmosféricas que favorecem a ocorrência de fortes tempestades.

Os danos provocados por raios nas redes de distribuição podem se tornar ainda mais frequentes se levarmos em consideração o novo modelo que começa a ser adotado no país e no mundo, baseado no uso de equipamentos digitais para monitorar a

distribuição em tempo real e na possibilidade de utilizar diferentes fontes de energia. Essa transformação se dará tanto na disponibilização quanto no consumo de energia, levando, inclusive, à economia desse recurso.

No entanto, a busca de maior comodidade para os consumidores, maior controle operacional pelas empresas, maior eficiência e maior flexibilidade da rede (no sentido de utilizar fontes alternativas de energia) tende a tornar a distribuição mais sofisticada e, ao mesmo tempo, mais vulnerável a descargas elétricas, devido à utilização de componentes que contêm semicondutores, mais suscetíveis a danos por raios.

Finalmente, é importante salientar que as redes de energia precisarão contar com o potencial hidrelétrico ainda quase inexplorado da Amazônia no futuro. Segundo as projeções climáticas baseadas em modelos computacionais, essa região sofrerá o maior aumento de temperatura e de tempestades. Outro aspecto relevante está na necessidade, cada vez maior, de adequar tais redes às normas legais de proteção e conservação ambiental, o que poderá ampliar a chance de problemas decorrentes de fatores climáticos.

PINTO JÚNIOR, Osmar. O setor elétrico e as mudanças climáticas. *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: ICH. n. 280, abr. 2011, p. 68-69. Adaptado.

Para que a leitura do texto seja bem sucedida, é preciso reconhecer a sequência em que os conteúdos foram apresentados. Dessa forma, o leitor deve observar que, antes de explicar que as edificações, a substituição de vegetação por asfalto, a poluição dos automóveis e das fábricas nas grandes áreas urbanas causam alterações atmosféricas que favorecem a ocorrência de fortes tempestades, o texto se refere à

- a) necessidade de transportar a energia elétrica por meio de longas linhas de transmissão.
- b) importância do potencial hidrelétrico ainda quase inexplorado da Amazônia.
- c) obrigação de atender às exigências da legislação de proteção e conservação ambiental.
- d) utilização de equipamentos digitais para monitorar a distribuição de energia em tempo real.
- e) vulnerabilidade das redes a descargas elétricas em virtude do uso de semicondutores.

Questão 54: CESGRANRIO - Adv (EPE)/EPE/Jurídica/2012

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

O setor elétrico e as mudanças climáticas

Nosso país tem enorme potencial hidrelétrico, o que nos permite gerar energia elétrica razoavelmente ‘limpa’ e barata. Essa fonte responde, atualmente, por cerca de 70% da energia elétrica consumida no país. Entretanto, para que possamos usufruir dessa energia, precisamos transportá-la a longas distâncias – muitas vezes, milhares de quilômetros – por meio de linhas de transmissão aéreas, expostas ao tempo e a seus

caprichos. E esses caprichos, segundo estudos científicos, tendem a se tornar cada vez mais frequentes em um planeta sujeito a mudanças em um ritmo jamais visto pelos humanos.

A experiência brasileira mostra isso. 50% a 70% das falhas ocorridas no passado em linhas de transmissão brasileiras estavam relacionadas às condições climáticas, mais especificamente, às chamadas tempestades severas, caracterizadas por condições extremas de vento, raios ou precipitação. Com o aquecimento global, o desmatamento e alguns fenômenos atmosféricos, esse número tende a aumentar nas próximas décadas.

Combinados ou de forma isolada, esses fenômenos são capazes de interromper o fluxo de energia ao longo das linhas e interferir, de maneira significativa, no sistema elétrico. Se as alterações do clima podem causar problemas na transmissão de energia, na distribuição a situação não é diferente. 99% da distribuição de energia elétrica no Brasil é aérea e concentra-se em grandes áreas urbanas, onde vive a maioria dos consumidores. Nessas áreas, as edificações, a substituição de vegetação por asfalto, a poluição dos automóveis e das fábricas causam alterações atmosféricas que favorecem a ocorrência de fortes tempestades.

Os danos provocados por raios nas redes de distribuição podem se tornar ainda mais frequentes se levarmos em consideração o novo modelo que começa a ser adotado no país e no mundo, baseado no uso de equipamentos digitais para monitorar a distribuição em tempo real e na possibilidade de utilizar diferentes fontes de energia. Essa transformação se dará tanto na disponibilização quanto no consumo de energia, levando, inclusive, à economia desse recurso.

No entanto, a busca de maior comodidade para os consumidores, maior controle operacional pelas empresas, maior eficiência e maior flexibilidade da rede (no sentido de utilizar fontes alternativas de energia) tende a tornar a distribuição mais sofisticada e, ao mesmo tempo, mais vulnerável a descargas elétricas, devido à utilização de componentes que contêm semicondutores, mais suscetíveis a danos por raios.

Finalmente, é importante salientar que as redes de energia precisarão contar com o potencial hidrelétrico ainda quase inexplorado da Amazônia no futuro. Segundo as projeções climáticas baseadas em modelos computacionais, essa região sofrerá o maior aumento de temperatura e de tempestades. Outro aspecto relevante está na necessidade, cada vez maior, de adequar tais redes às normas legais de proteção e conservação ambiental, o que poderá ampliar a chance de problemas decorrentes de fatores climáticos.

PINTO JÚNIOR, Osmar. O setor elétrico e as mudanças climáticas. *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: ICH. n. 280, abr. 2011, p. 68-69. Adaptado.

No texto, a expressão **No entanto** estabelece uma relação de contraste entre as seguintes ideias:

- a) adoção de novo modelo de produção de energia elétrica / uso de equipamentos digitais para monitorar a distribuição em tempo real
- b) aumento do controle operacional das redes de distribuição pelas empresas / utilização de fontes alternativas de energia para atendimento aos consumidores

- c) modernização e sofisticação das redes de distribuição de energia / maior suscetibilidade das redes de distribuição digitalizada a raios em virtude do uso de semicondutores
- d) busca de maior comodidade para os consumidores / maior flexibilidade da rede de distribuição de energia elétrica por todo o território nacional
- e) transformação no consumo de energia elétrica nos grandes centros urbanos / maior economia e flexibilidade de distribuição

Questão 55: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

A sociedade da informação e seus desafios

Difícilmente alguém discordaria de que a sociedade da informação é o principal traço característico do debate público sobre desenvolvimento, seja em nível local ou global, neste alvorecer do século XXI. Das propostas políticas oriundas dos países industrializados e das discussões acadêmicas, a expressão “sociedade de informação” transformou-se rapidamente em jargão nos meios de comunicação, alcançando, de forma conceitualmente imprecisa, o universo vocabular do cidadão.

A expressão “sociedade da informação” passou a ser utilizada como substituta para o conceito complexo de “sociedade pós-industrial”, como forma de transmitir o conteúdo específico do “novo paradigma técnico-econômico”. A realidade que os conceitos das ciências sociais procuram expressar refere-se às transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como “fator-chave” não mais os insumos baratos de energia – como na sociedade industrial – mas os insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e nas telecomunicações.

Nesta sociedade pós-industrial, ou “informacional”, as transformações em direção à sociedade da informação, em estágio avançado nos países industrializados, constituem uma tendência dominante mesmo para economias menos industrializadas e definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade. Esse novo paradigma tem as seguintes características fundamentais: a informação é sua matéria-prima (no passado, o objetivo dominante era utilizar informação para agir sobre as tecnologias); os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade (a informação é parte integrante de toda atividade humana, individual ou coletiva e, portanto, todas essas atividades tendem a ser afetadas diretamente pela nova tecnologia); a tecnologia favorece processos reversíveis devido a sua flexibilidade; trajetórias de desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do saber tornam-se interligadas e transformam-se as categorias segundo as quais pensamos todos os processos (microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica, por exemplo).

O foco sobre a tecnologia pode alimentar a visão ingênua de determinismo tecnológico segundo o qual as transformações em direção à sociedade da informação resultam da tecnologia, seguem uma lógica técnica e, portanto, neutra e estão fora da interferência de fatores sociais e políticos. Nada mais equivocado: processos sociais e

transformação tecnológica resultam de uma interação complexa em que fatores sociais preexistentes como a criatividade, o espírito empreendedor, as condições da pesquisa científica afetam o avanço tecnológico e suas aplicações sociais.

No campo educacional dos países em desenvolvimento, decisões sobre investimentos para a incorporação da informática e da telemática implicam também riscos e desafios. Será essencial identificar o papel que essas novas tecnologias podem desempenhar no processo de desenvolvimento educacional e, isso posto, resolver como utilizá-las de forma a facilitar uma efetiva aceleração do processo em direção à educação para todos, ao longo da vida, com qualidade e garantia de diversidade. As novas tecnologias de informação e comunicação tornam-se, hoje, parte de um vasto instrumental historicamente mobilizado para a educação e a aprendizagem. Cabe a cada sociedade decidir que composição do conjunto de tecnologias educacionais mobilizar para atingir suas metas de desenvolvimento.

A Unesco tem atuado de forma sistemática no sentido de apoiar as iniciativas dos Estados Membros na definição de políticas de integração das novas tecnologias aos seus objetivos de desenvolvimento. No Programa Informação para Todos, as ações desse organismo internacional estão concentradas em duas áreas principais: conteúdo para a sociedade da informação e “infoestrutura” para esta sociedade em evolução, por meio da cooperação para treinamento, apoio ao estabelecimento de políticas de informação e promoção de conexões em rede.

No espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que constitui a base dos direitos à informação na sociedade da informação, e levando em consideração os valores e a visão delineados anteriormente, o novo Programa Informação para Todos deverá prover uma plataforma para a discussão global sobre acesso à informação, participação de todos na sociedade da informação global e as consequências éticas, legais e societárias do uso das tecnologias de informação e comunicação. Deverá prover também a estrutura para colaboração internacional e parcerias nessas áreas e apoiar o desenvolvimento de ferramentas comuns, métodos e estratégias para a construção de uma sociedade de informação global e justa.

*WERTHEIN, J. Ciência da Informação. Brasília, v. 29, n. 2, p. 71- 77, maio/ago. 2000.
Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/254>>.
Acesso em: 10 maio 2015. Adaptado.*

De acordo com o ordenamento das ideias no texto, observa-se que, depois de afirmar que há uma interação complexa entre processos sociais e transformação tecnológica, de modo que a criatividade e o espírito empreendedor interfiram nas aplicações sociais da tecnologia, o texto se refere à ideia de que

- a) a expressão “sociedade de informação” foi incorporada ao vocabulário comum por meio do jargão dos meios de comunicação.
- b) o conceito de “sociedade pós-industrial” relaciona-se às transformações técnicas e organizacionais provocadas pelos avanços tecnológicos nas telecomunicações.
- c) as atividades humanas, no novo paradigma da sociedade de informação, são afetadas diretamente pelas novas tecnologias porque a informação é parte integrante delas.

d) a visão de que as transformações tecnológicas em direção à sociedade da informação estão fora da interferência de fatores sociais e políticos é inadequada.

e) os países estão sendo auxiliados por órgão internacional na tarefa de integrar as novas tecnologias ao processo de desenvolvimento.

Questão 56: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Administração/2012

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

Um circo e um antipalhaço

Em 1954, numa cidadezinha universitária dos Estados Unidos, vi “o maior circo do mundo”, que continua a ser o sucessor do velho Barnum & Bailey, velho conhecido dos meus primeiros dias de estudante nos Estados Unidos. Vi então, com olhos de adolescente ainda um tanto menino, maravilhas que só para os meninos têm plenitude de encanto. Em 1954, revendo “o maior circo do mundo”, confesso que, diante de certas façanhas de acrobatas e domadores, senti-me outra vez menino.

O monstro - porque é um circo-monstro, que viaja em três vastos trens - chegou de manhã a Charlottesville e partiu à noite. Ao som das últimas palmas dos espectadores juntou-se o ruído metálico do desmonte da tenda capaz de abrigar milhares de pessoas, acomodadas em cadeiras em forma de x, quase iguais às dos teatros e que, como por mágica, foram se fechando e formando grupos exatos, tantas cadeiras em cada grupo logo transportadas para outros vagões de um dos trens. E com as cadeiras, foram sendo transportadas para outros vagões jaulas com tigres; e também girafas e elefantes que ainda há pouco pareciam enraizados ao solo como se estivessem num jardim zoológico. A verdade é que quem demorasse uns minutos mais a sair veria esta mágica também de circo: a do próprio circo gigante desaparecer sob seus olhos, sob a forma de pacotes prontos a seguirem de trem para a próxima cidade.

O gênio de organização dos anglo-americanos é qualquer coisa de assombrar um latino. Arma e desarma um circo gigante como se armasse ou desarmasse um brinquedo de criança. E o que o faz com os circos, faz com os edifícios, as pontes, as usinas, as fábricas: uma vez planejadas, erguem-se em pouco tempo do solo e tomam como por mágica relevos monumentais.

Talvez a maior originalidade do circo esteja no seu palhaço principal. Circo norte-americano? Pensa-se logo num palhaço para fazer rir meninos de dez anos e meninões de quarenta com suas piruetas e suas infantilidades.

O desse circo - hoje o mais célebre dos palhaços de circo - é uma espécie de antipalhaço. Não ri nem sequer sorri. Não faz uma pirueta. Não dá um salto. Não escorrega uma única vez. Não cai esparramado no chão como os *clowns* convencionais. Não tem um ás de copas nos fundos de suas vestes de palhaço.

O que faz quase do princípio ao fim das funções do circo é olhar para a multidão com uns olhos, uma expressão, uns modos tão tristes que ninguém lhe esquece a tristeza do clown diferente de todos os outros *clowns*. Trata-se na verdade de uma audaciosa recriação da figura de palhaço de circo. E o curioso é que, impressionando os adultos,

impressiona também os meninos que talvez continuem os melhores juizes de circos de cavalinhos.

Audaciosa e triunfante essa recriação. Pois não há quem saia do supercirco, juntando às suas impressões das maravilhas de acrobacia, de trabalhos de domadores de feras, de equilibristas, de bailarinas, de cantores, de cômicos, a impressão inesperada da tristeza desse antipalhaço que quase se limita a olhar para a multidão com os olhos mais magoados deste mundo.

FREYRE, Gilberto. In: Pessoas, Coisas & Animais. São Paulo: Círculo do Livro. Edição Especial para MPM Propaganda, 1979. p. 221-222. (Publicado originalmente em O Cruzeiro, Rio de Janeiro, seção Pessoas, coisas e animais, em 8 jul. 1956). Adaptado.

Pela leitura do segundo parágrafo, pode-se perceber que o material com que é basicamente feita a estrutura da tenda é

- a) metal
- b) madeira
- c) plástico
- d) granito
- e) tijolo

Questão 57: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Administração/2012

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

Um circo e um antipalhaço

Em 1954, numa cidadezinha universitária dos Estados Unidos, vi “o maior circo do mundo”, que continua a ser o sucessor do velho Barnum & Bailey, velho conhecido dos meus primeiros dias de estudante nos Estados Unidos. Vi então, com olhos de adolescente ainda um tanto menino, maravilhas que só para os meninos têm plenitude de encanto. Em 1954, revendo “o maior circo do mundo”, confesso que, diante de certas façanhas de acrobatas e domadores, senti-me outra vez menino.

O monstro - porque é um circo-monstro, que viaja em três vastos trens - chegou de manhã a Charlottesville e partiu à noite. Ao som das últimas palmas dos espectadores juntou-se o ruído metálico do desmonte da tenda capaz de abrigar milhares de pessoas, acomodadas em cadeiras em forma de x, quase iguais às dos teatros e que, como por mágica, foram se fechando e formando grupos exatos, tantas cadeiras em cada grupo logo transportadas para outros vagões de um dos trens. E com as cadeiras, foram sendo transportadas para outros vagões jaulas com tigres; e também girafas e elefantes que ainda há pouco pareciam enraizados ao solo como se estivessem num jardim zoológico. A verdade é que quem demorasse uns minutos mais a sair veria esta mágica também de circo: a do próprio circo gigante desaparecer sob seus olhos, sob a forma de pacotes prontos a seguirem de trem para a próxima cidade.

O gênio de organização dos anglo-americanos é qualquer coisa de assombrar um latino. Arma e desarma um circo gigante como se armasse ou desarmasse um brinquedo de

criança. E o que o faz com os circos, faz com os edifícios, as pontes, as usinas, as fábricas: uma vez planejadas, erguem-se em pouco tempo do solo e tomam como por mágica relevos monumentais.

Talvez a maior originalidade do circo esteja no seu palhaço principal. Circo norte-americano? Pensa-se logo num palhaço para fazer rir meninos de dez anos e meninões de quarenta com suas piruetas e suas infantilidades.

O desse circo - hoje o mais célebre dos palhaços de circo - é uma espécie de antipalhaço. Não ri nem sequer sorri. Não faz uma pirueta. Não dá um salto. Não escorrega uma única vez. Não cai esparramado no chão como os *clowns* convencionais. Não tem um ás de copas nos fundos de suas vestes de palhaço.

O que faz quase do princípio ao fim das funções do circo é olhar para a multidão com uns olhos, uma expressão, uns modos tão tristes que ninguém lhe esquece a tristeza do clown diferente de todos os outros *clowns*. Trata-se na verdade de uma audaciosa recriação da figura de palhaço de circo. E o curioso é que, impressionando os adultos, impressiona também os meninos que talvez continuem os melhores juizes de circos de cavalinhos.

Audaciosa e triunfante essa recriação. Pois não há quem saia do supercirco, juntando às suas impressões das maravilhas de acrobacia, de trabalhos de domadores de feras, de equilibristas, de bailarinas, de cantores, de cômicos, a impressão inesperada da tristeza desse antipalhaço que quase se limita a olhar para a multidão com os olhos mais magoados deste mundo.

FREYRE, Gilberto. In: *Pessoas, Coisas & Animais*. São Paulo: Círculo do Livro. Edição Especial para MPM Propaganda, 1979. p. 221-222. (Publicado originalmente em *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, seção *Pessoas, coisas e animais*, em 8 jul. 1956). Adaptado.

Analise as afirmações abaixo sobre o desmonte do circo após o espetáculo.

- I - O circo era mágico pois desaparecia literalmente num piscar de olhos.
- II - O desmonte do circo era tão organizado que parecia um truque de mágica.
- III - Apenas alguns minutos eram necessários para desmontar todo o circo.

É correto **APENAS** o que se afirma em

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e III
- e) II e III

Questão 58: CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Administração/2012

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

Um circo e um antipalhaço

Em 1954, numa cidadezinha universitária dos Estados Unidos, vi “o maior circo do mundo”, que continua a ser o sucessor do velho Barnum & Bailey, velho conhecido dos meus primeiros dias de estudante nos Estados Unidos. Vi então, com olhos de adolescente ainda um tanto menino, maravilhas que só para os meninos têm plenitude de encanto. Em 1954, revendo “o maior circo do mundo”, confesso que, diante de certas façanhas de acrobatas e domadores, senti-me outra vez menino.

O monstro - porque é um circo-monstro, que viaja em três vastos trens - chegou de manhã a Charlottesville e partiu à noite. Ao som das últimas palmas dos espectadores juntou-se o ruído metálico do desmonte da tenda capaz de abrigar milhares de pessoas, acomodadas em cadeiras em forma de x, quase iguais às dos teatros e que, como por mágica, foram se fechando e formando grupos exatos, tantas cadeiras em cada grupo logo transportadas para outros vagões de um dos trens. E com as cadeiras, foram sendo transportadas para outros vagões jaulas com tigres; e também girafas e elefantes que ainda há pouco pareciam enraizados ao solo como se estivessem num jardim zoológico. A verdade é que quem demorasse uns minutos mais a sair veria esta mágica também de circo: a do próprio circo gigante desaparecer sob seus olhos, sob a forma de pacotes prontos a seguirem de trem para a próxima cidade.

O gênio de organização dos anglo-americanos é qualquer coisa de assombrar um latino. Arma e desarma um circo gigante como se armasse ou desarmasse um brinquedo de criança. E o que o faz com os circos, faz com os edifícios, as pontes, as usinas, as fábricas: uma vez planejadas, erguem-se em pouco tempo do solo e tomam como por mágica relevos monumentais.

Talvez a maior originalidade do circo esteja no seu palhaço principal. Circo norte-americano? Pensa-se logo num palhaço para fazer rir meninos de dez anos e meninões de quarenta com suas piruetas e suas infantilidades.

O desse circo - hoje o mais célebre dos palhaços de circo - é uma espécie de antipalhaço. Não ri nem sequer sorri. Não faz uma pirueta. Não dá um salto. Não escorrega uma única vez. Não cai esparramado no chão como os *clowns* convencionais. Não tem um ás de copas nos fundos de suas vestes de palhaço.

O que faz quase do princípio ao fim das funções do circo é olhar para a multidão com uns olhos, uma expressão, uns modos tão tristes que ninguém lhe esquece a tristeza do clown diferente de todos os outros *clowns*. Trata-se na verdade de uma audaciosa recriação da figura de palhaço de circo. E o curioso é que, impressionando os adultos, impressiona também os meninos que talvez continuem os melhores juízes de circos de cavalinhos.

Audaciosa e triunfante essa recriação. Pois não há quem saia do supercirco, juntando às suas impressões das maravilhas de acrobacia, de trabalhos de domadores de feras, de equilibristas, de bailarinas, de cantores, de cômicos, a impressão inesperada da tristeza desse antipalhaço que quase se limita a olhar para a multidão com os olhos mais magoados deste mundo.

FREYRE, Gilberto. In: *Pessoas, Coisas & Animais*. São Paulo: Círculo do Livro.

Edição Especial para MPM Propaganda, 1979. p. 221-222. (Publicado originalmente em O Cruzeiro, Rio de Janeiro, seção Pessoas, coisas e animais, em 8 jul. 1956). Adaptado.

A partir do conhecimento do que é um palhaço, infere-se que um antipalhaço age da seguinte maneira:

- a) ri e faz rir.
- b) gira e rodopia.
- c) escorrega e cai.
- d) expressa tristeza.
- e) veste-se de palhaço.

Questão 59: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Administração/2013

Assunto: Regência Nominal e Verbal (casos gerais)

Texto

Dialética da mudança

Certamente porque não é fácil compreender certas questões, as pessoas tendem a aceitar algumas afirmações como verdades indiscutíveis^(a) e até mesmo a irritar-se quando alguém insiste em discuti-las. É natural que isso aconteça, quando mais não seja porque as certezas nos dão segurança e tranquilidade. Pô-las em questão equivale a tirar o chão de sob nossos pés. Não necessito dizer que, para mim, não há verdades indiscutíveis, embora acredite em determinados valores e princípios que me parecem consistentes. De fato, é muito difícil, senão impossível, viver sem nenhuma certeza, sem valor algum.

No passado distante, quando os valores religiosos se impunham à quase totalidade das pessoas, poucos eram os que questionavam, mesmo porque, dependendo da ocasião, pagavam com a vida seu inconformismo.

Com o desenvolvimento do pensamento objetivo e da ciência, aquelas certezas inquestionáveis passaram a segundo plano, dando lugar a um novo modo de lidar com as certezas e os valores. Questioná-los, reavaliá-los, negá-los, propor mudanças às vezes radicais tornou-se frequente e inevitável, dando-se início a uma nova época da sociedade humana. **Introduziram-se as ideias não só de evolução como de revolução^(b).**

Naturalmente, essas mudanças não se deram do dia para a noite, nem tampouco se impuseram à maioria da sociedade. O que ocorreu de fato foi um processo difícil e conflituado em que, pouco a pouco, a visão inovadora veio ganhando terreno e, mais do que isso, conquistando posições estratégicas, o que tornou possível influir na formação de novas gerações, menos resistentes a visões questionadoras.

A certa altura desse processo, os defensores das mudanças acreditavam-se senhores de novas verdades, mais consistentes porque eram fundadas no conhecimento objetivo das leis que governam o mundo material e social. Mas esse conhecimento era ainda precário e limitado.

Inúmeras descobertas reafirmam a tese de que a mudança é inerente à realidade tanto material quanto espiritual⁽⁶⁾, e que, portanto, o conceito de imutabilidade é destituído de fundamento.

Ocorre, porém, que essa certeza pode induzir a outros erros: o de achar que quem defende determinados valores estabelecidos está indiscutivelmente errado. Em outras palavras, bastaria apresentar-se como inovador para estar certo. Será isso verdade? Os fatos demonstram que tanto pode ser como não.

Mas também pode estar errado quem defende os valores consagrados e aceitos. Só que, em muitos casos, não há alternativa senão defendê-los. E sabem por quê? Pela simples razão de que toda sociedade é, por definição, conservadora, uma vez que, sem princípios e valores estabelecidos, seria impossível o convívio social. Uma comunidade cujos princípios e normas mudassem a cada dia seria caótica e, por isso mesmo, inviável.

Por outro lado, como a vida muda e a mudança é inerente à existência, impedir a mudança é impossível⁽⁶⁾. Daí resulta que a sociedade termina por aceitar as mudanças⁽⁶⁾, mas apenas aquelas que de algum modo **atendem** a suas necessidades e a fazem avançar.

GULLAR, Ferreira. Dialética da mudança. Folha de São Paulo, 6 maio 2012, p. E10.

No Texto, o verbo **atender** exige a presença de uma preposição para introduzir o termo regido.

Essa mesma exigência ocorre na forma verbal destacada em:

- a) “Certamente porque não é fácil compreender certas questões, as pessoas **tendem** a aceitar algumas afirmações como verdades indiscutíveis.”
- b) “**Introduziram-se** as ideias não só de evolução como de revolução.”
- c) “Inúmeras descobertas **reafirmam** a indiscutível tese de que a mudança é inerente à realidade tanto material quanto espiritual,”
- d) “Por outro lado, como a vida muda e a mudança é inerente à existência, **impedir** a mudança é impossível.”
- e) “Daí resulta que a sociedade termina por **aceitar** as mudanças, ”

Questão 60: CESGRANRIO - Admin (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2012

Assunto: Regência Nominal e Verbal (casos gerais)

Texto I

O gigolô das palavras

Quatro ou cinco grupos diferentes de alunos do Farroupilha estiveram lá em casa numa mesma missão, designada por seu professor de Português: saber se eu considerava o estudo da Gramática indispensável para aprender e usar a nossa ou qualquer outra língua. Suspeitei de saída que o tal professor lia esta coluna, se descabelava diariamente com suas afrontas às leis da língua, e aproveitava aquela oportunidade para me desmascarar. Já estava até preparando, às pressas, minha defesa (“Culpa da revisão! Culpa da revisão!”). Mas os alunos desfizeram o equívoco antes que ele se criasse. Eles mesmos tinham escolhido os nomes a serem entrevistados. Vocês têm certeza que não pegaram o Veríssimo errado? Não. Então vamos em frente.

Respondi que a linguagem, qualquer linguagem, é um meio de comunicação e que deve ser julgada exclusivamente como tal. Respeitadas algumas regras básicas da Gramática, para evitar os vexames mais gritantes, as outras são dispensáveis. A sintaxe é uma questão de uso, não de princípios. Escrever bem é escrever claro, não necessariamente certo. Por exemplo: dizer “escrever claro” não é certo, mas é claro, certo? O importante é comunicar. (E quando possível surpreender, iluminar, divertir, mover... Mas aí entramos na área do talento, que também não tem nada a ver com Gramática.) A Gramática é o esqueleto da língua. [...] É o esqueleto que nos traz de pé, mas ele não informa nada, como a Gramática é a estrutura da língua, mas sozinha não diz nada, não tem futuro. As múmias conversam entre si em Gramática pura.

Claro que eu não disse isso tudo para meus entrevistadores. E adverti que minha implicância com a Gramática na certa se devia à minha pouca intimidade com ela. Sempre fui péssimo em Português. Mas - isso eu disse - vejam vocês, a intimidade com a Gramática é tão dispensável que eu ganho a vida escrevendo, apesar da minha total inocência na matéria. Sou um gigolô das palavras. Vivo às suas custas. E tenho com elas exemplar conduta de um cáften profissional. Abuso delas. Só uso as que eu conheço, as desconhecidas são perigosas e potencialmente traiçoeiras. Exijo submissão. Não raro, peço delas flexões inomináveis para satisfazer um gosto passageiro. Maltrato-as, sem dúvida. E jamais me deixo dominar por elas. [...]

Um escritor que passasse a respeitar a intimidade gramatical das suas palavras seria tão ineficiente quanto um gigolô que se apaixonasse pelo seu plantel.

VERISSIMO, Luis Fernando. O gigolô das palavras. In: LUFT, Celso Pedro. Língua e liberdade: por uma nova concepção de língua materna e seu ensino. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 36. Adaptado.

Texto II

Aula de português

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.
A linguagem
na superfície estrelada de letras,
sabe lá o que ela quer dizer?
Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,

e vai desmatando
o amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, equipáticas,
atropelam-me, aturdem-me, sequestram-me.
Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.
O português são dois; o outro, mistério.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Aula de português. In: **Reunião**: 10 livros de poesia. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974. p. 81.

Segundo diria o Professor Carlos Góis, mencionado no Texto II, a frase cuja regência do verbo respeita a norma-padrão é:

- a) Esquecemo-nos daquelas regras gramaticais.
- b) Os professores avisaram aos alunos da prova.
- c) Deve-se obedecer o português padrão.
- d) Assistimos uma aula brilhante.
- e) Todos aspiram o término do curso.

Questão 61: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Regência Nominal e Verbal (casos gerais)

A sociedade da informação e seus desafios

Difícilmente alguém discordaria de que a sociedade da informação é o principal traço característico do debate público sobre desenvolvimento, seja em nível local ou global, neste alvorecer do século XXI. Das propostas políticas oriundas dos países industrializados e das discussões acadêmicas, a expressão “sociedade de informação” transformou-se rapidamente em jargão nos meios de comunicação, alcançando, de forma conceitualmente imprecisa, o universo vocabular do cidadão.

A expressão “sociedade da informação” passou a ser utilizada como substituta para o conceito complexo de “sociedade pós-industrial”, como forma de transmitir o conteúdo específico do “novo paradigma técnico-econômico”. A realidade que os conceitos das ciências sociais procuram expressar refere-se às transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como “fator-chave” não mais os insumos baratos de energia – como na sociedade industrial – mas os insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e nas telecomunicações.

Nesta sociedade pós-industrial, ou “informacional”, as transformações em direção à sociedade da informação, em estágio avançado nos países industrializados, constituem

uma tendência dominante mesmo para economias menos industrializadas e definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade. Esse novo paradigma tem as seguintes características fundamentais: a informação é sua matéria-prima (no passado, o objetivo dominante era utilizar informação para agir sobre as tecnologias); os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade (a informação é parte integrante de toda atividade humana, individual ou coletiva e, portanto, todas essas atividades tendem a ser afetadas diretamente pela nova tecnologia); a tecnologia favorece processos reversíveis devido a sua flexibilidade; trajetórias de desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do saber tornam-se interligadas e transformam-se as categorias segundo as quais pensamos todos os processos (microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica, por exemplo).

O foco sobre a tecnologia pode alimentar a visão ingênua de determinismo tecnológico segundo o qual as transformações em direção à sociedade da informação resultam da tecnologia, seguem uma lógica técnica e, portanto, neutra e estão fora da interferência de fatores sociais e políticos. Nada mais equivocado: processos sociais e transformação tecnológica resultam de uma interação complexa em que fatores sociais preexistentes como a criatividade, o espírito empreendedor, as condições da pesquisa científica afetam o avanço tecnológico e suas aplicações sociais.

No campo educacional dos países em desenvolvimento, decisões sobre investimentos para a incorporação da informática e da telemática implicam também riscos e desafios. Será essencial identificar o papel que essas novas tecnologias podem desempenhar no processo de desenvolvimento educacional e, isso posto, resolver como utilizá-las de forma a facilitar uma efetiva aceleração do processo em direção à educação para todos, ao longo da vida, com qualidade e garantia de diversidade. As novas tecnologias de informação e comunicação tornam-se, hoje, parte de um vasto instrumental historicamente mobilizado para a educação e a aprendizagem. Cabe a cada sociedade decidir que composição do conjunto de tecnologias educacionais mobilizar para atingir suas metas de desenvolvimento.

A Unesco tem atuado de forma sistemática no sentido de apoiar as iniciativas dos Estados Membros na definição de políticas de integração das novas tecnologias aos seus objetivos de desenvolvimento. No Programa Informação para Todos, as ações desse organismo internacional estão concentradas em duas áreas principais: conteúdo para a sociedade da informação e “infoestrutura” para esta sociedade em evolução, por meio da cooperação para treinamento, apoio ao estabelecimento de políticas de informação e promoção de conexões em rede.

No espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que constitui a base dos direitos à informação na sociedade da informação, e levando em consideração os valores e a visão delineados anteriormente, o novo Programa Informação para Todos deverá prover uma plataforma para a discussão global sobre acesso à informação, participação de todos na sociedade da informação global e as consequências éticas, legais e societárias do uso das tecnologias de informação e comunicação. Deverá prover também a estrutura para colaboração internacional e parcerias nessas áreas e apoiar o desenvolvimento de ferramentas comuns, métodos e estratégias para a construção de uma sociedade de informação global e justa.

WERTHEIN, J. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 29, n. 2, p. 71- 77, maio/ago. 2000.
Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/254>>.
Acesso em: 10 maio 2015. Adaptado.

Considerem-se os períodos abaixo.

I - Antigamente era usado esse conceito.

II - As ciências sociais hoje discordam desse conceito.

Unindo-se esses períodos em um só, suprimindo-se as repetições e respeitando-se a norma-padrão, tem-se o seguinte período:

- a) Antigamente era usado esse conceito, ao qual as ciências sociais hoje discordam.
- b) Antigamente era usado esse conceito, com o qual as ciências sociais hoje discordam.
- c) Antigamente era usado esse conceito, pelo qual as ciências sociais hoje discordam.
- d) Antigamente era usado esse conceito, do qual as ciências sociais hoje discordam.
- e) Antigamente era usado esse conceito, para o qual as ciências sociais hoje discordam.

Gabarito - Português

1) A	2) A	3) A	4) A	5) E	6) A
7) C	8) C	9) C	10) E	11) B	12) E
13) B	14) B	15) A	16) B	17) E	18) E
19) A	20) E	21) A	22) C	23) D	24) B
25) B	26) C	27) D	28) C	29) D	30) A
31) C	32) A	33) B	34) A	35) D	36) D
37) C	38) C	39) B	40) B	41) C	42) D
43) B	44) C	45) B	46) B	47) B	48) D
49) A	50) D	51) E	52) C	53) A	54) C
55) E	56) A	57) B	58) D	59) A	60) A
61) D					